

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Maria Carolina Fernandes Moraes

INTOLERÂNCIA, REDES SOCIAIS E
MÈREVERSÃO: FACES DA VIOLÊNCIA NA
CONTEMPORANEIDADE

SÃO PAULO
2012

MARIA CAROLINA FERNANDES MORAIS

**INTOLERÂNCIA, REDES SOCIAIS E
MÈREVERSÃO: FACES DA VIOLÊNCIA NA
CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) como exigência para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Latu Sensu* na área de Semiótica Psicanalítica, sob a orientação do Professor Doutor João Ângelo Fantini.

SÃO PAULO

2012

RESUMO

No Brasil, o tema da violência é assunto recorrente nas mídias, mas o que hoje assistimos parece ser diferente do que costumava ocorrer no passado. Rompantes de violência surgem hoje por motivos extremamente banais, atos de extrema agressividade cujas razões às vezes não são sequer compreensíveis. Assistimos durante as últimas eleições presidenciais um exemplo de como o marketing político e a colaboração da mídia podem afetar de tal maneira o eleitorado que uma disputa entre candidatos tornou-se uma guerra entre regiões. E questões como migração e intolerância contra o nordestino entraram em pauta como algo legítimo de discussão – e que reverberam até hoje. Além disso, a disputa política trouxe à tona questões ligadas ao preconceito racial e de classe; uma mostra de que a estratégia utilizada baseou-se no próprio preconceito e conservadorismo da população; não ‘introduziu’ nela novos conceitos e sentimentos. Por meio de nosso objeto de estudo, as falas dos usuários do Twitter contra os nordestinos (a partir do dia 31 de Outubro de 2010, dia em que Dilma Rousseff foi eleita, até o final de 2011), o presente trabalho se propõe a analisar como o preconceito contra o nordestino nasceu no Brasil, de que maneira esse preconceito foi utilizado como estratégia política, as desigualdades essencializadas como diferenças no país e a forma como os preconceitos se formam e, em determinados contextos, tomam força. Este trabalho também teve como intuito buscar um maior entendimento sobre como uma manipulação política e midiática conseguiu levar com tanta facilidade com que jovens exibissem agressividade e preconceito nas redes sociais e na petição online criada pelo *Movimento São Paulo para os Paulistas*. Conclui-se que os atos de violência que observamos atualmente podem nos mostrar que a agressividade e a intolerância apresentadas apontam para sérias mudanças nas configurações sociais. Este trabalho revela uma sociedade sem referências e sem norte, na qual até mesmo motivos ideológicos e sociais viram apenas pano de fundo para que atos de violência possam existir de forma descontrolada.

Palavras-chave: Desigualdade e Diferença, redes sociais, Twitter, psicanálise, mètaversão.

ABSTRACT

In Brasil, violence is a recurrent subject in the news media, but what we witness today seems to differ from what used to happen in the past. Nowadays, violent outbursts occur for extremely dull reasons; acts that stem from extreme aggressiveness for which reasons are sometimes not even comprehensible. During the last presidential elections, we saw an example of how political marketing and the media can affect the electorate in such a way that the dispute between candidates became a war between regions. Issues such as migration and intolerance against the 'nordestino' were put on the agenda as something worthy of further debate. Furthermore, the political battle raised questions towards racial bias and class bias; an evidence that the strategy used was based on the population's own conservatism and prejudice; it did not input in society new concepts and feelings. Through our object of analysis - the discourse of the Twitter users against the nordestinos (from the day Dilma Rousseff was elected, on October 31st, 2010, until the end of 2011)- our work intends to analyze how prejudice against the nordestino came along in Brazil, how it was used as a political strategy, the inequalities that have been essentialized as differences in the country and the way prejudices are formed and, in certain contexts, gain strength. This work also aimed to foster a better understanding of how political and media manipulation led the youth to so easily display aggressiveness and prejudice on a social networking website and on the online petition created by the *Movimento São Paulo para os Paulistas*. Therefore we can draw the conclusion that the violent acts that we witness nowadays point to serious changes in the social configuration. This work brings to light a society that has no references, that is drifting along, and it also shows how ideological and social purposes became the mere backdrop in which violent acts spring up in an uncontrolled way.

Key-words: inequalities and differences, social media, Twitter, psychoanalysis, mètèversion.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	p.6
2. Política Moderna e Preconceito Antigo.....	p.7
3. A Migração Nordestina para São Paulo.....	p.13
3.1 A Invenção do Nordeste.....	p.19
4. Diferenças e Desigualdades.....	p.31
4.1 Cultura e Sociedade.....	p.33
4.2 Diferenças e Desigualdades.....	p.39
5. Redes Sociais na Internet.....	p.45
5.1 Tipos de Rede.....	p.47
5.2 Diferentes Tipos de Capital Social.....	p.48
5.3 Always On.....	p.52
5.4 Twitter.....	p.53
5.5 Outros Discursos.....	p.57
6. Raízes da Intolerância.....	p.64
6.1 Complexo de Édipo.....	p.69
6.2 Psicanálise do Preconceito.....	p.71
6.3 O Estranho na Vida Real.....	p.73
6.4 O Eu e o Outro.....	p.82
7. A Perversão Comum.....	p.85
7.1 A Fala.....	p.89
7.2 Ausência x Presença.....	p.91
7.3 Menos-de-gozar.....	p.92
7.4 Transcendência Transcendente x Transcendência Imanente.....	p.96
7.5 Virada Antropológica.....	p.97
7.6 O Pai.....	p.99
8. Conclusão.....	p.105
9. Referências Bibliográfica.....	p.114

1. Introdução

Nas últimas eleições presidenciais no Brasil, em 2010, o país assistiu a uma rixa inédita entre eleitores “azuis e vermelhos”, o que pode ser traduzido por eleitores do Sul/Sudeste e eleitores do Norte/Nordeste. Essa noção falaciosa construída principalmente pela mídia e pelo candidato José Serra, do partido PSDB, resultaram em levantes de preconceito contra os nordestinos como os observados na rede social Twitter e em uma petição online de autoria do *Movimento São Paulo para os Paulistas*. E pudemos observar em outras ocasiões que a semente plantada por aquele momento histórico do país reverberou por muito tempo – outros casos de agressão foram observados não só muito antes das eleições, mas, principalmente, depois delas, sendo ainda recorrentes no final de 2011. É importante ressaltar que os ataques foram, em sua maioria, realizados por jovens adultos, com idades entre 20 e 30 anos.

Para a produção desta monografia, selecionamos como nosso principal objeto de estudo casos de preconceito no Twitter contra o nordestino, observados entre o final dos anos de 2010 e 2011. Faremos um trajeto no qual, inicialmente, consideramos importante conhecer a estrutura e as estratégias políticas utilizadas nas últimas eleições. Seguimos adiante para entender como nasceu o preconceito contra os nordestinos no Brasil e de que forma esse preconceito foi utilizado pelo candidato José Serra para dividir a população e legitimar rompantes de agressividade. Consideramos também importante abordarmos as disparidades entre Diferença e Desigualdade e de que forma as desigualdades podem ser essencializadas em um grupo de indivíduos.

Além disso, achamos importante entender por que uma Rede Social na Internet se tornou um meio bastante viável para que atos de agressão possam ocorrer anônimos e impunes. Após esse longo processo, partimos então para a psicanálise, por meio da qual tentamos entender como surge o preconceito no ser humano e de que forma ele hoje se apresenta em nossa sociedade. Nesta etapa, serão focadas principalmente questões relacionadas à perda da legitimidade de figuras de autoridade e a nossa inserção em uma sociedade sem diretrizes. Gostaríamos então de enfatizar que essas questões excedem o próprio tema da intolerância, mas nos serviram para explicar a forma como os jovens têm encontrado canais para depositar seus ódios e frustrações e como o contexto em que vivemos hoje abre caminho para que atos como os observados ocorram.

2. Política Moderna e Preconceito Antigo

As últimas eleições presidenciais no país, em 2010, ocorreram de forma um tanto controversa – mais valia falar sobre aborto e religião do que de políticas públicas. Durante a campanha, o candidato do PSDB, José Serra, foi à cidade de Aparecida, em São Paulo, onde recebeu a hóstia e a suposta benção da padroeira do Brasil. Achando talvez que precisasse de mais bênçãos para ganhar a eleição, o candidato beijou um terço em Goiânia e ergueu “como uma taça a imagem de Nossa Senhora da Abadia, em Uberlândia” (MENEZES, 2010)¹. Atos como esses dão o tom da campanha feita em nome da eleição presidencial.

Esse modelo de campanha já havia sido utilizado nos Estados Unidos e foi recentemente importado para o Brasil. Isto é: descobriu-se que há um grupo de eleitores que se sente mais próximo de ideais da ultra-direita. As últimas eleições na França e os quase 20% de votos de Marine Le Pen não negam que existe um público crescente em boa parte do Ocidente pronto para votar no candidato que melhor assegure os “direitos da família” e do neoliberalismo.

Espécie de versão brazuca do americano Tea Party, a nova direita que emerge nas urnas pauta-se menos pela austeridade nos gastos governamentais e mais por uma moral retrógrada e um nacionalismo infantil que geralmente descamba para o preconceito (idem).

O texto, escrito pela jornalista Cynara Menezes e publicado na revista Carta Capital, ilustra bem o tipo de competição que preponderou entre a candidata Dilma Rousseff, do PT, e o candidato do PSDB. Na discussão, aborto e casamento gay ocuparam boa parte da agenda de campanha, e Dilma chegou até a pronunciar-se contra o aborto – o que sabemos ser apenas uma jogada eleitoral.

Atualmente, a imigração é um dos temas mais controversos abordados nas disputas eleitorais nos Estados Unidos e na Europa, no qual o imigrante se tornou o principal culpado pela crise mundial. E tivemos a adaptação brasileira do caso – os nordestinos foram “acusados” de eleger a candidata petista no dia 31 de outubro e, por conseguinte, manter o país em uma política considerada “atrasada” para o país.

A discussão, que parecia um mero despautério político, terminou dando panos para manga: a eleição de Dilma causou um levante nas redes sociais contra os nordestinos -

¹ <http://www.cartacapital.com.br/politica/neocons-a-brasileira/>

questão que não estava necessariamente ligada à política. Na verdade, foi utilizada pela política como forma de dividir a população.

Foi assim que Mayara Petruso, jovem estudante de Direito, acabou por chamar atenção ao xingar os nordestinos em sua página no *Twitter*. E o que era uma guerra entre partidos políticos acabou descambiando para um conflito de classe, de raça e região - tudo isso condensado na imagem do nordestino.

Além de ter tido o seu nome exposto de forma extremamente negativa nos principais jornais do país e ter sido alvo de condenações uma boa parte da mídia, a jovem foi demitida de seu estágio e também respondeu na Justiça de São Paulo por racismo e incitação pública de crime pela autoria de frases infelizes como: “Faça um favor a São Paulo, mate um nordestino afogado.” (@mayarapetruso)²

Obviamente, Mayara serviu apenas de bode expiatório. Outros jovens que participavam da troca de *tweets* concordavam com a garota e também proferiam xingamentos; a diferença é que ela foi a única a ser acusada de racismo e incitação de crime. Sabemos que Mayara não foi a última, tampouco a primeira, a cometer algo assim numa rede social. Já havia comunidades no Orkut como a “Odeio Nordestinos” que também haviam sido alvo do Ministério Público pouco tempo antes. O momento das eleições deu apenas um estímulo a mais para que sujeitos viessem a público assumir suas intolerâncias a partir de ocasiões extremamente banais, como partidas de futebol ou até mesmo um dia como outro qualquer em que resolveram xingar alguém na internet.

A vitória de Dilma também trouxe à tona o *Movimento São Paulo para os Paulistas*, que saiu em defesa de Mayara, chegando “a afirmar que as críticas às mensagens sórdidas eram uma tentativa de vitimizar o nordeste” (MENEZES, 2010).

No entanto, justamente por causa da revolta de alguns internautas, a verdade sobre as eleições foi levada às claras: mesmo sem os votos do Norte e do Nordeste, o PT ainda assim teria vencido as eleições. Segundo a matéria de Cynara Menezes, mesmo excluindo o voto dessas duas regiões, Dilma teria conseguido 29,7 milhões de votos contra 29,4 milhões de Serra. O candidato do PSDB teria perdido em Minas Gerais e Rio de Janeiro, estados vizinhos de São Paulo. De acordo com Cynara, a vitória de Serra em estados como Santa Catarina e Paraná explica-se pelo fato de que ambos os estados possuem os dois pés fincados no agronegócio e estavam “em queda de braço com o governo Lula em virtude da desvalorização do dólar” (idem).

² <http://twitter.com/> . Data: 31/10/10

Em face de sua provável derrota nas eleições, podemos dizer que Serra entrou para uma campanha um pouco mais radical. “Por que será que a Dilma não gosta de São Paulo?”, disse uma propaganda eleitoral de Serra no Youtube.³ Segundo a jornalista Cynara Menezes, o PSDB distribuiu panfletos em que se lia “Dilma não gosta de São Paulo” e, no mesmo vídeo do Youtube, o candidato afirmou que Dilma prejudicaria São Paulo por sete anos.

A jornalista afirma que tais iniciativas de preconceito foram apoiadas por parte da mídia.

Nos jornais, colunistas e editoriais davam a sua colaboração para que o preconceito contra nordestinos viesse à tona. Por um lado, desqualificava-se a vitória de Dilma como representativa de votos ‘menos conscientes’ em contrapartida à racional escolha dos ‘mais escolarizados’ pelo PSDB. Uma colunista chegou a escrever que Dilma e o ‘lulismo’ só venceram a eleição ‘graças à votação maciça nas regiões e áreas mais manipuláveis, onde o Arena, o PDS e PMDB já foram reis’. Daí aos ‘ricos’ do Sul e Sudeste se jogarem contra os ‘pobres manipulados’ do Norte e do Nordeste foi um pulo. (idem)

A partir dessas estratégias políticas e midiáticas, o Brasil pareceu dividido entre vermelho e azul. Em seu blog Luis Nassif Online, o jornalista Luis Nassif chama atenção para “a guerra suja desencadeada pelo candidato da elite e apoiadores na eleição presidencial” (NASSIF, 2010)⁴. E em outra matéria da Carta Capital, o padre Paulo César Nunes de Oliveira, concorda com o argumento de Cynara de que a impressão que a campanha de Serra desejou passar era a dos nordestinos como sujeitos que “[...] só pensam em si mesmo e em seu estômago” (OLIVEIRA, 2010)⁵. Os nordestinos elegeram Dilma enquanto os eleitores bem educados e conscientes teriam elegido Serra.

Em entrevista feita pelo Instituto Humanitas Unisinos, a socióloga Tânia Bacelar levantou pontos interessantes sobre a política de seguridade social que tem sido implementada pelo governo do PT desde 2002, como o Bolsa Família, por exemplo.

O Nordeste tem 28% da população total do Brasil, mas tem metade dos que ganham salário mínimo no país. Nesse sentido, o Nordeste foi bastante beneficiado por essa política. Aumento da renda significa aumento de consumo e o aumento do consumo destacou a economia do Brasil, mas particularmente, do Nordeste (2010).⁶

³ <http://www.youtube.com/watch?v=uMPRwPAzKIE>. Data: 28/10/2010

⁴ <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/racismo-homofobia-midia-e-politica>. Data: 16/11/2010

⁵ <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-brasil-azul-vermelho-as-cores-do-preconceito/>. Data: 04/11/2010

⁶ <http://www.cartacapital.com.br/politica/tania-bacelar-araujo-estamos-distribuindo-renda-com-uma-mao-e-concentrando-com-a-outra/>

Um dos temas mais controvertidos desta última campanha foi o programa Bolsa Família, que sempre gera acalorados debates entre pessoas contra e a favor. Seria o programa um mero assistencialismo? Ato de mero populismo? Longe de simplesmente aplaudir a iniciativa do governo com o Bolsa Família, é certo que houve uma melhora na qualidade de vida das pessoas beneficiadas, e que o Nordeste é uma das regiões brasileiras que mais necessita de auxílio.

[...] o Nordeste foi beneficiado porque 55% das pessoas que ganham até um quarto do salário mínimo, que é o público-alvo deste programa, estão na região. Já 25% estão no Sudeste. A pobreza extrema do Brasil está mais nessas regiões. Ou ela é a pobreza rural do Nordeste, principalmente, ou ela é uma pobreza das periferias das grandes cidades do Nordeste, Sudeste, Sul... (idem).

Em um artigo intitulado “A Pasteurização da Esquerda”, publicado no periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, Frei Betto questiona a eficácia do programa e afirma que “o propósito emancipatório, de manter as famílias castigadas pela miséria no programa por, no máximo, dois anos, foi abandonado em favor de uma dependência que traz ao governo bônus eleitoral.”⁷ (BETTO, 2008)

Ou seja, não houve contrapartidas sérias com o intuito de realmente emancipar as famílias pobres do país e equipá-las com conhecimento, meios e ferramentas necessários para que tenham um pouco mais de dignidade. Esse fato deu motivos para que o programa fosse considerado como um grande esquema de ajuda mútua entre governo e beneficiários. O governo “sustentaria” os pobres e os pobres apoiariam o governo. No entanto, em um artigo intitulado “Dois Pesos...”, Maria Rita Kehl (2010) lembra que o benefício do Bolsa Família chega a, no máximo, R\$ 200 para uma família com três filhos e que esse valor de forma alguma poderia garantir a sobrevivência de uma pessoa, muito menos de cinco.

Segundo o professor de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “não se votou em Dilma no Nordeste porque se sente fome, e sim porque o governo fez o povo comer” (JÚNIOR *apud* MENEZES, 2010). Dessa forma, mesmo sendo uma ajuda paliativa, o programa alavancou a economia do Nordeste, pois deu maior poder de consumo às classes que antes pouco ou nada consumiam. Segundo o historiador (2010), o Nordeste cresceu 4% a mais que o resto do país. E isso não foi apenas

⁷ http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=11507&cod_canal=53

devido ao Bolsa Família, mas também ao aumento do salário mínimo, que ocorreu gradativamente e hoje chega aos R\$ 622.

Em sua entrevista à Carta Capital, Tânia Bacelar lembra de que ainda existe um Brasil

[...] arcaico, inegavelmente. O Brasil se transformou muito rápido e, ainda assim, sua elite arcaica continua existindo há muito tempo. [...] Serra, para crescer, se agarrou com esse Brasil arcaico. O espaço que ele teve para crescer foi entre os conservadores. [...] os marqueteiros também tiveram uma hegemonia muito grande na construção eleitoral. O marqueteiro de Serra, por exemplo, copiou o que tinha de pior na campanha estadunidense e trouxe para o Brasil, despertando sentimentos que não são nossos e são amplamente minoritários na sociedade brasileira. Um exemplo disso é o preconceito contra os nordestinos (2010).

No entanto, o preconceito contra nordestinos não foi uma criação da campanha de Serra; o candidato apenas tirou proveito dele. O que os marqueteiros de José Serra e parte da mídia fizeram foi utilizar-se do preconceito e do conservadorismo de parte da população para criar um conflito. Era como se o surgimento da questão tivesse dado legitimidade para que a discussão se tornasse algo aceitável de ser debatido entre pessoas, quando tal possibilidade nunca fora realmente legítima. O que se observou foi uma mostra lamentável de um conflito de classes, que, antes velado, autorizou-se a vir à tona.

Classes sociais geralmente só se misturam dentro da casa das classes A e B, que contratam porteiros, empregadas domésticas, babás... Mas a vida das pessoas de classe C, D e E fica resguardada apenas aos próprios moradores, desprovidos de iniciativas louváveis da grande mídia, que geralmente só entram nessas comunidades para expor sofrimento, violência, casos exóticos ou ridicularizá-los (MORAIS, 2009). O desconhecido mútuo entre classes sociais e o medo que toma conta das cidades levam a um distanciamento cada vez maior e a acusações entre classes que, na verdade, pouco se conhecem. Muito pior: estranham-se. A verdade é que a voz da população que, com seu voto, permitiu que os programas sociais iniciados por Lula continuassem foi tida como burra, inaceitável, indigna para o país. “Quando, pela primeira vez, os sem-cidadania conquistaram direitos mínimos que desejam preservar pela via democrática, parte dos cidadãos que se consideram classe A vem a público desqualificar a seriedade de seus votos.” (KEHL, 2010)⁸

A coincidência é que o Nordeste é uma das regiões mais pobres do país. Na verdade, o que se observa é que desigualdade social confundiu-se com uma diferença intransponível.

⁸ <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=308>

Estaríamos, então, tratando de preconceito contra o nordestino ou de um mero preconceito de classe? Por que o nordestino, e não a população de baixa renda em geral, foi escolhido como alvo de acusações pelos usuários de redes sociais?

“Brasileiros, agora fodam-se! Isso que da, dar direito de voto à nordestino!”
(@mayarapetruso)⁹

“Bem, vou trabalhar porque não ganho bolsa família dos Nordestinos. Nem faço 2 filhos por ano para ter mais bolsa família #Nordestisto” (@ClaytonAmerico)

“Tem gente que fala que todos os brasileiros são iguais discordo....Não quero e não sou igual ao povo do Norte/Nordeste” (@merlinlipe)

“Infelizmente quem decide a eleição não é quem lê jornal, e sim quem limpa a bunda com ele. Quem perdeu foi o Brasil!” (@dilma_Bebada)

⁹ <http://twitter.com/> . Data: 31/10/10

3. A Migração Nordestina para São Paulo

O Brasil sempre foi dividido em dois lados: um rico, cheio de recursos e bens materiais, e um pobre, que nem de longe se parecia com aquele que demonstrava tanta riqueza. Essa dicotomia está nas raízes do país, de seu subdesenvolvimento. Segundo o economista Celso Furtado:

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior do desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas é necessário levar em conta essa peculiaridade. (FURTADO *apud* SILVA, 2008, p.51)

Ainda segundo Furtado, o Brasil era dividido entre uma parte mais moderna, fornecedora de bens primários para exportação, e uma parte cuja existência se baseava na economia de subsistência. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da qual Celso Furtado fazia parte,

[...] o setor moderno exportador tinha pouco ou nenhum efeito sobre o setor atrasado e, por outro lado, a falta de produtividade do setor atrasado seria um impeditivo ao desenvolvimento dos mercados internos (SILVA, 2008, p.52).

Mesmo após a industrialização encampada a partir dos anos 50, o Brasil não conseguiu modificar o modelo já estabelecido de disparidade econômica vigente no país. Em seu artigo, “Desarrollo y Estancamiento en America Latina”, Furtado afirma que os bens produzidos por esta nova indústria eram voltados para as classes mais abastadas, que possuíam maior poder de compra (SILVA, 2008, p.52). De certa forma, esta modernização representou, inclusive, um novo problema. Foi o que concluiu o historiador Edgar Salvatori de Deca.

[...] os processos de desenvolvimento nacionais deixaram de integrar parcelas expressivas da população aos novos padrões de consumo. **A exclusão representaria a não incorporação aos segmentos modernos** e – por correspondência, aos novos padrões de consumo. Além disso, criava-se uma grave dimensão: a **modernização** tinha destruído formas de produção atrasadas (encontradas principalmente no meio rural) e acelerado o crescimento populacional no meio urbano – determinado pelo processo migratório criado e pelo aumento da esperança de vida da população no seu novo ambiente. (DE DECA *apud* SILVA, 2008, p. 56 - ênfase do autor)

O que se pode perceber é que há sim uma conexão entre as regiões mais atrasadas e mais desenvolvidas. Tanto no caso do Brasil quanto na lógica de divisão do trabalho em voga ainda no resto do mundo, regiões atrasadas dependem das regiões mais avançadas e vice-versa. Esta simbiose é altamente necessária para o modo de produção capitalista. De acordo com o sociólogo Francisco de Oliveira, o pensamento formulado pelos cepalinos criou uma ideologia falaciosa, que se esqueceu de alguns questionamentos acerca da luta de classes e o agravamento das disparidades sociais com a brutal mudança entre campo-cidade. (SILVA, 2008, p. 59)

A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novos no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins da expansão do próprio novo. (OLIVEIRA *apud* SILVA, 2008, p.60)

Qualquer livro de ensino fundamental e médio nos fala desse momento crucial em que começaram a haver as grandes migrações do Nordeste para o Sul-Sudeste. Trabalhadores que se tornaram a nova “classe operária nacional” (SILVA, 2008, p.65). Segundo o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues,

[...] é indiscutível que, em termos de seu padrão de vida interior, realizaram progresso considerável. Esses migrantes são, destarte, vencedores e vencidos. Vencedores na medida em que lograram estabelecer-se num grande centro urbano e empregar-se na indústria moderna. Do prisma da situação anterior, com relação ao

passado, são vencedores. Mas as possibilidades futuras de sucesso são aleatórias. Os migrantes tomam, pouco a pouco, consciência de que estão ocupando novamente os escalões inferiores da sociedade, que as vias de ascensão social fecharam-se, que de nordestino transformaram-se em ‘baianos’. (RODRIGUES *apud* SILVA, P.69)

Essa foi, então, a situação com que se depararam os nordestinos ao migrar da área rural para a urbana, ao saírem de sua região para uma terra que lhes era, de certa forma, estrangeira. A grande diferença entre esses trabalhadores e os imigrantes que vieram para o país no início do século XX é a de que os imigrantes buscavam ascensão social enquanto os trabalhadores oriundos do Nordeste buscavam apenas fugir da miséria. (SILVA, 2008, p.69)

No entanto, foi por meio desta trajetória que, a partir daí, surgiu a noção de que estes migrantes poderiam ser também um problema. Em sua tese de pós-graduação em Sociologia na USP, Uvanderson Vitor da Silva baseia-se em uma pesquisa realizada por Paulo Roberto Ribeiro Fontes para mostrar que, em São Paulo,

[...] o desenvolvimento da metrópole no pós-Segunda Guerra conviveu com dificuldades de transporte, ampliação da criminalidade e misérias urbanas, situação que levou muitos setores da sociedade paulista a reconhecerem nos migrantes, nordestinos principalmente, não seus ‘parceiros de desenvolvimento’, mas verdadeiros ‘bodes expiatórios’ de suas arguras, advindas do rápido crescimento. (SILVA, 2008, p. 71)

A troca dos imigrantes europeus para os nordestinos serviu, desde o governo Vargas, como uma estratégia relacionada à conjuntura política da época. Segundo Silva, a troca da mão de obra imigrante pela local ocorreu devido a

[...] uma série de mobilizações políticas, organizadas, basicamente, por trabalhadores imigrantes italianos e espanhóis, que colocaram em questão a ordem social vigente por meio de movimentos declaradamente revolucionários. De solução para a formação de uma sociedade ‘branca e civilizada’ na virada do século XIX para o XX, as populações imigrantes figuravam, nas palavras do próprio Getúlio Vargas, ‘exóticas, inadaptáveis aos nossos meios sob todos os pontos de vista’. (SILVA, 2008, p. 20).

Assim, a partir do século 30, houve uma mudança no recrutamento desses trabalhadores, dando prioridade à mão-de-obra local. Segundo Silva, o estado de São Paulo foi o “epicentro

dessa mudança”. (idem, p. 20). O autor também nos lembra que, entre as décadas de 30 e 50, a maior parte das migrações ocorreu entre áreas rurais, devido ao fato de que a industrialização não havia ainda chegado ao país. O Nordeste e o norte de Minas Gerais eram as principais áreas que forneciam trabalhadores ao Sudeste. No entanto, Silva ressalta que essa mudança não ocorreu sem maiores sobressaltos.

Vale notar que esse projeto de integração por meio da migração de trabalhadores nacionais para os centros econômicos do país não ocorreu sem resistência alguma de setores da sociedade paulista, que seguiam reivindicando uma política migratória à moda antiga, ou seja, com base em trabalhadores europeus. Devido ao elevado número de estrangeiros que chegou a São Paulo entre 1850 e 1920, esse estado era visto como uma ‘terra de estrangeiros’. Tal fato fez com que, em diversas ocasiões, essa composição populacional servisse como fator explicativo para a maior punjança econômica e social desta região em detrimento de outras localidades do país. Neste sentido, a inserção, em São Paulo, de trabalhadores nacionais, que supostamente não haviam conseguido se desvencilhar da herança colonial e escravocrata, colocaria em risco o título de ‘locomotiva do país’. (idem, p.22).

Com a chegada dos anos 50 e a industrialização do país, houve um fortalecimento da demanda de trabalhadores nordestinos, pois as regiões do interior paulista e do Paraná não conseguiram atender à demanda de mão-de-obra para a expansão da indústria brasileira. (idem, p. 25)

Porém, devido à crise do milagre econômico nos anos 70, a intensa migração que havia ocorrido desde os anos 30 deixou de ser uma solução para tornar-se, a partir de então, um problema. Intensificou-se o processo de favelização nas bordas das metrópoles e, segundo Silva, a tensão gerada entre a pobreza que se formava na metrópole e a classe média que vivia seu “milagre econômico” fez com que a questão da migração e formas de contorná-la surgissem.

A restrita capacidade do setor produtivo moderno, a indústria principalmente, em absorver novos continentes de trabalhadores, combinada com o intenso ritmo de deslocamento de trabalhadores rurais em direção às grandes cidades, deu lugar a um processo de crescimento urbano marcado pelo espraiamento de habitações precárias nas periferias das cidades, ao crescimento de um setor terciário de baixa produtividade e à proliferação de todo tipo de atividades improvisadas que tinham como objetivo básico a sobrevivência. Sendo os migrantes a maioria nas favelas, apresentando-se em maior número nos serviços subalternos – emprego doméstico,

serventes, porteiros e vigias, por exemplo – e facilmente reconhecidos entre os ambulantes que perambulavam pelas cidades. Logo a opinião pública e setores do poder público das grandes metrópoles passaram a identificar esse contingente populacional como responsável pelos referidos problemas urbanos; a migração tornou-se, então, um problema social. Desse modo, esperava-se que uma intervenção do poder público na direção e na intensidade dos fluxos migratórios fosse um antídoto eficaz contra a pressão destes, tanto sobre o mercado de trabalho, quanto sobre a estrutura urbana. (idem, p.75)

Entre os anos 80 e 90, diante da estagnação econômica que o país viveu, de baixa produtividade e desenvolvimento e alta no desemprego, São Paulo e Rio pela primeira vez viram a migração cair – a taxa de crescimento populacional registrada pelo Censo/91 demonstrou que houve uma queda de 4,5% a.a entre 70/80 para 1,9% entre os anos 80/90. Essa população migrou para outras regiões do país, como Minas Gerais e Paraná. Com a recuperação da economia, em meados dos anos 90, a taxa de migração voltou a registrar índices similares aos de 1988. (idem, p. 84) No entanto, isso nem de longe lembrará os tempos de migração maciça que durou até os anos 70. A partir de então, houve um investimento do governo para redistribuir a migração no país, com projetos em regiões como Manaus (AM), Betim (MG), Camaçari (BA), Triunfo (SC), entre outros. (idem, p. 96)

Nestas últimas décadas, observou-se uma queda da participação de migrantes nas indústrias e uma “migração” para a área de serviços.

No mais complexo mercado de trabalho do país, na pretensa modernidade da economia de serviços, servente de pedreiro e empregada doméstica ainda se constituíam em ocupações emblemáticas para incorporação dos migrantes, homens e mulheres. Talvez seja essa a explicação para a aparente solidez e regularidade dos fluxos migratórios – de homens, mulheres e famílias – do Nordeste em direção ao Estado nas últimas décadas. (JANUZI *apud* SILVA, p.124).

Diante de sua pesquisa, Silva conclui que houve uma mudança no modelo de migrações entre os anos 50, 60 e 70 e as décadas seguintes. O autor constata que o êxodo rural para as grandes metrópoles tomou nova forma a partir do desenvolvimento de outras regiões e das crescentes dificuldades encontradas nas já estabelecidas grandes metrópoles brasileiras.

Não se tratava dos [migrantes] que vinham estabelecer-se no Sul ou buscar condições para voltarem a viver no Norte. O fluxo que se configurava então era o das idas e vindas intermitentes, não necessariamente ligados à sazonalidade do

emprego agrícola na área de destino. Sua causa era mais estrutural e vinculada às próprias não-condições de sobrevivência nas áreas de origem. [...]. Tratava-se de um fluxo menos palpável na sua correlação com uma base produtiva, cujas causas repousam na política de capitalização do campo. É a busca quase desesperada de sobrevivência que os impele para onde já existe um fluxo migratório preestabelecido. Só que para eles já não estão mais abertas as portas do mercado de trabalho, como estavam para os primeiros migrantes que percorreram os mesmo fluxos de migrações inter-regionais. Vivem de bico, arranjam-se de qualquer modo no local de destino e retornam ao adquirirem dinheiro suficiente para comprar a passagem de volta, um relógio de pulso, um radio de pilha, que podem, no momento seguinte, ser o recurso necessário para um futuro retorno, situação da qual não vêem qualquer perspectiva de livrar-se. (SALES *apud* SILVA, 2008, p.95/6)

A migração deixa aos poucos de ser um “sintoma de progresso”, como disse o Juscelino Kubistchek, e passa a ser vista como um grande problema. O autor nos lembra que, a nova concentração da migração nas regiões Rio-São Paulo deveu-se a uma re-concentração da produção industrial novamente nessas grandes metrópoles - porém, sem nunca ter chegado novamente aos patamares alcançados nos anos 70. E também havia de se considerar que esses migrantes encontrariam um panorama um tanto distinto daquele que lhes abria os braços algumas décadas antes.

[...] o novo paradigma industrial é ancorado em baixos níveis de absorção de trabalho, privilegiando os trabalhadores mais qualificados. Por fim, os níveis de urbanização das áreas fora do eixo Centrol-Sul absorvem uma grande proporção da população que potencialmente poderia migrar para as chamadas áreas de concentração econômica, consolidando uma rede urbana relativamente desconcentrada. (BAENINGER & MATTOS *apud* SILVA, 2008, p. 97 – tradução nossa).

Assim, desde os anos 80, observa-se uma queda na migração para as regiões de São Paulo e Rio, pois os migrantes passaram a dar preferência a cidades de menor porte.

É interessante perceber que, no momento em que as migrações diminuem e que o resto do país dá mostras de que consegue absorver melhor a mão-de-obra excedente de cada região, deparamo-nos com manifestações de jovens que acusam a migração de ser a causa dos problemas de São Paulo. Chegamos, então à conclusão, de que o debate deve ser de outra ordem.

3.1 A Invenção do Nordeste

Em seu livro “Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar”, o pesquisador e Historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior, chama atenção a construção da ideia de Nordeste como local atrasado e povoado apenas por pessoas pouco instruídas. A própria criação da palavra Nordeste foi em si uma construção, pois ela nem sempre existiu no país. Essa noção surgiu apenas a partir da década de 10 do século passado (JÚNIOR, 2007, p.90), pois, antes, o Brasil era apenas dividido entre Norte e Sul. Até então, o nordestino era considerado um nortista. Essas noções do acerca do conceito de “nordestino” “foram produzidas pelas elites políticas e pelos letrados deste próprio espaço, não foi uma criação feita de fora”. (idem, p.90). Essa denominação surgiu primordialmente por uma questão política e social levantada pelos grandes agricultores e pecuaristas da região na época.

Este regionalismo é fruto da própria forma como se constituiu o Estado Nacional Brasileiro, caracterizado, por um lado, pela centralização das decisões, e por outro, por sua presença episódica e sua incapacidade de dar soluções para os problemas que afetavam os interesses das elites de certas áreas do país, notadamente daquelas que representavam áreas que eram ou se tornaram periféricas do ponto de vista econômico ou que ficavam distantes do centro das decisões políticas. (idem, p. 90/91).

Havia então um ranço das elites nordestinas contra a pouca atenção recebida pela União, que não ajudou o Nordeste a reerguer-se da crise econômica que assolou a região com a crise açucareira e do algodão. A crescente importância do café para o país fez com que a maioria das atenções e investimentos se concentrasse lá, além, é claro, da maior influência que esta última possuía sobre a Corte. Com a proximidade física entre as regiões que estavam em ascensão e o núcleo político do país, as áreas mais desenvolvidas deixarão as demais áreas com a sensação de que estão sendo ignoradas. A situação piora com a chegada da chamada “grande seca”, que ocorreu entre os anos de 1877 e 1879. Segundo Albuquerque Júnior, essa grande seca incomodou a elite, pois, pela primeira vez, não atingia apenas escravos, animais e a vegetação – chegou a levar alguns proprietários de terras à falência, à morte ou à migração. (idem, p.92) Foi nesta ocasião que se tiraram as primeiras fotos dos flagelados da seca, que chegaram à imprensa no Sul e Sudeste do país, além da publicação “Os Retirantes”, de José do Patrocínio, em 1879. Segundo o autor, tanto as fotos quanto os relatos do escritor eram passíveis de causar choque e

[...] tornam a seca um tema central no discurso regionalista do Norte, que se esboça nesse momento. As elites deste espaço descobrem a força da arma que têm nas mãos, como este fenômeno e o cortejo de misérias que acarretava tornavam este tema um argumento quase irresistível na hora de se pedir recursos, em nome de socorrer as vítimas do flagelo, obras públicas, em nome de empregá-los em trabalho regular ou cargos públicos [...] O que se chamará mais tarde indústria das secas. (idem, p.92).

Segundo Albuquerque Júnior, a literatura produzida na época colaborou para chamar atenção para o tema das secas. Além do livro (pioneiro no tema) de José do Patrocínio, autores como Rodolfo Teófilo, Franklin Távora, Domingos Olímpio e Antônio Sales, pertencentes à chamada geração 1870, utilizaram o sofrimento sertanejo como pano de fundo para seus enredos. Ali aparece o homem “vitimado pelas secas”, flagelando-se, degradado e recorrendo algumas vezes ao crime para vencer a fome e a sede. Um homem que se animaliza, abandonando

[...] todos os valores e costumes trazidos pelo processo de civilização e que caracterizam a condição humana, pessoas que são capazes, inclusive de devorar seus próprios filhos [...]. Sertanejo que perde a noção de honra e todo o orgulho e dignidade que o caracterizavam [...] (idem, p. 93).

O autor nos conta que personagens como o cangaceiro, o flagelado e o retirante são peças centrais para entender como o nordestino incorporou esses personagens e passou a ser visto dessa forma por outros habitantes do país.

Segundo Albuquerque Júnior, as elites do Norte, incomodadas com a discriminatória e desigual atenção que recebiam do Sul, viam nesse posicionamento um aumento do abismo entre ambas as regiões, pondo em risco também a unidade do Brasil. A situação se agrava quando, em 1876, o Norte foi deixado de fora da pauta de discussões durante o Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro. Em contrapartida, os produtores agrícolas do Norte realizaram seu próprio Congresso, em Recife. A partir desse encontro, solicitou-se do império a criação de colônias agrícolas para atenuar os danos causados pela seca entre 1877-79. No entanto, após a estiagem, verificou-se que “grande parte dos recursos haviam sido desviados” (idem, p.94). Sendo assim, Albuquerque Júnior conclui que

[...] o discurso da seca e a indústria da seca já nascem associados a uma prática que acompanhará por todo o século seguinte, a prática da corrupção generalizada, que é

responsável pela marca negativa com a qual são marcados os nordestinos, a de viverem à custa dos recursos vindos dos cofres públicos e da corrupção, como se este fosse um privilégio de uma determinada região ou elite no país. A elite paulistana, para a qual era canalizada também uma boa parte dos recursos públicos, legalmente ou não, vai usar permanentemente esse argumento para se opor ao envio de recursos e à realização de obras nesta parte do país. (idem, p. 95)

Enquanto a economia do Nordeste definhava, a cafeicultura permitia a modernização e introdução de atividades industriais no Sul do país, oficializando a região como “centro do desenvolvimento do capitalismo no país”. (idem, p.96) Enquanto isso, a região Nordeste fica cada vez mais relegada a um local de pobreza e subdesenvolvimento no país. No entanto, o autor nos conta que esse discurso era, inclusive, sustentado pelas elites locais, que se vitimizavam diante do resto do país, “[...] vítimas do processo de desenvolvimento nacional, como se dele não tivessem participado e sido agentes”. (idem, p.96).

Com a proclamação da República, a região Nordeste continuou a não ser uma prioridade nos investimentos do Governo, que beneficiava regiões economicamente e politicamente mais fortes. A nova situação política culminou numa tomada de poder das oligarquias nos estados enquanto o domínio político do país revezava-se entre Minas Gerais e São Paulo, apenas com as exceções de Hermes da Fonseca, gaúcho, e Epitácio Pessoa, paraibano, na conhecida política café-com-leite. Esse posicionamento político, que obviamente beneficiava as regiões mais ricas e populosas do país, fez aumentar o isolamento do Norte, que continuava a definhando, perdendo inclusive, sua própria população, que migrava para o trabalho nas lavouras de café.

[...] à medida que as atividades cafeeiras e depois as atividades industriais começam a requerer mão de obra nacional, para realizar tarefas mais duras e desprestigiadas, que não interessavam aos imigrantes, fazendo com que estados como Bahia [...] veja sua população se reduzir drasticamente entre os anos 20 e 30 do século passado. É este afluxo de maioria negra, que constitui, durante a década de 20, sessenta por cento dos mirantes que chega a São Paulo e que vai encontrar uma província onde a população se branqueava rapidamente com a imigração européia, realizando o sonho de suas elites, que irá fazer com que estes migrantes sejam marcados pelo estereótipo do baiano. Isso é o que motiva que, daí em diante, todos os migrantes vindos do Norte e depois do Nordeste sejam chamados pejorativamente de baiano, que remete a uma população negra, pobre, dedicada às atividades mais desvalorizadas do mercado de trabalho, como aquelas ligadas à construção civil, ao comércio informal, aos empregos domésticos e que cultivam

hábitos e costumes vistos como pouco civilizados, rudes, em descompasso com a polidez e os códigos que regem a modernidade. (idem, p.97/98)

Albuquerque Júnior ressalta que a chegada de Epitácio Pessoa (1919 -1922) à presidência da república representa uma mudança de foco nos investimentos do Governo, ajudando também a construir o imaginário do Nordeste. O então presidente deu atenção especial à questão das secas, transferindo uma significativa quantia de dinheiro para a realização de obras na região. Contra essa ação estavam as elites ligadas à produção cafeeira, que também dependiam de recursos federais para comprar o excedente do café e, assim, valorizar o produto no exterior. Segundo o autor, é durante esse período que o termo Nordeste aparece num documento redigido para a criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, Ifocs. “O Nordeste nasce, portanto, associado à ocorrência do fenômeno das secas” (idem, p.99). Infelizmente, as obras financiadas pelo governo de Epitácio Pessoa novamente não chegaram a beneficiar a população. Submetidas a uma CPI levada a cabo pelo presidente seguinte, Artur Bernardes, descobriu-se que, mais uma vez, as obras haviam se tornado fonte de muita corrupção e desvio de verbas. Além disso, a verba que chegou a realmente ser investida foi utilizada de forma indevida, o que culminou em obras megalomaniacas de infraestrutura. Para Albuquerque Júnior, é assim que a imagem do Nordeste surgiu e foi tomando forma. “O Nordeste já nasce pensado como um espaço que está ficando para trás no processo de desenvolvimento do país, uma área que representaria o que chamavam de uma civilização em vias de desaparecimento” (idem, p.100)

O autor também chama a atenção para a colaboração da intelectualidade do Nordeste que cria uma imagem singular da região de onde vieram. Entre eles, podemos citar Gilberto Freyre, que encabeçou o “Movimento Regionalista e Tradicionalista, que se articula em torno do Centro Regionalista do Nordeste [...]” (idem, p.101). O autor aponta esse momento como crucial para definir a região como um local de tradição, enquanto São Paulo, por exemplo, seria um local de modernidade. A época, inclusive, era a mesma da criação da Semana de Arte Moderna, em 1922. O Movimento Regionalista pregava a rejeição desse mundo moderno, “repulsa à sociedade burguesa, urbana e industrial, que dava claros sinais de implantação no Recife. O Nordeste é visto como um espaço que deveria preservar o passado, um passado aristocrático e glorioso”. (idem, p.101) O autor também ressalta que a boa parte da produção cultural da região também girou em torno de reminiscências da sociedade imperial e escravocrata. De fato, não é incomum para pessoas do Nordeste (e que são de classes média ou alta), ouvir de seus avós histórias dos antepassados, geralmente barões e

baronesas, e, com um suspiro apertado, lembrar que um dia a família fora nobre. Lembremos que o Brasil foi o único país da América Latina a ter um império e a famosa noção do “sangue azul”. Para o autor, essa exaltação dos tempos de Casa Grande & Senzala é um dos principais motivos para que o Nordeste seja visto como um lugar atrasado, perdidos no passado.

Com a vinda dos anos 40 e a intensificação do processo migratório de nordestinos para “as grandes metrópoles do Sul” (idem, p.102), essa noção se tornará ainda mais forte. Pois esses migrantes virão das zonas rurais e não conhecem a vida nas cidades. “São pobres, analfabetos, submetidos a uma dura rotina de trabalho e a muitas privações, o que reforçará esta imagem, construída pelas elites nordestinas, em seus discursos políticos e culturais, de que seríamos uma região presa ao passado [...]” (idem, p.102).

A redução dos horizontes de possibilidades recai até sobre as elites, descendentes do auge açucareiro e que assistiam as usinas de açúcar mais fortes aumentarem a concentração de terra e serem as únicas a manter-se de pé mesmo diante da crise na produção da região. Para o autor, isso termina por gerar um “complexo de inferioridade” entre os habitantes da região, que veem o fato de terem nascido no Nordeste algo negativo e que lhes proporciona menos oportunidades do que para os nascidos no Sul. Por o Brasil ser de maioria analfabeta, o único capital restante de orgulho para as classes médias e altas seria o intelectual, e foi assim que o Nordeste tentou fazer frente ao Sul - com seu movimento regionalista, indo de encontro com a modernidade de São Paulo.

Esta folclorização do Nordeste permeia artes como literatura, cinema, pintura e o teatro. O nordestino vai a São Paulo para comprar a última moda e, ao mesmo tempo, vive em uma terra pré-industrial. Ao esboçar a região como algo de um tradicionalismo idílico em que as fortunas não eram ainda ameaçadas, a elite fugia do presente de pobreza e humilhações.

Pela atuação discriminatória e a ambição desmedida de outras áreas do país. [...] Quando, na verdade, esta defesa de uma cultura trazia e traz embutida a defesa de uma dominação, de um espaço de domínio que se via ameaçado pela hegemonia de outras parcelas das classes dominantes no Brasil. (idem, p. 105).

É neste quesito que o autor encontra a explicação para um regionalismo tão forte no Nordeste em comparação a regiões como São Paulo, por exemplo. Segundo Albuquerque Júnior, “os paulistas falavam em nome da nação” (idem, p.105)

O autor aponta quatro temas centrais que até hoje geram estereótipos e preconceitos e que foram criados e propagados pelas próprias elites agrárias: “a seca, o coronelismo, o cangaço e o messianismo” (idem, p.106). A partir do final dos anos 30, a partir de publicações mostrando a vida do sertanejo, essa imagem da seca torna a voltar-se forte. Em meio sofrimento, seca, fome e desamparo, surge esse homem forte, mestiço, corajoso que até hoje impera na imagem nacional do nordestino e do Nordeste – terra de deserto vasto, morte e sertanejos morrendo de fome, lutando pela sobrevivência. Segundo o autor, esse “discurso da seca” (idem, p.107) passará a servir como explicação para qualquer problema que venha a assolar a região. A própria migração maciça que começou a ocorrer nos anos 30 foi atribuída às secas

[...] quando, na verdade, esta só vinha apenas a agravar as causas mais fundamentais deste processo migratório que eram a concentração da propriedade da terra na região, as péssimas condições de trabalho oferecidas por uma economia em estágio ainda incipiente de capitalização e as modalidades de relações de trabalho aí prevalecentes, que não privilegiavam o assalariamento, nem respeitavam as leis trabalhistas [...]. (idem, p.107)

Com o surgimento do cangaço, o nordestino passa a tornar-se também um herói, apesar de o cangaceiro ser, na verdade, um criminoso. E, fora do Nordeste, a influência do cangaço na representação social do nordestino contribui para a construção de uma imagem negativa, atribuindo a este a imagem de violento, “disposto a puxar sua peixeira e picar fumo em qualquer lugar.” (idem, p.108).

Albuquerque Júnior relata que os famosos forrós ou qualquer “ajuntamento nordestino” (idem, p.109) eram proibidos ou reprimidos para que não houvesse crimes ou mortes. “Embora o banditismo rural não tenha sido uma exclusividade do Nordeste, muito menos o uso da violência privada” (idem, p.109)

Além do jagunço, o cangaceiro, ainda predomina sobre o nordeste a imagem do coronel – o manda-chuva que não conhece limites. Apesar de o autor nos lembrar que essa figura surgiu por meio das práticas policiais levadas a cabo pelos coronéis da República, essa figura foi folcloricamente dedicada ao Nordeste. A partir dos anos 30 e o desenvolvimento da República, esse tipo de prática passa a ser proibida e este personagem passa a representar atraso e violência, princípios que vão contra a democracia republicana. Obviamente, o personalismo e o nepotismo fazem partes das práticas políticas nacionais como um todo.

E apesar de, desde os anos 70, o Nordeste ter a grande maioria de sua população vivendo nas cidades, abrigando grandes metrópoles nacionais, essa região continua a ser vista como rural. Albuquerque Júnior relaciona esse fato com a produção cultural ainda em voga no Nordeste que continuava a fazer referências ao passado açucareiro, como se tanta coisa não tivesse mudado após isso. E o autor também chama atenção para o fato de que não foram apenas as populações analfabetas e flageladas que migraram para o Sul; boa parte da intelectualidade cultural da região migrou para lá, onde poderiam encontrar melhores oportunidades, pois o Centro-Sul agrega muito mais oportunidades que o Nordeste neste sentido. (idem, p.111)

Assim, o nordestino proveniente de classes populares tem apenas ao seu favor a imagem construída sobre o nordestino cabra-macho, cabra da peste, que realiza feitos de honra e coragem. Imagem que, segundo Albuquerque Júnior, aparece como uma resposta compensatória à crescente impotência econômica e política deste espaço e que foi introjetada e assumida por boa parte da população.

O migrante nordestino das camadas populares, quase sempre colocado em posição de inferioridade e subordinação no ambiente de trabalho e nas relações sociais que estabelece nas grandes cidades, inclusive da própria região, lança mão, muitas vezes, deste mito do cabra-macho para responder a esta situação de subordinação ou mesmo afrontar uma situação de humilhação insuportável, gerando muitos atos de violência que irão marcar negativamente a figura do nordestino no Sul do país, ou a figura do Sertanejo nas grandes regiões do Nordeste. (idem, p.113)

Enquanto isso, a mulher nordestina terá a seu favor uma imagem masculinizada, de mulheres crédulas, feias e prontas para pegar no batente. Essa imagem será construída em cima de alguns fatores, como a necessidade da mulher de assumir atividades relacionadas ao marido, uma vez que este tinha de migrar sazonalmente em busca de trabalho. Também na produção cultural nordestina, esta mulher masculinizada, séria e trabalhadeira também está presente, como a personagem da canção interpretada por Luiz Gonzaga, a famosa “Paraíba Masculina”.

Albuquerque Júnior também ressalta que

[...] muitos discursos que construíram a figura do nordestino, nos anos 20, estavam marcados, ainda, por concepções eugenistas e social-darwinistas. Em muitos deles o atraso da região, sua crise econômica e social, eram atribuídas à composição de

sua população, majoritariamente mestiça. Muitos lamentavam que este espaço não tivesse sofrido a injeção de sangue ariano e europeu, da forma como havia ocorrido em São Paulo, fator que teria sido decisivo para o desenvolvimento daquela terra. Ao mestiço, notadamente mulato, era associada à ideia de que seria preguiçoso, resistente ao trabalho regular, instável do ponto de vista psicológico, já que oscilaria entre as heranças raciais que encarnava. Estas abordagens continuam presentes em alguns estereótipos que acompanham os nordestinos, ainda hoje, como aquela que, nos anos 80, chegou a preconizar a formação de uma suposta sub-raça na região, uma raça de nanicos, fruto da subnutrição e dos efeitos da estiagem sobre a dieta das populações, encarnada pela figura do homem-gabiru. Este racismo, que leva o nordestino a ser uma das vítimas privilegiadas dos grupos neo-nazistas, também se faz presente no estereótipo do cabeça-chata, que para além de ser uma forma bem humorada de se referir, notadamente aos cearenses, carrega uma imagem estereotipada e pejorativa do próprio corpo nordestino: corpo supostamente disforme, corpo flagelado, corpo feio, que não consegue os padrões de beleza predominantes, elaborados por muitas narrativas feitas na própria região. O nordestino, normalmente, é visto como sendo de baixa estatura, de cabeça grande, trazendo no corpo os estigmas de sua origem rural, marcas deixadas por suas duras atividades de trabalho, corpo pouco higiênico e pouco eugênico [...]. (idem, p.115)

O autor também questiona a existência de um “tipo nordestino”, que pode ser identificado em qualquer lugar do Brasil. Como se no Nordeste também não tivesse havido uma grande miscigenação entre diferentes raças. A raiz do problema de um preconceito contra esse estereótipo do nordestino que, como vimos, foi criada e alimentada tanto pelo Nordeste quanto pelo Sul, é mais latente diante da competição por empregos nas grandes cidades. A vaga de trabalho disputada entre o migrante, o morador local e o imigrante. Essa classe operária, que começou a formar-se nos anos 30, constituída por uma complexa malha de pessoas e gerou, segundo Albuquerque Júnior,

[...] conflitos que se expressaram também através da estereotipia dos grupos concorrentes, como é o caso dos portugueses no Rio de Janeiro, dos japoneses em São Paulo e dos nordestinos nas duas cidades. Em São Paulo, o nordestino teve que enfrentar, inclusive, preconceitos de fundo racial, já que muitos imigrantes estrangeiros, assimilando o próprio discurso das elites paulistas, vão se considerar superiores por pretensamente serem brancos, enquanto os nordestinos seriam negros ou mestiços. (idem, p.116)

Esses entraves também recaem sobre as classes médias nordestinas, principalmente os intelectuais e artistas que vivem na região Sul. Segundo o autor, existe uma visão que os considera como artistas menores ou menos intelectualizados por terem se lançado ao Centro-Sul do país. Ele também ressalta que esses próprios artistas e intelectuais assumem uma postura de vítimas, como se a desigualdade paralisasse seus projetos. Além disso,

[...] para as camadas intelectualizadas, assim como para a maioria das camadas populares do Nordeste, vencer no Sul do país não é só um sonho, como a comprovação da superioridade da capacidade de trabalho ou capacidade intelectual ou artística de quem ‘vence’ dando ao Sudeste a qualidade de ‘avaliador’ do trabalho realizado pelos colegas em outras localidades do país. (idem, p.117)

E, além desses entraves nada mais do que imaginários, existe também um problema de outra ordem, quando a vítima de preconceito projeta essas noções de preconceito contra si próprio e seus iguais. Como os migrantes que rapidamente trocam seu “ti” por “tchi”, tentando apagar o seu sotaque – na verdade, a única forma de que alguém possa perceber as origens de qualquer pessoa no Brasil, pois, em qualquer lugar do país, encontramos sempre uma grande mistura e miscigenação. E aí também se encontra a controvérsia – se todos os migrantes forjassem, por meio de seu sotaque, não serem do Nordeste, será que alguém realmente poderia reconhecer de onde eles vêm? Essa questão ficaria mais óbvia se um índio ou negro “fingissem” ser brancos- se isso fosse possível – apenas em seu exterior, seria como se, automaticamente, aos olhos do preconceituoso, o interior destes também mudasse totalmente. O que deixa então evidente o tamanho da estupidez cometida ao se julgar alguém se baseando em estereótipos cruéis. No entanto, fora de um mero experimento, este “diluir-se na multidão” (idem, p. 118) faz com que o nordestino introjete e “reproduza o próprio preconceito contra aqueles que chegam da mesma região de onde veio”. (idem, p.118)

É de fato interessante perceber que, boa parte dos intelectuais e artistas que migraram para o Centro-Sul e alcançaram sucesso e prestígio parecem ter “perdido” seus sotaques por completo. Como “os negros que parecem ir embranquecendo à medida que sobem na escala social” (idem, p.119). Podemos, apesar disso, excluir raras exceções, como a cantora Karina Buhr, o apresentador da MTV, China, e o jornalista Xico Sá.

E grande é a surpresa quando um nordestino se “descobre” nordestino quando viaja para o Centro-Sul do país, uma vez que nunca havia achado seu sotaque engraçado ou se viu, de repente, um grande apreciador de buchada de bode, PT e forró. Tudo isso apenas pelo seu

jeito de falar, que também é ridiculamente caricaturizado como um “oxente, bichinho”, além da hiperbolização (influenciada principalmente pelas novelas cariocas da Rede Globo) que insistem em reproduzir um sotaque afetado e cheio de expressões que há muitos anos caiu em desuso ou é apenas utilizado em uma determinada região do Nordeste. Pois, apesar de, para o Centro-Sul, o Nordeste ser apenas uma grande Bahia ou Paraíba, como se tanto fizesse ser de Fortaleza ou São Luís, existem diferenças marcantes entre os diferentes estados. Tão marcantes quanto as diferenças entre Rio de Janeiro e São Paulo, que também são vizinhos.

No entanto, não deixa de ser marcante a insistência da mídia, por exemplo, a fazer o mesmo tipo de cobertura há décadas e décadas sobre o Nordeste. As pautas que geralmente são noticiadas para o resto do país recaem sempre em fome e seca. Até mesmo o próprio cinema que utiliza o Nordeste como pano de fundo geralmente mostra cenas áridas e desertas, cheia de cactos e pessoas maltratadas pelas circunstâncias da vida. “O que queremos questionar é que exista exclusivamente no Nordeste ou que exista lá apenas isso e que estes personagens e estes eventos sejam suficientes para dizer o que foi a história desse espaço e como seriam seus habitantes” (idem, p. 122/123). O autor ressalta que, desde a década de 70, o Nordeste possui uma paisagem bastante diversificada, para além da praia, do sol e das secas.

O Nordeste continua tendo altas taxas de miséria e exclusão social, mas tem sido uma das regiões que mais tem crescido economicamente nas últimas décadas. Por um lado, não podemos acreditar no discurso de vitimização das elites nordestinas, o que Iná Elias de Castro no seu livro chamou de O Mito da Necessidade. Segundo esse mito, a região passa por vítima de discriminação quando se trata da aplicação dos recursos federais; no entanto, aquela autora mostra que o Nordeste proporcionalmente recebeu, ao longo do século XX, muito mais do que foi capaz de produzir em termos de arrecadação. Por outro lado, também não se pode aceitar o discurso de que o Nordeste é um espaço parasitário a viver a custa da poupança, dos recursos e dos investimentos de outros estados. Os recursos investidos na região, através dos mecanismos de incentivo fiscais patrocinados pela SUDENE, não só modernizaram e beneficiaram este espaço, como também contribuíram para a acumulação e reprodução do capital de empresas de outras áreas do país, inclusive multinacionais. (idem, p.123)

O que é interessante observar é que o Nordeste continua situado no país como um local que não avançou. No entanto, a paisagem da região dá mostras de que houve crescimento, desenvolvimento, industrialização, globalização. E não seria apenas o Nordeste a região que tem o “privilégio” sobre o “monopólio da miséria e da exclusão social” (idem,

p.124). Sabemos que se trata de um problema compartilhado por todo o país. Em conclusão, lembremos a entrevista de Tânia Bacelar ao Instituto Humanitas Unisinos, na qual ela constata que o preconceito contra o Nordeste não passa, na verdade, de um preconceito de classes.

[...] o preconceito contra o nordestino é um preconceito contra os pobres, é um preconceito de parte da elite. Como não havia investimentos no Nordeste e esta é uma região altamente povoada, os nordestinos, sem oportunidades de sobrevivência na sua região, migraram para outras regiões do país. Como os níveis educacionais do nordeste são mais baixos em comparação com o nível nacional, quando eles chegam às outras regiões, se inserem no mercado de trabalho de pouca qualificação. Então, o preconceito é de classes (2010)¹⁰

Essa é também a conclusão a que chega Albuquerque Júnior:

[...] o preconceito quanto à origem geográfica em relação ao nordestino está associado não só à forma como a região e o seu habitante foram descritos, pensados, definidos pelas próprias elites nordestinas, desde o começo do século XX, mas também está associado a outros preconceitos, como o preconceito de classe, aquele dirigido contra as pessoas mais pobres, que se ocupam com as atividades mais desqualificadas no mercado de trabalho, e o preconceito racial, já que a maior parte da população da região é mestiça ou negra. [...] preconceito dirigido aos menos letrados e analfabetos, já que boa parcela dos migrantes nordestinos dos anos 30, 40 e 50 possuía baixa taxa de escolaridade. Temos que entender que o preconceito nasce das tensões sociais [...]. O preconceito é uma maneira de desqualificar o oponente, de tentar vencê-lo através do rebaixamento social, da estigmatização. (JÚNIOR, 2007, p. 126)

Podemos ressaltar também que o preconceito de raça e de classe social também existe dentro do próprio Nordeste como em qualquer parte do país – apenas as denominações é que mudam. O que seria um baiano ou paraíba no Sudeste, no Nordeste é a “piniqueira” e o “cafusú” – apenas palavras diferentes para sujeitos similares. É interessante dirigir o final deste capítulo para a questão de que as referências de beleza ou classe da população brasileira têm estão sempre voltadas para fora do país – na Europa ou Estados Unidos. Albuquerque Júnior enfatiza o fato de que o Nordeste é sempre quente o ano todo – não proporciona momentos em que seus habitantes podem se sentir “chiques” ao usar botas e casacos pesados,

¹⁰ <http://www.cartacapital.com.br/politica/tania-bacelar-araujo-estamos-distribuindo-renda-com-uma-mao-e-concentrando-com-a-outra/>

em referência aos climas temperados do Norte do planeta -, também não recebeu uma grande quantidade de imigrantes europeus e, portanto, não foi branqueada. Como, infelizmente, desejavam as elites de todo o país; inclusive do próprio Nordeste.

Gostaríamos de, a seguir, adentrar na questão do preconceito de classe e, por conseguinte, das diferentes culturas e vivências arraigadas à própria questão.

4. Diferenças e Desigualdades

Lançado em 2010, em meio à celeuma causada pelo caso de Mayara Petruso, o *Movimento São Paulo para os Paulistas*, integrado por jovens entre 18 e 25 anos, lançou uma campanha na internet que, até agora, conseguiu reunir 1.925 assinaturas. Segundo o Blog da Cidadania, do jornalista Eduardo Guimarães,

[...] o texto começa com ‘denúncia’ de ‘desrespeito’ derivado de hábitos nordestinos que estariam sendo ‘impostos’ aos paulistas, de ‘alta criminalidade’ entre os migrantes, de ‘hospitais superlotados’ que seriam resultado da ‘migração nordestina’ para São Paulo. (GUIMARÃES, 2010)¹¹

Entre as propostas para enfrentar o problema da migração, a petição propôs:

- a) Torne-se crime no Estado de São Paulo, a invasão e loteamento de terrenos ou prédios - públicos ou privados. São Paulo não foi buscá-los em sua origem. Portanto, não tem obrigação de sofrer suas práticas.
- b) Cobrança de água, luz e IPTU nas favelas, sem taxas diferenciadas. Sem tolerância a roubos de serviços e ligações irregulares, sendo também encarado como crimes.
- c) Suspensão de TODO e QUALQUER benefício e gratuidades a migrantes. Seja pelo estado e todas as prefeituras. A SABER: medicamentos gratuitos, auxílio-aluguel, mãe-paulistana, bolsas por número de filhos, casas populares, leve-leite, uniforme, material, transporte escolar, cestas básicas, bolsas diversas, auxílios-financeiros, e todos os demais não-mencionados. Trata-se apenas do estado parar de conceder o que NÃO tem obrigação de conceder. Como já dito, São Paulo deve cuidar dos SEUS pobres.
- d) O uso dos serviços públicos (hospitais, postos, escolas, creches, assistência social, etc.) sejam limitados, conforme mencionado nos itens 88 e 33.
- e) Total proibição de camelôs e todo tipo de comércio ilegal. Nas ruas, praças, calçadas, barracas, etc. (que inclusive causa riscos a pedestres). Com apreensão e prisão em caso de reincidência. Ambulantes têm o total direito de fazer suas atividades. Em suas terras de origem
- f) Tolerância zero com todo tipo de crimes
- g) Não tolerar transgressão a leis contra ruído, desordens, veículos de som e forrós ilegais, fraudes, burlas de catraca, pixações, desrespeitos. ¹² (2010)

¹¹ <http://www.blogdacidadania.com.br/2010/11/movimento-sao-paulo-para-todos/>

¹² <http://www.petitiononline.com/estadosp/petition.html>

Mas o que teria motivado um grupo de jovens brasileiros a vir a público fazer queixas sobre a questão da migração no estado de São Paulo? De acordo com seus criadores, o que culminou com a criação *Movimento São Paulo para os Paulistas* foi a proposta, na Assembleia Legislativa, de implementar uma disciplina que aplicaria os costumes e a cultura nordestina nas escolas públicas. “Aqui não é o Nordeste. Ele deve fazer isso no Nordeste”¹³, disse o porta-voz do Movimento, Willian Navarro, de 22 anos, em entrevista a Terra Magazine sobre o político (que não foi citado na entrevista) que realizou a proposta. Outros argumentos levantados pelo grupo são de que o Sul e Sudeste sustentam o Norte e o Nordeste, e de que essas regiões mais pobres estão “mamando nas tetas” das mais ricas.

A cidade de São Paulo sofre pelo excesso de população, falta de infra-estrutura e segurança – frota de carros cada vez maior, meios de transporte público superlotados, criminalidade avançando para dentro dos fortes apache das classes média e alta. Problema similar é enfrentado por quase todas as outras capitais brasileiras – no entanto, o drama sofrido por São Paulo é mais aparente e profundo por se tratar da maior megalópole da América Latina. E quem seriam os culpados pelo caos urbano? A prefeitura, o Governo Federal, as empresas, os migrantes? Tanto em São Paulo quanto em qualquer lugar do mundo, é a população pobre, seja ela migrante, nativa ou descendente de migrantes, que vive nas bordas, periferias das cidades, e são eles que sofrem os piores danos causados pelos problemas sociais enfrentados nas grandes urbes. São também eles que terminam por sofrer preconceito e estigmatização, que geralmente os relega apenas à violência e à falta de recursos (MORAIS, 2009). À primeira vista, parece simples exigir o “extermínio”, afastamento dessa população, aumento do policiamento e da punição dos bandidos (e aí não estão incluídos os bandidos de colarinho branco, que prejudicam muito mais o país) (MORAIS, 2009). Mas não se pode ser simplista a este ponto – os problemas estruturais e sociais de São Paulo advêm de outra ordem.

Formas de erradicar o que, à primeira vista, parece incomodar, é uma técnica mais do que antiga. Há dois anos, esse grupo de jovens veio a público declarar que a migração nordestina deve ser impedida, mesmo que o enorme contingente de pessoas proveniente dessa região já esteja misturado de tal forma à sociedade paulista assim como imigrantes provenientes da Itália ou do Japão (que, segundo os manifestantes, fazem parte da real população de São Paulo, aquela que “construiu” a cidade na época da industrialização – o que

¹³http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CFcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fterramagazine.terra.com.br%2Finterna%2F0%2C%2COI4605938-EI6594%2C00-Em%2Bmanifesto%2Bna%2Bweb%2Bjovens%2Bpaulistas%2Bcriticam%2Bmigracao.html&ei=wmvbT5C2KfGQ0QG9rrz2Cg&usg=AFQjCNE_fLnGecByOngLxETKSEgfjuo-Rw

não se aplicaria aos nordestinos).

Não estamos sequer diante de um mero problema de multiculturalidade, que supõe a tolerância das diferenças em um clima de hipocrisia e apatia; os jovens estão colocando as malhas da estrutura social ao avesso e mostrando suas frágeis costuras: a suposta heterogeneidade de um país tido como manso, alegre e pacífico. As diferenças sempre estiveram escancaradas em todo o país – mas elas passavam ignoradas; mesmo que isso significasse a maior das violências, a indiferença às mazelas sociais do país e das duras hierarquias veladas entre raças e regiões.

No entanto, nos dias de hoje, ver oprimidos sendo abertamente mais oprimidos - não chega a ser algo sequer aceitável em uma sociedade ocidental guiada pelo politicamente correto. Muito menos em uma sociedade democrática, laica, globalizada, em pleno século XXI, quinta economia do mundo. Tanto o *Movimento São Paulo para Paulistas* quanto o caso dos usuários do Twitter mostram que os jovens estão assumindo suas intolerâncias e se negando a seguir “tolerando” o próximo (que está ficando próximo demais), que não lhes é reconhecido como semelhante ou como diferente, mas inferior. Em São Paulo, o surgimento desse incômodo com os nordestinos não é realmente de ordem cultural, como os manifestantes insistem em afirmar - é incômodo de *classe social*, que se enlaçou a conflitos de cultura, modo de falar, de vestir, de festejar... Estamos em um momento em que se alardeiam publicamente a existência de ‘incompatibilidades’ entre sociedades dentro do mesmo país, quando, na verdade, estamos falando da mesma discussão dos moradores de Higienópolis, que não querem “gente diferenciada” transitando pelo seu bairro.

4.1 Cultura e Sociedade

Essa parcela dos jovens faz abertamente cair a máscara do tão cultuado multiculturalismo brasileiro, e, principalmente, do brasileiro como homem gentil e que lida bem com as diferenças. A maioria dos brasileiros de classe média e alta lida bem com as diferenças enquanto elas estiverem bem delimitadas – quando os pobres não assaltam suas casas e não dividem com eles o avião ou uma sala de cinema. E essas diferenças de classe foram muito bem mantidas desde o nascimento do país. Mas isso está mudando lentamente – tanto de forma positiva, como a melhoria de vida das classes mais pobres, como negativa, com o descontrole da violência urbana no país causado pelo crescimento desordenado e desigual da cidade, que culminou no fortalecimento do crime e do tráfico de drogas (SODRÉ, 1994).

De acordo com o relato de Willian Navarro para o Terra Magazine, “quem constrói

São Paulo não são os pedreiros. São os empresários, os investimentos aplicados por São Paulo, pelos paulistas” (2010). E aí se expõe de forma bastante evidente: São Paulo, terra dos ricos, que financiam o crescimento da nação. Nordeste, terra dos pobres, que servem ao financiamento propiciado por paulistas. Vê-se então o limite: segundo o entrevistado, 85% dos moradores de rua são migrantes. O problema de São Paulo é então a migração. O que exigiria, assim, um simples “cordão de isolamento” ou até mesmo leis de migração, similares às aplicadas em quase todos os países do primeiro mundo com relação aos imigrantes. Dessa forma, os manifestantes acreditam que, se São Paulo estivesse livre dos migrantes e de sua ‘baixa cultura’, a grande maioria dos malefícios que supostamente trazem em suas bagagens seria definitivamente combatida. Não haveria mais caos na cidade, São Paulo seria como uma grande Bélgica. Mas é interessante lembrar que São Paulo nasceu e desenvolveu-se em um ambiente de subdesenvolvimento, e tem problemas com saúde, educação e transporte similares aos de boa parte das grandes cidades subdesenvolvidas do mundo. Seriam problemas dessa ordem unicamente causados indiscriminadamente pelos migrantes?

O que se constata como real motivo por trás do Movimento para os Paulistas está na fala de Tânia Bacelar:

[...] o preconceito contra o nordestino é um preconceito contra os pobres, é um preconceito de parte da elite. Como não havia investimentos no nordeste e esta é uma região altamente povoada, os nordestinos, sem oportunidades de sobrevivência na sua região, migraram para outras regiões do país. Como os níveis educacionais do nordeste são mais baixos em comparação com o nível nacional, quando eles chegam às outras regiões, se inserem no mercado de trabalho de pouca qualificação. Então, o preconceito é de classes. (2010) ¹⁴

Além disso, como boa parte da população nordestina que migrou para São Paulo possui escolaridade mais baixa e consegue empregos como de porteiro, babá, pedreiro, costureira, faxineiro, entre outros, existe também o incômodo com o empoderamento dessa legião de “gente desqualificada”, que, ao conseguir mais poder aquisitivo, está também tendo mais liberdade para usufruir da cidade.

Já se prevê que, em alguns anos, a classe E deixe de existir por completo no Brasil. Seria então a erradicação da miséria, ou ao menos a erradicação da miséria absoluta, o que já é um grande passo para o país. Mesmo que seja uma ascensão debatível e questionável sob alguns aspectos, não se pode negar que pessoas economicamente desfavorecidas tiveram uma

¹⁴ <http://www.cartacapital.com.br/politica/tania-bacelar-araujo-estamos-distribuindo-renda-com-uma-mao-e-concentrando-com-a-outra/>

melhora em seu padrão de vida e têm tomado uma fatia importante do mercado consumidor. Então, vemos que classes menos favorecidas têm movimentado um universo cultural e econômico à sua volta – viagens, restaurantes, moda, shows, eventos... E, da mesma forma que se fizeram discussões absurdas sobre a “orkutização” do Instagram e da entrada de “gente diferenciada” no bairro de Higienópolis - como se o acesso de classes mais desfavorecidas a ambientes (sejam eles virtuais ou físicos) frequentados pelas classes média e alta significasse sua ‘favelização’, sua perda de signos da ‘alta cultura’-, a maior mobilidade e acesso das classes menos favorecidas ao lazer e ao consumo significam uma ‘invasão’ evitada e indesejada pelas classes A e B, que não desejam ter de conviver com essa parcela da população de forma mais próxima e igualitária.

Existe um repertório cultural assimilado por essa parte da sociedade que é constantemente remodulado diante das aspirações de luxo, glamour e riqueza vindos da alta sociedade. Assim, a pessoa desfavorecida consome produtos ainda mantendo códigos culturais de suas vivências e aprendizados adquiridos em suas comunidades. De acordo com Canclini,

[...] a diferença entre os níveis culturais se estabelece pela composição de seus públicos (burguesia/classes médias/populares), pela natureza das obras produzidas (obras de arte/bens e mensagens de consumo de massas) e pelas ideologias político-estéticas que os expressam (aristocratismo esteticista/ascetismo e pretensão/pragmatismo funcional. [...] Então, a diferença se estabelece, mais do que nos bens de que cada classe se apropria, no modo de usá-los. (CANCLINI, 2005, p. 78).

A presença dessa considerada “baixa cultura” também é vista pelas classes A e B como algo exógeno, que não nasceu em São Paulo, e que não faz jus à sua cultura “superior”. Como no seguinte texto formulado na petição:

Migrantes ocupam espaços que pertencem ao paulista. Arruaças em transportes públicos. Burlas de catraca. Heliópolis e Paraisópolis. Migram, saciam a fome, depois permanecem em SP impondo seus costumes. Possuem inúmeros filhos, diferentes hábitos, despejam lixo nas ruas, praticam assédios, ofendem pessoas por nada. Agrirem com seus ritmos - funk, forró, etc em carros, ruas. Ao rejeitar, o paulista é taxado de ‘preconceituoso’. Nossas praças NÃO são locais de rodas de forró, feiras de trocas, desrespeitando locais históricos. A farta divulgação pública de forrós em cartazes, carros, demonstram o desrespeito do migrante na terra alheia.

Ao contrário do que pensam, São Paulo NÃO é filial ou colônia do Nordeste.
(2010)

Aí encontramos claramente o desejo dos manifestantes de não ter sua região vinculada a práticas consideradas ‘menos valorosas’ nos locais por onde transitam. Como se fossem apenas os migrantes os seus autores, e como se eles tivessem trazido a barbárie de sua região e esta já não estivesse presente em todo o país.

As próprias manifestações culturais, como os forrós e as feiras de trocas, são permeadas pelas classes sociais. Os bens de que estas se apropriam e ressignificam fazem parte de suas práticas dentro do sistema cultural. Percebe-se dessa forma que

[...] os processos culturais não são apenas o resultado de uma relação de cultivo, de acordo com o sentido filológico da palavra cultura, não derivam unicamente da relação com um território no qual nos apropriamos dos bens ou do sentido da vida neste lugar. Nesta época, nosso bairro, nossa cidade, nossa nação são cenários de identificação, de produção e reprodução cultural. A partir deles, no entanto, apropriamo-nos de outros repertórios disponíveis no mundo, que nos chegam quando compramos produtos importados no supermercado, quando ligamos a televisão ou passamos de um país para outro como turistas ou migrantes. [...] Hoje, milhões de pessoas vão de um lado a outro frequentemente, vivem de forma mais ou menos duradoura em cidades diferentes em que nasceram e modificam seu estilo de vida ao mudar de contexto. Estas interações têm efeitos conceituais sobre as noções de cultura e identidade. (CANCLINI, 2005, p.44/45).

Esse súbito sentimento de invasão com relação à cultura nordestina mostra que cultura não é apenas a prática proveniente de tradições regionais. A cultura transforma-se e entrelaça-se aonde quer que vá. As práticas culturais observadas em São Paulo não necessariamente são práticas idênticas às vistas no Nordeste. Há ressignificações e repatriamentos provenientes tanto da região de onde se migrou quanto da região que recebe o migrante. Questiona-se então se esse entrelaçamento histórico entre as culturas de São Paulo e do Nordeste (desde a invenção do Brasil, poder-se-ia dizer) e que foi se estreitado entre os séculos XX e XXI, é hoje alvo de tantas críticas por se tratar de um preconceito de outra ordem – preconceito contra a própria pobreza e a forma como ela ressignifica constantemente seus signos culturais e perpetua outros. Para Canclini, “Quando os sujeitos selecionam, quando simulam o teatro das preferências, a rigor estão representando papéis que o sistema social lhes fixou” (CANCLINI, 2005, p.195). Afinal, os mais simples atos de consumo refletem não apenas uma

condição cultural de um país, mas também social. “[...] isso significa algo, participa, de modo distinto, das interações sociais” (idem, p. 45) Como podemos ver, não há como existir formalmente dualismos entre o que é social e o que é cultural.

Devemos considerar não só as definições múltiplas sobre o cultural dadas pelas ciências humanas e sociais, mas também as conceituações feitas pelos governos, mercados e movimentos sociais. As maneiras pelas quais se estão organizando a produção, a circulação e os consumos dos bens culturais não são simples operações políticas ou mercantis; instauram novos modos de entender o que é cultural e quais são seus desempenhos sociais. (idem, p. 49).

O que desejamos mostrar e desenvolver é que de fato existem diferenças culturais entre as regiões brasileiras, mas que não são essas que, de fato, causam choques reais. O que se evidencia é que a cultura e suas diferentes vertentes são divididas entre manifestações que são consideradas mais ou menos valiosas; como noções de alta e baixa cultura, como se a palavra cultura em si já não exprimisse relações de troca e influência mútuas entre ambas, se é que elas realmente podem ser diferenciadas. Esses são fatores que evidenciam “[...] as dificuldades que persistem quando se quer articular *diferenças*, *desigualdades*, procedimentos de *inclusão-exclusão* e as formas atuais de exploração” (idem, p. 53)

No caso específico de que estamos tratando, diferença é então uma construção que se encaixa nos entremeios da desigualdade social e que acaba, por conseguinte, tomando uma dimensão cultural. Seria então uma ilusão pensar que a desigualdade do nordestino advém de sua diferença cultural, como se esta trouxesse consigo uma inferioridade intrínseca por advir de sujeitos, em sua maioria, pobres.

E, invertendo as regras do jogo desigualdade x diferença, a lógica contrária também serve de alerta. Nordestinos que não foram atingidos pela desigualdade social e possuem bons níveis de escolaridade podem passar por situações vexatórias em que são alvo de chacota ou até de agressão verbal por conta de seu sotaque ou expressões culturais de sua região, que demonstram sua diferença. Diferença que se torna, então, desigualdade.

Fazendo uma analogia à situação abordada por Canclini sobre os indígenas na América-Latina, podemos concluir que os nordestinos que estão em uma situação econômica desfavorável obviamente não são diferentes

[...] por sua condição étnica, mas também porque a reestruturação neoliberal dos mercados agrava sua desigualdade e exclusão. Sabemos em quantos casos sua

discriminação étnica adota formas comuns a outras condições de vulnerabilidade: são desempregados, pobres, migrantes sem documentos, *homeless*, desconectados. Para milhões, o problema não é manter ‘campos sociais alternativos’, mas ser incluídos, chegar a se conectarem, sem que isso atropela sua diferença nem os condene à desigualdade. [...] Muitos representantes da América Profunda estão interessados na modernização. Não só enfrentam algumas injustiças para afirmar sua diferença; também querem apoiar-se de bens modernos e reutilizá-los a fim de corrigir a desigualdade. (idem, 66)

Como já sabemos, o confronto entre classes se tornou mais aparente quando houve um confronto político, nas eleições de 2010. O país então passou a ser dividido entre os que desejam as mudanças levadas a cabo pelo atual governo da dita esquerda e os que desejam a volta de governos da chamada direita.

Quem domina o capital acumulado, fundamentado no poder ou na autoridade de um campo, tende a adotar estratégias de conservação e ortodoxia, enquanto os mais desprovidos de capital, ou recém-chegados, preferem estratégias de subversão ou heresia. (idem, 76).

Com a vitória de Dilma nas últimas eleições, a manobra política e midiática de pintar de azul e vermelho o país trouxe resultados nefastos, como as manifestações de preconceito em redes sociais e a petição virtual do *Movimento São Paulo para os Paulistas*, por exemplo. Percebe-se que, a todo momento, coloca-se a população nordestina como pessoas “burras”, que não deveriam ter direito a voto. Quem está na situação de dominação e privilégio deslegitima as opiniões e vontades de grupos marginais.

“Brasileiros, agora fodam-se. Isso é que dá dar direito de voto a nordestinos” (@mayarapetruso)¹⁵

“Vai cortar tua cana, nordestino... colocar comida na mesa para seus 15 filhos se alimentarem...viver de bolsa família é fácil, né?” (@sophiaofdreams)¹⁶

“Esses nordestinos pardos, bugres, índios, acham que têm moral. Cambada de feios. Não é a toa que não gosto desse tipo de gente.” (@amandaregis)¹⁷

¹⁵ <http://www.twitter.com/> Data: 31/10/2010

¹⁶ Data: 09/12/2011

“Só vim aqui para dizer quanto os nordestinos são a desgraça do Brasil. Pqp! Bando de GNT retardada que acham que sabem alguma coisa” (@lucianfarah77)¹⁸

Além disso, a ascensão das camadas populares é tida como resultado do assistencialismo do governo, como se classes menos favorecidas não estivessem participando de uma conquista social, que está dando mais possibilidades e trabalho aos brasileiros.

“vai curtir seus 365 dias de carnaval, nordestino Escória Nacional.
(@sophiaofdreams)

“Juro, não queria entrar na polêmica, mas é maior que eu. #Orgulhodesernordestino e passar o dia fazendo nada enquanto é sustentado pelo sul” (@andrezaraz)¹⁹

“Quem sustenta vocês somos nós, vai receber tua bolsa 171 e comprar tua cachaça... sancho pança” (@sophiaofdreams)

A ideologia do *self-made person* fica evidente nos relatos. Pessoas economicamente desprovidas são culpadas por seus destinos. “A exclusão apresenta-se mais como um destino (contra o qual é preciso lutar) do que como o resultado de uma assimetria social, de que algumas pessoas tirariam partido em juízo de outras” (CHIAPELLO & BOLTANSKI *apud* Canclini, 2005, p. 94).

Atribui-se assim às pessoas pobres uma personalidade de aproveitadores, preguiçosos e responsáveis pela situação em que se encontram. A incansável afirmativa de que o governo foi reeleito por causa do Bolsa Família e que as pessoas já nem trabalham mais no Nordeste. “Torna-se claro que a importância de pensar em conjunto diferença e desigualdade acentua-se num tempo em que é cada vez mais difícil defender as diferenças sem questionar as iniquidades” (CANCLINI, 2005, p.146).

4.2 Diferenças e Desigualdades

O historiador José D’Assunção Barros nos ajuda a evidenciar de forma mais contundente os cruzamentos entre Igualdade e Diferença. Segundo o autor,

¹⁷ Data: 11/05/2011

¹⁸ Data: 11/05/2011

¹⁹ Data: 09/12/2011

[...] o contraste entre *Igualdade* e *Desigualdade* refere-se quase sempre não a um aspecto essencial, mas a uma circunstância associada a uma forma de tratamento [...]. Tratam-se dois ou mais indivíduos com igualdade ou desigualdade relativamente a algum aspecto ou direito, conforme sejam concedidos mais privilégios ou restrições a um ou a outro (BARROS, 2006, p. 200 – ênfase do autor)

O autor coloca a diferença entre Igualdade e Desigualdade no campo das contradições, que não são essenciais, fazem parte de uma caminhada histórica. Não se trata então de contrários como mulher e homem, amor e ódio.

Segundo ele, as diferenças são “inerentes ao mundo humano” (idem, p.200), estão atreladas às diferentes etnias, sexo, etc. Portanto, “se pode sonhar que um dia essas diferenças serão tratadas socialmente com menos desigualdade. Por isso, as lutas sociais não se orientam em geral para abolir as diferenças, mas sim para abolir ou minimizar as desigualdades” (idem, p.201).

O diferente implica questões de natureza, enquanto a desigualdade, questões de circunstâncias.

Falar de Desigualdade implica nos colocarmos em um ponto de vista, em certo patamar ou espaço de reflexão (econômico, político, jurídico, social), mas ainda, implica arbitrar ou estabelecer critérios mais ou menos claros dentro de cada espaço potencial de reflexão. (idem, p. 201).

A Desigualdade, portanto, faz parte de hierarquias sociais e políticas.

Em uma esquematização semiótica, o quadrado semiótico greimasiano, D’Assunção Barros mostra que Igualdade e Diferença relacionam-se horizontalmente, em “uma coordenada de contrários, que se refere ao plano das essências, mas que também se relaciona diagonalmente com a Desigualdade (em um eixo de contradições, que se refere ao plano das circunstâncias)” (idem, p.203). O autor ressalta que, enquanto a Desigualdade é algo reversível, a Diferença não. Por isso é possível um deslocamento no eixo da Desigualdade. Por exemplo, a desigualdade econômica é reversível. No entanto, não podemos aplicar a mesma fórmula para as diferenças entre os sexos masculino e feminino. Até mesmo no plano da sexualidade, existem apenas diferenças: homossexual, heterossexual, bissexual ou transexual. A mesma fórmula aplica-se à posição geográfica – uma pessoa que nasceu no Nordeste é diferente da pessoa que nasceu no Sudeste. Não se pode ser mais ou menos

nordestino, por exemplo. No entanto, o autor ressalta que isso não tem relação alguma com raça, pois diferenças raciais não são essenciais, mas frutos de construções sociais, uma vez que todos nós somos oriundos de um mesmo DNA e descendemos da mesma matriz. Ou seja, biologicamente, não existem raças. As inúmeras tonalidades de pele nos atestam isso. Não existe em absoluto “um tipo unificado de Branco ou de Negro” (idem, p. 205). D’Assunção Barros ressalta que, a dicotomia entre negros e brancos surge quando os diferentes tons de pele são essencializados, o que é algo sempre ambíguo e ficcional.

Desigualdades, segundo o autor, estão mais ligadas ao Estar e ao Ter – dessa forma, “pode-se ter mais riqueza, mais liberdade, mais direitos políticos, enquanto as Diferenças relacionam-se mais habitualmente ao Ser (‘ser negro’, ‘ser brasileiro’, ‘ser mulher’).” (idem, p. 206)

No entanto, mesmo que, diante de Diferenças, a Constituição Federal garanta Igualdade para todos os brasileiros, o autor ressalta de que não é assim que as coisas geralmente ocorrem. “[...] a conexão entre Diferença e Desigualdade implica também Exclusão ou Segregação” (idem, p. 207). A discriminação social está intimamente ligada aos conceitos de Igualdade, Desigualdade e Diferença.

[...] a Discriminação ajuda a impor precisamente um jogo de dominação e estratificação social que afeta com maior ou menor violência grupos menos favorecidos e que lida com uma complexa relação entre Igualdade, Desigualdade e Diferença. A Discriminação equivale, naturalmente, a determinado modo de conduzir socialmente as Diferenças com vistas a tratá-las desigualmente. [...] Os indivíduos, a partir daí, passarão a ser enquadrados na categoria socialmente gerada pelo sistema discriminatório. (idem, p.207)

Isso implicaria que um grupo de indivíduos seja tratado desigualmente pela sua diferença.

A situação do negro, por exemplo, que foi historicamente e socialmente construída, é um bom exemplo disso.

A partir de uma dicotomia discriminatória estabelecida, os indivíduos são partilhados dentro dessas categorias, mesmo que para tal seja preciso desconsiderar as ambigüidades resultantes de enquadramentos de alguns indivíduos dentro dos padrões estabelecidos para cada categoria (idem, p. 209).

Assim, dependendo da forma como os indivíduos forem categorizados, eles serão tratados com igualdade dentro de sua categoria e com desigualdade fora dela.

Com relação à negritude, houve um deslocamento imaginário na época da escravidão em que os escravos - sujeitos que estavam numa posição desigual - eram vistos como se essa fosse uma condição de nascença. Então não se *estava* escravo, *era-se* escravo. Transforma-se, assim, a contradição em contrariedade. Transmutando “uma circunstância em uma essência” (idem, p.209). Tirando essa perspectiva do foco único, como fizeram os abolicionistas, essa condição de desigualdade toma fluidez, pode ser modificada.

A ideia também do sangue azul, da nobreza, é trazida como outro exemplo, na qual a posição social de um sujeito em um sistema monárquico era essencializada, como se uma pessoa pudesse nascer nobre. E essa posição só pôde ser levada abaixo em alguns países quando essa noção de nobreza passou a ser vista como algo circunstancial. “Destituído da Diferença e declarada sua Desigualdade, o rei facilmente perde a cabeça.” (idem, p.209) .

No sentido contrário, no qual a Diferença também pode ser vista como Desigualdade “para atender a determinados projetos sociais de dominação” (idem, p.210), podemos também citar a criança, que antigamente era vista como um “adulto incipiente [...] portanto, no âmbito de uma desigualdade a ser superada, e não uma diferença a ser considerada”(idem, p.210).

Dessa forma, as duas noções de Desigualdade e Diferença podem ser utilizadas para fazer operar a opressão e a discriminação. Quando são tomados caminhos inversos a essa lógica, novas possibilidades de atuação surgem para os sujeitos oprimidos.

Façamos então um paralelo ao que o autor afirmou em relação à questão do negro com a questão do nordestino. Segundo o autor, ser negro

[...] é hoje uma Diferença marcante nas sociedades modernas, mas essa Diferença também tem uma história. [...] Essa história foi obrigada a entrelaçar-se com a ideia desigual de Escravidão, para dar suporte a este cruel regime de dominação, que foi o Escravismo Colonial. (idem, p.211)

A noção de negro foi algo inventado pela Europa. Assim como a do próprio nordestino passou por esse processo de “criação”, como vimos anteriormente. Negro não se vê na África como negro, assim como nordestino não se vê como tal no Nordeste. O Negro foi uma “construção branca – já que os povos africanos enxergavam a si mesmos como pertencentes a grupos étnicos bastante diferenciados (...)” (idem, p.211). Assim como, no Nordeste, um baiano e um pernambucano se vêem como pessoas provenientes de regiões relativamente

diferentes. Assim como as paisagens entre São Luís e Natal, sotaques e costumes diferem de forma bastante evidente.

A própria noção de África e africano também foi uma construção europeia. “O Norte, o Centro, o Sul, a banda oriental, o litoral atlântico, para apenas falar das macrorregiões da África, eram pressentidas pelos povos que as habitavam como regiões geográficas e culturais bem diferenciadas” (idem, p.212). Além disso, a escravidão não nasceu com o negro – era uma prática sempre utilizada desde a antiguidade. A noção de escravo como o negro também foi uma construção dos brancos. A homogeneização dos povos da África num tipo africano construiu-se concomitantemente com a construção dessa população como inferior, como se fosse “exterior à civilização. [...] O negro no Brasil e no resto da América passou a ser visto como realidade única e monolítica, e com o tempo foi levado a enxergar a si mesmo também dessa maneira” (idem, p.213).

Assim, a desigualdade causada pelo processo escravista confundiu-se com inferioridade cultural, condição social e cor de pele. Da mesma forma que a desigualdade existente no Nordeste confundiu-se com cultura, condição social e cor de pele.

Esperamos assim ter exposto a forma como Diferença e Desigualdade estão altamente imbricados e podem confundir-se com facilidade no discurso dominante. O Nordeste, local de muitos contrastes geográficos, sociais e de costumes é hoje apresentado pelos manifestantes do *Movimento São Paulo para os Paulistas* e alguns usuários do Twitter como uma região indiferenciada e pasteurizada, mergulhada num estigma de pobreza e miséria. Essencializar e indiferenciar essas nuances criam uma Diferença intransponível – e é exatamente em cima disso que o discurso da projeção e execração do diferente se fortalece; em cima de considerações que, em sua raiz, são arbitrárias. Assim, o Nordeste saiu de uma condição de Igualdade, para uma de Desigualdade e, por fim de Diferença. Outras desigualdades que foram essencializadas como Diferenças, de sotaque ou de raça, por exemplo, servem também para aplicar uma inferioridade, uma desigualdade com relação aos moradores do Sudeste – o que, mais uma vez, mostra-se um argumento falacioso. Também observamos que o Nordeste saiu de uma situação de Diferença, na qual seus contrastes e contradições eram levados em consideração, para uma situação de pasteurização e indiferenciação, que é hoje combatida pelo discurso da Igualdade entre povos e regiões.

Resta-nos apenas perguntar por que são os jovens os atores sociais a causar levantes preconceituosos e pedir pelo fechamento das portas de São Paulo para os migrantes. Partiremos do pressuposto que não se trata apenas de um problema educacional, um ensino descontextualizado que receberam dos pais e professores. Sabemos que o preconceito de

classe está longe de ter surgido hoje, mas por que a agressividade parte principalmente dos jovens – de quem se esperava posicionamentos mais “avançados” com relação a questões de tolerância e dogmas. Outra pergunta que surge é como as redes sociais se tornam uma via de acesso fácil a atos de agressão uma vez que não se entende muito bem a tênue linha que divide o público do privado e a forma como esses jovens estão se comunicando. A petição online trata-se de um documento aberto e que possui mais de um milhão de acessos. No entanto, a ferramenta mais utilizada pelos jovens para destilar sua raiva contra os nordestinos foram as redes sociais, como Twitter e o Orkut. Como o Orkut já caiu em desuso, faremos no capítulo seguinte uma breve explicação sobre do que o Twitter se trata, como ele tem sido utilizado atualmente e como os jovens têm se apropriado dessa ferramenta de discussão pública.

5. Redes Sociais na Internet

No livro “Redes Sociais Digitais – a Cognição Cognitiva do Twitter”, as pesquisadoras Lúcia Santaella e Renata Lemos definem as Redes Sociais da Internet (RSI), como

[...] plataformas-rebentos da Web 2.0, que inaugurou a era das redes colaborativas, tais como wikipédias, *blogs*, *podcasts*, o Youtube, o Second Life, o uso de *tags* (etiquetas) para compartilhamento e intercâmbio de arquivos como no Del.icio.us e de fotos como no Flickr e as RSIs, entre elas o Orkut, My Space, Goowy, Hi5, Facebook e Twitter com sua agilidade para *microbloging* (SANTAELLA & LEMOS, 2010, p.7).

Esses tipos de redes trazem uma cultura de imediatismo e rapidez no qual a informação tornou-se uma mercadoria central sobre a qual a noção de encontro e lugar físico parece ser cada vez mais fluida, como em uma “[...] cultura do efêmero, um patchwork de experiências e interesses em vez de uma tabela de direitos e obrigações” (idem, p. 17)

Atores

Dentro desses sistemas encontramos “atores” - usuários dessas redes. Segundo Raquel Recuero, autora do livro “Redes Sociais na Internet”, atores “atuam de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição dos laços sociais” (RECUERO, 2010, p.25). Ou seja, são parte essencial das mídias sociais, e, sem eles, elas estão fadadas ao fracasso e ao esquecimento. Em cada página ou perfil, o ator molda uma identidade virtual, um avatar, onde geralmente mostra apenas o que ele (a) deseja divulgar sobre sua vida ou agregar à sua personalidade: “há um processo permanente de construção e expressão de identidade por parte dos atores sociais no ciberespaço” (idem, p.26). Segundo a autora, o ambiente globalizado em que vivemos traz à tona um “imperativo de personalidade” (idem, p.27) no qual há uma necessidade constante de exibição pessoal. Houve um cruzamento profundo entre o público e o privado, em que ambos frequentemente se confundem e, em certas situações, seus conceitos parecem ambíguos. “É preciso ser ‘visto’ para existir no ciberespaço. [...] Talvez, mais do que ser visto, essa visibilidade seja um imperativo para a sociabilidade medida pelo computador” (idem, p.27).

Recuero nos traz os conceitos da estudiosa americana Judith Donath sobre a percepção do outro.

Ela mostra que, no ciberespaço, pela ausência de informações que geralmente permeiam a comunicação face a face, as pessoas são julgadas e percebidas por suas palavras. Essas palavras, constituídas como expressões de alguém, legitimadas pelos grupos sociais, constroem as percepções que os indivíduos têm dos atores sociais. É preciso, assim, colocar rostos, informações que gerem individualidade e empatia, na formação geralmente anônima do ciberespaço (idem, p.27).

Sendo assim, a autora aponta que tais páginas e perfis servem como expressões de si mesmo, representações performáticas. Uma questão importante é que essas representações se baseiam na construção e na percepção de impressões deixadas tanto pelo ator quanto por outros atores. E é a partir de representações performáticas e trocas de percepções que as relações vão sendo tecidas entre os atores nas redes sociais. “Através da comunicação entre os atores no ciberespaço [...] é que a identidade desses é estabelecida e reconhecida pelos demais” (idem, p.29), e é a partir daí que surgem os laços entre os atores.

Este tipo de relação, mediada por computadores, traz questões importantes como a distância entre os atores, facilitando o anonimato, por exemplo, uma vez que personalidade e forma física não estão juntas no ciberespaço. A linguagem corporal, por exemplo, não está presente neste tipo de relação.

Laços

Nas redes sociais, há dois tipos de laços: os relacionais, que exigem a real interação entre atores; e os de associação, que exigem apenas o pertencimento a um grupo ou instituição na web. No Twitter, rede social que iremos explorar neste capítulo, encontramos ambos os tipos de laço, apesar de os laços associativos serem mais comuns. No entanto, a autora ressalta que esses laços podem ser também *multiplexos*, uma vez que podem se dar ao mesmo tempo dentro e fora da internet.

Um fator muito importante nas redes sociais é o chamado “capital social”, conceito no qual um valor é constituído “a partir das interações entre os atores sociais” (idem, p.45) e que leva em consideração a reciprocidade e confiança encontradas nas relações. “[...] capital social é intimamente associado à ideia de virtude cívica, de moralidade e de seu fortalecimento através de relações recíprocas” (idem, p.45)

Baseando-se nos conceitos de Bourdieu, a autora aponta que o capital social constitui-se principalmente sobre dois componentes:

[...] o pertencimento a um determinado grupo; às relações que o ator é capaz de manter; e o conhecimento e reconhecimento mútuo dos participantes de um grupo. [...] O capital social em Bourdieu é diretamente relacionado com os interesses individuais, no sentido de que provém de relações sociais que dão a determinado ator determinadas vantagens. Trata-se de um recurso fundamental para a conquista de interesses individuais. (idem, p.47)

A autora ressalta que as pessoas se unem nas redes sociais tanto em nome de relações harmônicas como relações de conflito. No entanto, é ressaltado no texto que, apesar dos conflitos serem vistos como situações que desgastam e partem laços, eles também podem ser vistos como ferramenta gregária, uma vez um grupo pode unir-se contra outro ou em nome de uma causa, etc. “O conflito pode fortalecer as estruturas de um sistema, aumentando a união através de uma polarização, quando em conflito com outros sistemas” (idem, p.85).

5.1 Tipos de rede

Na internet, há dois tipos de redes sociais: redes emergentes e redes de filiação. A rede emergente caracteriza-se por ser permeada por relações sociais que a reconstroem constantemente. São redes que exigem investimento dos atores com tempo para fazer comentários recíprocos. No entanto, essas redes, que parecem ter um raio de alcance mais limitado, são as que demonstram relações mais fortes e íntimas entre os atores. Páginas como Orkut, Facebook, Fotolog e Weblogs são exemplos de redes emergentes, nas quais há interação mútua e mais forte entre os atores. Segundo a autora, há uma sensação de pertencimento, de sentir-se parte, nesses tipos de redes.

Já nas redes de filiação, além de focar-se no social, também foca-se nos eventos.

As redes de filiação seriam, assim, constituídas de dois tipos de nós: os atores e os grupos. Esses nós se relacionariam por conexões de pertencimento. [...] uma estrutura que não parte de laços sociais entre seus membros, mas que permite que as pessoas interajam e que eles sejam construídos (idem, p. 97)

Portanto, a relação de filiação que surge na rede não exige interação entre os atores; mas nem assim deixa de ser socialmente interessante. As listas de seguidores no Twitter ou no

Facebook, por exemplo, não deixa de agregar “valor à rede social e geral capital social” (idem, p.98). Assim, pode haver redes muito grandes constituídas basicamente por laços fracos – como o Twitter, por exemplo, no qual personalidades famosas possuem milhões de seguidores. Como a Lady Gaga, que possui 23.676.537 seguidores – obviamente, a grande maioria deles não são “amigos” dela. Até mesmo uma pessoa comum pode estar no Twitter seguindo e sendo seguido por usuários que desconhece e com quem mantém poucas relações. Não há, neste tipo de rede, limitações com relação a quantos atores um ator pode interagir. Por sua vez, nas redes emergentes “[...] há uma limitação no número de atores com quem alguém pode interagir, há uma maior riqueza na quantidade e na qualidade das conexões estabelecidas entre os atores” (idem, p.97).

5.2 Diferentes Tipos de Capital Social

Voltando à questão do capital social, a autora ressalta que o surgimento das redes sociais, sejam elas de que tipos forem, trouxe consigo uma nova forma de capital social, que não poderia se alcançada *off-line*.

Essa quantidade de conexões, que dificilmente o ator terá na vida *off-line* influencia várias coisas. Pode assim, torná-lo mais visível na rede social, pode tornar as informações mais acessíveis a esse ator. Pode, inclusive, auxiliar a construir impressões de popularidade que transpassem ao espaço *off-line*. (idem, p.107)

A autora ressalta a Visibilidade como algo que agrega valor a esse capital social. Quanto mais visível um ator é na rede, mais chances ele tem de obter suporte social quando necessário. Existem, inclusive, ferramentas que prometem aumentar o número de seguidores de um determinado ator. As redes também podem estar conectadas entre si, como quando um ator utiliza-se de páginas no Facebook e no Twitter para divulgar seu Blog, por exemplo.

Outro valor encontrado na rede é o da Reputação, no qual as informações fornecidas e recebidas pelos atores são de grande importância. Esse fator relaciona-se à impressão que possuem sobre um determinado ator e que impressão esse ator também possui sobre outros usuários.

A reputação, assim, pode ser influenciada por nossas ações, mas não unicamente por elas, pois depende também das construções dos outros sobre essas ações. [...] a reputação é mais facilmente construída através de um maior controle sobre as

impressões deixadas pelos atores. Ou seja, as redes sociais na Internet são extremamente efetivas para a construção da reputação (idem, p.109).

Esse fator também influencia na escolha de com quem iremos nos conectar e quem se deseja atrair para o seu perfil. É claro que todos os usuários buscam ‘cuidar’ de suas reputações, ao construí-la de forma a agregar valores que ele (a) considera importantes e que lhe agregue um certo tipo de percepção a partir do outro.

A Popularidade também é um fator importante nas redes sociais, principalmente no Twitter. “Um nó mais centralizado na rede é mais popular, porque há mais pessoas conectadas a ele e, por conseguinte, esse nó poderá ter uma capacidade de influência mais forte que outros nós na mesma rede” (idem, p.111). Segundo a autora, esses nós são os chamados “conectores”. No Twitter, por exemplo, a quantidade de seguidores que possui um ator vai ditar seu nível de influência e autoridade, valor que veremos em seguida. Além disso, não só a quantidade de seguidores dita o nível de popularidade de um ator, mas a quantidade de menções a ele que são feitas online, como os *Retweets* e *Hashtags*, por exemplo.

A Autoridade também pode ser considerada outro valor, pois se refere ao poder de influência de um ator nas redes sociais. Para Recuero,

[...] os blogueiros que buscam autoridade preocupam-se em construir uma reputação relacionada a um assunto específico, mais do que apenas ser reconhecidos como alguém que está interessado em alguma coisa. Aqueles que buscam autoridade são blogueiros geralmente muito comprometidos com seu blog [...]. (idem, p.113)

Geralmente, jornalistas, autores e escritores são personagens que conseguem agregar autoridade às suas páginas com facilidade, uma vez que estas são transpostas do mundo externo para o virtual. No Twitter, a capacidade de gerar conversas e de ter seus comentários citados são características básicas para um ator que possui Autoridade. Os perfis que possuem mais seguidores naturalmente conseguem chamar mais atenção para os tópicos que levantam e gerar conversações entre outros atores com sua própria rede de contatos.

Assim, podemos perceber que “[...] a construção de capital social não é inteiramente emergente, mas também uma consequência da apropriação social das ferramentas de comunicação na Internet.” (idem, p.115) Dessa forma, são muitos os artefatos utilizados dentro da própria rede social para construir o capital social almejado.

Sobre a difusão de informações na web e seu caráter viral – ou seja, a rapidez com que as notícias navegam e se espalham entre diferentes redes sociais e grupos de atores - a autora pontua que é graças aos “conectores” (ou seja, atores de grande Autoridade e Popularidade) que se encarregam de suprir e espalhar informações em um curto espaço de tempo e para um grande número de atores interessados em lê-los e comentá-los. Nesse sistema, os laços fracos possuem grande importância, pois, mesmo quando não se trava uma relação de diálogo e proximidade com um determinado ator, um usuário pode receber dele atualizações de informações e as repassar para seus contatos quando as acharem relevantes.

[...] há uma conexão entre aquilo que alguém decide publicar na Internet e a visão de como seus amigos ou sua audiência na rede perceberá tal informação. A partir dessa premissa, acreditamos que é preciso discutir as informações que são difundidas na rede a partir da percepção de capital social construído pelos atores envolvidos. [...] Os atores são conscientes das impressões que desejam criar e dos valores e impressões que podem ser construídos nas redes sociais mediadas pelo computador. Por conta disso, é possível que as informações que escolhem divulgar e publicar sejam diretamente influenciadas pela percepção de valor que poderão gerar. (idem, p. 117).

Segundo Santaella e Lemos, as RSI são sistemas autorregidos e auto-organizados, nos quais se encontram inúmeros subsistemas autônomos e fechados que continuarão a interagir em (SANTAELLA & LEMOS, 2010, p.22).

[...] um sistema complexo, composto por elementos discretos como são as RSIs, esses elementos discretos (cada um deles radicalmente complexo, pois se trata de seres humanos), graças às plataformas que lhes estão disponíveis, processam interações e realizam atos comunicativos em alta velocidade, intensidade e volume. [...] Condicionando o comportamento desses elementos discretos, essas propriedades emergentes irão gerar processos de autoformação de elementos discretos. (idem, p.23).

Assim, encontramos nesses sistemas o que poderia ser chamado de inteligência emergente ou inteligência do enxame, que tem como uma de suas características a imprevisibilidade.

A inteligência do enxame é uma das propriedades emergentes mais notáveis que a comunicação em rede está gerando, numa multiplicidade de aspectos que crescem

na medida em que novas plataformas são inventadas para esses processos de comunicação (idem, p.24).

Sua dinamicidade de formigueiro é também um prato cheio para uma época de mobilidade comunicacional, que surge como um aceno de um constante estar juntos. Como se essas conexões pudessem, de alguma forma, cobrir ou costurar o desamparo humano nesta constante “presença”, este *always-on*. (idem, p.26)

Segundo Santaella e Lemos, redes não podem ser reduzidas à própria Rede ou a um único ator; as RSI são, na verdade, uma “série de elementos inanimados e animados, conectados e agenciados” (idem, p.32). Assim, os próprios atores não são entidades fixas, mas passam instabilidades, fluxos e tentativas.

Diante disso, a própria noção da palavra ator, tão utilizada na sociologia, fica um pouco deslocada, uma vez que não dá a noção exata do que este componente pode realmente exercer em meio à multiplicidade das RSI. Sendo assim, a noção de actante veio a incrementar a noção de ator. Por meio da Teoria-Ator-Rede (TAR), desenvolvida principalmente por Michel Callon e Bruno Latour, o actante pode ser considerado “qualquer coisa desde que lhe seja atribuída a função de fonte de uma ação” (idem, p.35), o que não necessariamente implica uma ação humana. Sendo assim, atores-actantes “correspondem a quaisquer espécies de figuras dotadas da habilidade de agir, incluindo pessoas e objetos materiais: inscrições (quaisquer coisas escritas), artefatos técnicos, entidades sob estudo, conceitos, organizações, profissões, dinheiros, etc.” (idem, p.38) As autoras nos dão o exemplo de que uma pessoa e o sol em uma praia são actantes em uma rede:

O sol age sobre a nossa pele e as células da nossa pele traduzem essa luz produzindo um bronzeado. Então esse bronzeado vai agir sobre outras pessoas que poder se sentir atraídas. É a ação que faz do actante o que ele é. Isso define uma rede, e não um conjunto de relações ou padrões de uma estrutura. (idem, p.39)

Ou seja, há diferentes aspectos que influenciam uma ação - o ambiente está interconectado. Passado e presente estão conectados, o ambiente em volta, e assim por diante. Essas influências obviamente direcionam a maneira como agimos. “As ações não se dão no vácuo. [...] É isso que o ator-rede realiza: atos ligados a todos os seus fatores influentes, criando uma rede.” (idem, p.39). Assim, atores podem também não ser humanos. Isso mostra que não são apenas as ações humanas que determinam o funcionamento das redes, pois, “sem os actantes circundantes, elas nem poderia ocorrer”. (idem, p.40) Assim, mesmo sabendo que

os usuários são parte essencial das RSI, há outras partes do sistema imbricadas e de importância similar.

A partir disso, surge o conceito de tradução, no qual um ator traduz a ação de outro ator. E, a partir dessas traduções, surgem mudanças na rede. Para Bruno Latour, tudo pode ser traduzido - e traduzir é o que os atores fazem a todo o tempo. As autoras encontram em C. S. Pierce uma definição semiótica na qual o teórico apontava, muito antes de Latour, que: o significado de um signo só se dá por meio da tradução deste em outro signo. Outro ponto interessante levantado por Latour e ressaltado pelas autoras é de que redes são “reais como a natureza, narradas como discurso, coletivas como a sociedade” (idem, p.47). Dentro desse contexto, as RSI surgem como uma entidade que engloba uma enorme multiplicidade de atuações, nas quais apenas as atuações humanas são visíveis. Porém, tecnológico e humano são interdependentes:

Enquanto os tecnogramas são mais prescritivos, no sentido de que os recursos técnicos e programáticos criam uma lógica de funcionamento possível para as RSIs, o sociograma goza de mais liberdade, uma liberdade de entrar, sair, usar até o ponto ponderável ou imponderável que for de interesse do usuário. (idem, p.49)

Segundo Santaella e Lemos, as RSI são híbridas e misturam o espontâneo com o fixo. Pois se trata de programas desenvolvidos no sistema *top down* (de cima para baixo). Sendo assim, “quando as aplicações tecnológicas chegam às mentes e mãos dos usuários, estes produzem desvios mais ou menos drásticos no planejamento esperado. O uso, portanto, flexibiliza o programa.” (idem, p.50) O processo contrário, chamado *bottom-up* (de baixo para cima) é o responsável por trazer mudanças que não estavam planejadas. São os usuários que criam novas formas de uso e aplicação da rede. Assim como no Twitter, os usos da rede tornam-se cada vez mais diversificados. E o próprio crescimento do Twitter, com novos atores, faz com que novos aplicativos surjam para “atender a demandas que brotam do caráter auto-organizativo e adaptativo das redes” (idem, p.51).

5.3 Always on

Uma das características principais das RSI é que, depois de se tornarem acessíveis por meio de telefones móveis ou outros pequenos aparelhos portáteis, os usuários parecem estar sempre presentes, sempre online. Segundo as autoras, essa nova forma de comunicação afeta a maneira como os sujeitos sentem, pensam e agem por meio dessas novas tecnologias.

Assim, as mídias móveis foram um grande salto entre as plataformas de discussão e troca de informação da Web 2.0 para a Web 3.0. Com a popularização das RSI, a importância que laços sociais online tomaram em nossas vidas são uma prova da importância que tais redes possuem nos dias de hoje.

5.4 Twitter

O Twitter nasceu em 2006 como um serviço de microblogging que permite a troca de textos curtos, com até 140 caracteres. Trata-se de mensagens curtas, trocadas em tempo real. Em vez de “amigos” ou “contatos”, como se diz comumente na maioria das redes sociais, no Twitter tem-se “seguidores” e cabe ao usuário escolher quem deseja seguir. Geralmente, as pessoas seguem amigos e personalidades de maior influência. Inicialmente a pergunta que a página do Twitter apresentava era: “O que você está fazendo?”. Assim, a página nasceu com o intuito de que os atores trocassem informações sobre trivialidades do seu dia-a-dia. No entanto, por sua rapidez e dinamismo e pela própria influência dos usuários, a rede tornou-se uma fonte de notícias, troca de informações, opiniões e links que de longe ultrapassam trivialidades.

Segundo pesquisa realizada pelo departamento de Presença Digital da Bullet²⁰, em 2009, os usuários do Twitter são, em sua maioria (61%), homens entre 21 e 30 anos. No total de usuários, a maioria é composta por jovens entre 21 e 25 anos, que compõem 41.77% dos usuários. Usuários até os quinze anos não chegam sequer aos 3%. 20,5% dos internautas brasileiros estão no Twitter.

Segundo as pesquisadoras Santaella e Lemos, o número limitado de caracteres do *Twitter* surgiu baseado nas SMS, com a diferença de que o Twitter cria novas redes além de ser, ele próprio, uma rede. (idem, p.17) De acordo com as autoras, a ferramenta nasceu como uma forma de oferecer interatividade móvel de forma eficiente. “A intenção inicial não podia prever como um pequeno avanço na interface tecnológica iria trazer uma completa mudança de linguagem, mas foi isso que aconteceu.” (idem, p.61)

Apesar de apenas oferecer um espaço de 140 caracteres para a troca de mensagens, existe também a possibilidade de troca de links e fotos; e, dentro do próprio sistema, existem diferentes formas de comunicação como RT, @, cc, #, entre outros. As autoras ressaltam que o grande salto da Web 2.0 para a 3.0 é justamente essa profusão de mensagens que surgem quase que instantaneamente, a cada segundo. A Web 2.0 atuava em cima de fóruns e *posts*,

²⁰ www.talkability.com.br/#/blog

que eram basicamente ‘catalogados’ e que nem de longe se atualizavam com tamanha agilidade. Já neste novo tipo de interação, “[...] o passado importa pouco, o futuro chega rápido e o presente é onipresente” (idem, p.61). O que já foi *twittado* ou postado até minutos ou horas antes não é tão importante quanto o que está sendo *twittado* agora.

Essa chamada colméia, sistema complexo de auto-organização executado pelas redes deram a própria face do Twitter. Esse uso colaborativo dinâmico de certa forma acelerou “os processos globais da mente coletiva” (idem, p.66). Enquanto outros tipos de redes sociais, como Orkut, Facebook e Google +, por exemplo, prezam pelos contatos pessoais, o Twitter foca-se na “qualidade e no tipo de conteúdo veiculado por um usuário específico” (idem, p.67). Assim, posicionam-se os seguidores. E o tipo de interação que se deseja ter fica a critério do próprio usuário, pois ele pode apenas seguir perfis que lhe interessem, ou apenas conversar com seus amigos, fazer *retweets*, entrar em discussões ou aproximar-se de ídolos. Segundo Santaella e Lemos, tornar-se um usuário de sucesso (ou seja, reunir muitos seguidores que estão interessados no que você posta) está condicionado à qualidade do conteúdo veiculado pelo usuário e requer estratégias específicas de interação social” (idem, p.70). No entanto, é preciso perceber que cada página do *Twitter* não é vista apenas como mais um perfil – é um canal de informações. Uma pessoa pode decidir seguir outra baseado no que ela posta, mesmo que não seja famosa ou tenha muito seguidores. Sendo assim, cada usuário é um “emissor de comunicação” (idem, p.77) e deve refletir sobre o que e para quem está publicando determinadas informações ou opiniões.

Santaella e Lemos fazem um paralelo sobre o surgimento dos blogs, que democratizaram a informação, e o Twitter, que continua a cumprir essa função, porém de forma mais dinâmica e diversa. A questão temporal é um de suas características mais gritantes. Trata-se assim de um ambiente que “mistura elementos autorais e pessoais, indicações, links, etc. a elementos de edição em tempo real – escolha de RTs à medida que o fluxo informacional se movimenta em conversações paralelas” (idem, p.79)

Hashtags, por exemplo, são menções coletivas de uma mesma palavra *twittada* por várias pessoas. Quando uma *hashtag* com um tópico é bastante mencionada, ela entra na lista de *trend topics*, ou seja, tópicos que estão em alta no momento. Na época do ataque de Mayara Petruso aos nordestinos, a hashtag #nordestisto virou *trend topic* no Twitter. A palavra provavelmente se deu por um erro de digitação da própria Mayara e que acabou sendo usado pelos usuários que discutiam o assunto na rede. Esse tipo de comunicação “implica a penetração direta de uma comunidade específica, que aprende coletivamente a partir das experiências individuais de cada membro” (idem, p.83). Por ser uma rede profusa, rápida e

diversa, os usuários precisam ter atenção redobrada à quantidade de ideias diferentes sendo divulgadas ao mesmo tempo. Segundo Santaella e Lemos, isso exige uma outra “habilidade cognitiva de atenção [...] para gerenciar a complexidade dos fluxos informacionais atuais satisfatoriamente” (idem, p.84) Entre elas, as autoras citam participação, filtragem, presença e colaboração.

Por estarmos hoje na era dos fluxos, as máquinas e códigos deixam de importar tanto para dar lugar à interação e aos laços coletivos. Não se trata mais de humano-máquina, mas de humano-rede. O computador passa a ser um mediador. Trata-se de um tipo de sociabilidade “efêmera, contudo intensa; informacional e tecnológica, combinando trabalho e lazer; solta e genérica, e emerge em um contexto de individualização” (WITTEL *apud* SANTAELLA & LEMOS, 2010, p.91)

No *Twitter*, não é necessária a existência de um vínculo anterior ao uso da rede; as pessoas se comunicam e agregam independentemente disso: tendo como norte o fluxo coletivo, compartilhados abertamente. São essas penetrações que geram “conversações que, por sua vez, geram laços sociais” (SANTAELLA & LEMOS, 2010, p.91). Dessa forma, é ressaltado que critérios como amizade ou simpatia não se encaixam tanto nesta rede – você pode nunca ter tido contato com alguém que segue e esta pessoa nem saber que você existe; da mesma forma como alguém totalmente desconhecido e com quem não se mantém contato algum pode ser seu seguidor. Assim como se pode deixar de seguir alguém ou deixar de ser seguido quando as mensagens *twittadas* não são de interesse. Isso é um dado importante, pois aponta que, “na era das mídias sociais, a ênfase não é mais na informação que nós buscamos, mas sim na informação que recebemos através de nossas conexões sociais” (idem, p.93).

A hibridização entre real e virtual nas redes sociais torna o Twitter um verdadeiro “nicho de debates globais abertos” (idem, p.104). Vários assuntos e comentários viram pautas midiáticas e são monitorados por empresas que desejam saber do que as pessoas falam hoje em dia e o que os usuários estão falando de empresas, políticos, figuras midiáticas, etc. Confusões e querelas entre artistas famosos e seus seguidores no Twitter também não são difíceis de assistir; também é comum casos de pessoas de grande Visibilidade ou Autoridade que *twittam* e, arrependidos, logo apagam suas postagens – o que geralmente não o impedem de sofrer consequências ruins, uma vez que algumas pessoas já podem ter fotografado sua própria tela com as informações que foram posteriormente apagadas. Um caso interessante foi o do meio de campo Jadson, do São Paulo Futebol Clube, que *retweetou* comentários de torcedores sobre sua performance no jogo anterior – no entanto, os *tweets* incluíam críticas ao técnico do time, Leão. Arrependido, o meia alegou discordar do que estava escrito nas

mensagens, pediu desculpas e apagou os comentários. Outro caso foi o da apresentadora Xuxa, que sofreu uma saraivada de críticas e gozações quando sua filha, Sasha, cometeu um deslize ortográfico e escreveu uma palavra de forma incorreta. Assim,

[...] diversas relações começaram a se evidenciar: [...] a existência de padrões velados de aceitação ou rejeição por parte dos membros de comunidades específicas baseados em certos tipos de escolha individual em relação ao perfil de usuário; a criação ou ruptura de laços e de conversações coletivas baseadas no tipo de linguagem usado por um usuário etc. (idem, p.105)

As autoras apontam para a existência de um fórum global, que trata das questões mais urgentes ou em maior debate na atualidade, sendo o Twitter a rede que melhor permite a multiplicação de temáticas e conexões. Dessa forma, o Twitter tornou-se uma plataforma de notícias, um “apêndice midiático” (idem, p.115) juntamente com seu uso meramente recreativo ou pessoal.

Dentro do próprio escopo de inteligência coletiva, certamente podemos encontrar o que Santaella e Lemos chamam de “*Twittiquette*”, ou *twittiqueta*, no qual os próprios usuários consideram certas condutas aceitáveis ou não.

O objetivo de adotar padrões de conduta dentro do Twitter, com vistas em aumentar a popularidade e o reconhecimento de cada usuário, revela a importância atribuída pelo usuário ao fato de ser ou não bem aceito e integrado dentro dessa rede social. Também aqui vemos uma característica básica do Twitter: a colaboração, muitas vezes relativa à decisão compartilhada sobre se uma determinada conduta é ou não ‘educada’ e aceitável (idem, p.114)

As autoras listam o que é necessário para que as comunidades virtuais possam ter continuidade e coesão. São eles: códigos globais de conduta, novas formas de expressão cultural específicas a cada comunidade, seleção de lideranças comunitárias digitais, coesão interna ao redor de uma identidade coletiva. (idem, p.121)

Por meio do surgimento dessas novas ferramentas de interação, observamos mudanças significativas na forma como as pessoas se relacionam. Distâncias e ecos não fazem mais parte deste novo contexto, mas imediatismo, a interlocução e a conexão. “Essa é uma revolução significativa, que reposiciona a localização individual de cada um na hierarquia digital de suas relações sociais” (idem, p.127).

Segundo Renata Lemos, em publicação anterior:

Embora a compreensão da condição contemporânea não seja unânime, podemos dizer com alguma coerência que o que está em jogo são modificações espaço-temporais profundas, que alteram, remodelam e inovam a dinâmica social (LEMOS *apud* SANTAELLA & LEMOS, 2010, 127)

Inteligência humana e artificial estão inevitavelmente imbricadas, tornando-se quase impossível delimitá-las. É a partir dessa nova inteligência que novas formas de socialização e construção cultural espontaneamente se refazem.

É a busca desse ideário comum e por um senso de cidadania global compartilhada que faz com que essas redes intelectuais se articulem no *Twitter* e fora dele. É possível perceber, a partir da evolução dos fios topicais e das linhas de conversação entre usuários de dezenas de países, que uma rede social global começa a produzir, colaborativamente, propostas sociais baseadas em valores compartilhados. (SANTAELLA & LEMOS, 2010, p.129)

Acerca da dimensão política de tais mudanças, Renata Lemos pontua:

A constituição dessa esfera pública mundial conversacional tem implicações políticas profundas. [...] uma reconfiguração social, cultural e política do sistema infocomunicacional global. [...] Se houver alguma possibilidade de ampliação da esfera pública, ela se dará na produção aberta e coletiva dos sentidos, na esfera da conversação planetária (LEMOS *apud* SANTAELLA & LEMOS, 2010, 129)

5.5 Outros Discursos

Estamos, assim, diante de outra forma de subjetividade. Em um interessante estudo sobre o levante de preconceito ocorrido no Twitter na época das eleições, as pesquisadoras Vivian Lemes Moreira e Lucília Maria Souza Romão, problematizam a junção do discurso com as RSI.

Primeiramente, as pesquisadoras nos lembram que o sujeito, inserido em um contexto sócio-histórico, faz da linguagem uma posição própria no seu discurso.

Longe de ser homogêneo, o sujeito é dividido, clivado, esgarçado por sentidos heterogêneos, está sempre sendo atravessado por vários dizeres em uma tensa e

permanente relação com as palavras, com o outro e com os discursos já ditos antes. (MOREIRA & ROMÃO, 2011, p.80).

A memória, os já-ditos, e “sentidos que já circularam em outros contextos históricos” (idem, p.80), até mesmo o que já foi esquecido, fazem parte dos nossos discursos atuais. A memória é o suporte por onde se converge o sentido construído socialmente em uma relação de poder. “Sendo assim, entendemos que o conceito de memória corresponde às zonas do já-lá que são recortadas pelos sujeitos no momento de constituição do discurso” (FERRAREZI *apud* MOREIRA & ROMÃO, 2011, p.81)

A forma como as pessoas se expressam e as palavras que utilizam para fazê-lo colocam o sujeito em constante relação com a história e a sociedade. “[...] Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro.” (ORLANDI *apud* MOREIRA & ROMÃO, 2011, p.81) As autoras afirmam que a escolha das palavras nos mostra que há também uma escolha de enunciado, de como emitir uma mensagem. “Essa produção de evidências determina o que ‘pode’ e ‘deve’ ser dito, a partir de uma posição numa dada conjuntura” (MOREIRA & ROMÃO, 2011, p.81). Há sempre a presença do imprevisível nesse contexto no qual o sujeito sempre enuncia em cima do que já foi enunciado. O sujeito não é possuidor das palavras, mas alguém que tateia com palavras que já foram antes ditas.

As pesquisadoras apontam que, com a chegada do Twitter, o cotidiano dos usuários passou a ser “discursivizado”, que se dá dentro da estrutura da própria rede, se fazendo de forma rápida e curta.

[...] temos um espaço discursivo heterogêneo, em que o sujeito-navegador marca, pela inscrição da história na língua, seu modo de dizer telegráfico, atribui-se a si mesmo uma formulação descritiva como atrativo ao outro na rede e reclama, o tempo todo, a resposta de navegadores que podem segui-lo para continuar a alimentar o torvelinho de sua palavra (idem, p.83)

Essa “desterritorialização” comunicacional do Twitter abre-se para inúmeras interações por meio de mensagens, links, vídeos, sites, fotos, sobre os quais são acrescentados pequenos fragmentos da voz dos usuários (idem, p.83). Dentro desse esquema cria-se a “dependência da interação entre os navegadores e a necessidade de atualização de uma virtualidade na qual o discurso torna-se marca de passagem dos sujeitos pelos incontáveis nós e furos que tecem a própria rede.” (idem, p.84).

E foi dentro desse novo esquema virtual que os jovens, alguns mal saídos da adolescência, encontraram uma forma não apenas de se aproximarem de seus ídolos e amigos, mas de cometerem verdadeiros crimes de intolerância.

As autoras chamam atenção para os inúmeros dizeres de morte e preconceito que foram discursivizados por sujeitos que estão ali, abertamente identificados - como se estivessem protegidos contra algum tipo de retroação ou implicações jurídicas.

“Nordestino não é gente, faça um favor a SP, mate um nordestino afogado” (@mayarapetruso)²¹

“Faça um favor para o nosso país: mate um nordestino!” (@mayarapetruso)

“Nordestinos, queridos, façam um favor para o país, MORRAM!” (@mayarapetruso)

Tais frases apontam para a desigualdade do outro, que não é considerado um igual, mas um “nordestino”, um desigual, inferior, um não-gente. “[...] o que marca um dizer que está circunstanciado a um dizer desenhado por uma posição-sujeito de ‘SP’” (idem, p.89/90) fazendo assim com que a morte de um nordestino ou até o extermínio de toda uma região seja algo aceitável.

Nesses recortes, matar um outro ser humano não é dito crime como é regularizado pelo discurso dominante da lei, mas como um ‘favor’ a ser feito em prol de um estado, de um país ou do capricho de um grupo de sujeitos navegadores, o que marcamos como um funcionamento discursivo cínico (idem, p.90).

Descontextualiza-se o contexto histórico, cultural e econômico tanto do Nordeste quanto de São Paulo e traz-se à tona apenas os sujeitos, que devem sumariamente ser eliminados.

“O #nordeste é um lugar onde nós, pessoas brancas de classe média alta, vamos fazer turismo sexual comendo umas baianinhas vagabundas. #FATO” (@psicl0n)

²¹ <http://twitter.com> Data: 31/10/2010

As autoras apontam neste último *tweet* para a existência de um “eu” e o outro, as “baianinhas vagabundas”. Ou seja, nós, do Sudeste, superiores, podemos humilhar o outro, as baianinhas. E o temo vagabunda que atrela “[...] esse traço a uma condição de nascença e de pertencimento a uma região do país, no caso, a Bahia” (idem, p.92).

“só Hitler acaba com a raça dos petistas.. construindo câmara de gás no nordeste matando geral...” (@medeiros_raah)²²

Moreira e Romão chamam atenção para a imagem de Hitler, que foi evocada pelas ações de extermínio coletivo. “Aqui os sentidos escorregam de outro lugar em que já foram ditos, falados e socialmente inscritos, movem-se para produzir rearranjos de outros fios de dizer, no caso, colocando os nordestinos nesse lugar imaginário” (idem, p.93) – lugar imaginário onde antes haviam estado os judeus.

Além disso, faz-se a conexão entre PT e Nordeste, como se todos os nordestinos fossem petistas e vice-versa.

O sujeito toma palavras alheias como suas e, pelo efeito da ideologia, não se lembra de que todo dizer é esburacado e pode vir a ser diferente. Ao enunciar ‘câmara de gás’, inscreve o efeito de extermínio e atualiza uma cena europeia de terror vigente a partir dos anos 30 do século passado para o contexto brasileiro atual especialmente o nordestino; a ordem agora diz respeito ao ‘matando geral’, que instala discursivamente um imperativo de convocação fazendo girar os sentidos já falados de/sobre nordestino nos recortes anteriores. Observamos assim que o Twitter funciona de maneira a fazer replicar, continuar a dizer, acrescentar algo ao post já colocado em rede (idem, p.93)

Assim, as autoras concluem que os dizerem ignoram por completo o outro como sujeito histórico e de direito, silenciando sua importância e a relevância que certamente possuem para o país.

O que está em jogo nessa nova inteligência coletiva, altamente permeada pela palavra e pelo discurso, é o que o sujeito histórico e político tem sido “esquecido”.

[...] estamos falando de um sujeito determinado por um processo histórico. O que é, comumente, apagado quando se trata de novas tecnologias digitais e sua

²² Data: 31/10/2010

organização em rede. [...] Há uma estreita ligação entre o político (o governo), o conhecimento (a ciência) e a tecnologia (lugar de administração tanto do político quanto do conhecimento). [...] Tem-se a impressão que o sujeito controla, domina e determina os caminhos da sociedade e da história, através de comandos de computador e conexões de rede. O que temos na realidade é um processo histórico mais amplo, que não se inicia com a popularização da Internet [...] (DIAS & COUTO, 211, p. 632)

Diante desse profundo envolvimento entre discurso e tecnologias, veremos que estamos lidando com novas produções de sentido, mas continuamos sendo sujeitos históricos, fora ou dentro das RSI. Trata-se de uma crise do próprio sujeito dentro ou fora das RSI ou de uma nova configuração, na qual alguns usuários, geralmente os mais jovens, se esquecem de que usam uma arena pública virtual para publicar informações e pelas quais estão sujeitos à punição?

Um fato importante pôde ser levantado na matéria publicada pelo jornal britânico The Guardian acerca sobre o julgamento do jovem Dharun Rhavi, que filmou e publicou ao vivo em seu perfil no Twitter imagens de seu colega de quarto Tyler Clementi, de 18 anos, tendo relações sexuais com outro homem. Tyler cometeu o suicídio pouco tempo depois do ocorrido e Dharun respondeu por 15 crimes cometidos com seu ato. Ao comentar o caso, a jornalista Elizabeth Day disse que o que mais lhe chamou atenção foi a falta de empatia de Dharun, pois o jovem não acreditava estar causando prejuízos a ninguém com o que havia feito. “Eles estão simplesmente trocando sarcasmos, tentando criar uma persona online que é popular e animado e se define em oposição ao que ele considera assustador ou estranho” (DAY, 2012 – tradução nossa).

Segundo a autora, essa mentalidade de coletividade é algo comum entre os jovens, mas o peso do que se diz na internet não é algo aparente para eles.

No calor do momento, esses adolescentes parecem ter se esquecido que seus comentários não são privados, mas disponíveis para amplo consumo. Isso tem implicações profundamente preocupantes sobre como as futuras gerações estão aprendendo a se comunicar. (DAY, 2012 – tradução nossa)

A jornalista questiona se Dharun teria tido coragem de fazer algo assim em um espaço público, o que exigiria mais de sua coragem e capacidade discursiva. Para a jornalista, a rapidez quase reflexiva dos contatos nas redes e a necessidade de encurtar as frases a 140 caracteres dificultam uma reflexão mais profunda, pois detalhes ou maiores explicações são

desnecessários. A jornalista também aponta para a “natureza distante” das telas de computador, que também dificultam um contato mais próximo e o aprofundamento da noção de empatia. “Em um mundo virtual de interações sem face, impacto é tão importante quanto objetivo” (idem – tradução nossa).

Os fatores de Popularidade e Visibilidade facilmente ultrapassam a questão do que é correto ou não ser publicado e, com o facilitador de que ainda não é comum a punição de crimes na web, os jovens utilizam-se dessas personas como alter-egos inflados, que, como nos disse a jornalista, não se dão conta do mal que podem causar tentando ser engraçados, polêmicos ou populares.

O questionamento que fazemos por fim e que buscamos na psicanálise a resposta é por que tais atos de intolerância partiram de jovens e por que as palavras que utilizaram eram de uma agressividade tamanha sem que, no entanto, nos fugisse a percepção de que pareciam esvaziadas de sentido concreto, como se os jovens não soubessem realmente o que estava comunicando ou sentindo, como se estivessem participando de uma brincadeira sem importância com o simples propósito de chocar e chamar atenção para si. Jogando palavras, sentimentos ao vento com os quais nem eles mesmos parecem ter a proximidade necessária para responsabilizar-se por elas, chamá-las de suas. Tamanha violência verbal como matar, afogar, burros, filhos da puta, entre tantos outros “desadjetivos” utilizados pelos jovens, advém do imediatismo da própria configuração do Twitter combinada à forma inconsequente como os jovens costumam agir. Mas há algo além disso. Além da proteção imaginária em que as telas de computadores parecem servir de escudo contra a punição de atos covardes, o usuário também pode ter a sensação de que não há necessidade de reflexão sobre o que está prestes a fazer. Tudo vai depender da persona que ele deseja construir na rede. O usuário pode sentir que está em uma arena livre, coletiva, sem autoridade ou inspeção – está livre para gozar sem ser interditado.

A quem, de fato, as agressões se dirigem? A eles mesmos, aos pais, à sociedade, aos nordestinos, ou as palavras que estão enraizadas nos jovens se encontram, no entanto, desenderaçadas – na verdade, não têm como ir a lugar algum? A plataforma virtual é uma janela que evidencia de forma estupenda o que se passa nos interstícios das relações humanas. Vemos nas RSI um facilitador de atos de crueldade e intolerância que também podem ser acompanhados fora do mundo virtual. Mas o que pesa nesta discussão seria a violência gratuita e descontextualizada, o ódio endereçado aos nordestinos, mas que, ao mesmo tempo, parecia esvaziado de sentido. Endereçado a ninguém.

Com relação aos nordestinos e o preconceito surgido diante de um processo eleitoral certamente mal intencionado, a equação psicanalítica acerca das causas psíquicas do preconceito parecem explicáveis – mas o que explica então que jovens educados em uma sociedade da informação que já se despiu de diversos preconceitos criados por costumes e religiões que ficaram no passado apresentem considerações e atos tão antiquados e bárbaros acerca de outros seres humanos?

Após uma breve explicação das causas do preconceito, é este o questionamento que desejamos explorar.

6. Raízes da Intolerância

No texto “Perversão e Laços Sociais”, a pesquisadora Marta Quaglia Cerruti nos lembra que a constituição da subjetividade se dá entre os campos simbólico e pulsional e que cabe ao simbólico postular emblemas e valores da ordem social para que haja a subjetivação.

A pulsão é uma força que exige representação pelo aparelho psíquico. São necessárias assim, representações das excitações corporais. Cerruti destaca o papel do Outro como principal catalisador dessa força que “permite a inscrição no campo do simbólico”. Para Freud, havia uma possível harmonia entre as pulsões e as representações até o surgimento da pulsão de morte, que se refere “à condição estrutural do desamparo do ser humano, pois há sempre um descompasso entre a exigência da força pulsional e a capacidade simbólica” (CERRUTI, 2002, p.1)

A pulsão de morte traz à tona essa desarmonia, que não possui representação no campo psíquico, entre campos pulsional e simbólico. A autora considera então a existência de um conflito estrutural, no qual o sujeito está para sempre preso a um desamparo. No entanto, Cerruti alerta que “não se trata de pensar o sujeito em conflito entre seus impulsos e a ordem moral vigente. Trata-se, sim, de um sujeito fragmentado em pulsões e identificações” (idem, p.2). Assim, existe um “estranho” dentro do próprio homem, e a “descoberta do inconsciente pode ser considerada o corolário dessa descoberta do Outro em si” (idem, p.6). Segundo a autora, a grande descoberta de Freud é a de que “o homem é impelido por algo que lhe é estranho” (idem, p.6). Assim, é dentro de si mesmo que o homem convive com uma inquietação a algo que lhe é um mistério ou enigma. O homem então, não é o seu próprio senhor – “admite-se a existência de um lugar, no interior de cada um, povoado por imagens, paixões e contradições. [...] é um sujeito sim, dotado da razão, mas cuja razão vacila em seu cerne” (idem, p.7).

Segundo Cerruti, o surgimento do sintoma ocorre quando

[...] o conjunto das representações forma uma trama, e se em algum momento o afeto fica estrangulado, cria um impedimento nessa trama. Como consequência, a representação e seu afeto correspondente ficam separados, este afeto se desencontra de sua representação. Esse afeto irá buscar outra via de expressão, dando origem ao sintoma. Uma lembrança correspondente a um afeto não abrangido satisfatoriamente não estabelece nexos aparentes com a rede associativa da consciência [...]: uma tentativa impossível de resposta à agressão imposta pelo trauma (idem, p.8)

Dessa forma, o sintoma guarda um nexó lógico desconhecido pela consciência. Pode-se assim considerar o sintoma como um “símbolo mnêmico” (idem, p.8), ou seja, referente à memória. Experiências traumáticas vividas no início da vida do sujeito podem ser revividas em situações posteriores, mesmo que não haja nenhum nexó entre ambas: “[...] o sintoma é a maneira através da qual o sujeito coloca em um ato um nexó simbólico perdido” (idem, p.8). O trauma causado pela sexualidade é essencial, no qual a criança é seduzida, é investida de libido pelo adulto. Permanecendo inócua e adormecida durante boa parte da infância, essa sexualidade reaparecerá na puberdade, sem que pareça haver nexó algum entre experiências passadas e as então vividas. A histeria está ligada a esses traços de sedução primevos na história do sujeito, que são ressignificados.

A defesa patológica é desencadeada a partir de uma excitação de origem interna, que provoca desprazer. Quando o ego é noticiado, é tarde, pois essa irrupção que vem de dentro sempre o supera. A situação traumática é provocada a partir do sujeito, e o sintoma é a expressão simbólica de um conflito. O sintoma neurótico assume o caráter de um compromisso entre duas forças antagônicas: a sexualidade e uma instância recalcadora relativa à moral consciente. (idem, p.9)

Dessa forma, sensações que trazem desprazer e ameaça são mantidas a distância. No recalçamento, a representação enfraquece e fica fora do alcance da consciência. Segundo Cerruti, esse processo causa a dissociação entre afeto e representação. “O afeto não é recalcado, e pode ser deslocado para outra representação” (idem, p.9).

O próprio desprazer é o gatilho do recalque, no qual “uma representação com o ego é recalcada, seu afeto correspondente se liga a outra representação disponível na consciência, formando o sintoma. O recalque conta com um conflito, uma contra-carga” (idem, p.9).

De acordo com a autora, é a sexualidade que confere essa relação entre o universo corporal e o representacional, no qual o corpo biológico dá espaço à outra ordem corporal: a de um corpo representado. E essa transformação do corpo biológico para o erógeno vai depender da ação do Outro, para que o corpo torne-se sujeito. Cabe à mãe satisfazer as necessidades do filho e nomear, decifrar seus apelos. “[...] a mãe vai nomear o que esse corpo recebe, fundando experiências de prazer e desprazer” (idem, p.10). É a partir dessa ajuda do Outro, que o sujeito torna-se capaz de produzir signos e representações.

Segundo Freud, existem aí dois processos: primário e secundário.

O processo primário é o princípio da não contradição, da inexistência da negação, e nesse processo a relação da carga com a representação é livre. O processo secundário é regido pelo princípio da realidade, o que implica um adiamento da satisfação, e nele a relação da carga com a representação é ligada; conseqüentemente, é neste processo que há apreensão de um significado. (idem, p.12)

Segundo a autora, o inconsciente é regido pelo processo primário, feito de representações, e o acesso dessas representações se dá pelo rearranjo delas em outro sistema, o pré-consciente. No pré-consciente, impera o processo secundário, e há acesso dessas representações à consciência, mas estas não necessariamente estão na consciência de pronto.

Entre os sistemas inconsciente e pré-consciente há a palavra, o que significa dizer que no pré-consciente há um rearranjo das representações inconsciente na palavra. É pela via do reconhecimento posto em palavras que o inconsciente aparece (idem, p.12)

O recalque, no entanto, traduz-se em perdas entre os dois sistemas. “Isso implica que algo nunca será recuperado, só inferido” (idem, p.12). A palavra então serve como ponte entre esses dois sistemas.

Os seres humanos não possuem objetos pré-determinados que o permitam encontrar a satisfação; isso não está presente num instinto, mas atrelado à sexualidade. É aí que entra em cena a pulsão. O prazer oral, por exemplo, surge no bebê como um desejo de reativar essa sensação. “[...] a satisfação da necessidade causa um prazer que acaba por transcender o puro e simples apaziguamento de uma tensão orgânica: é deste a mais que derivam as pulsões sexuais.” (idem, p.13). Dessa forma, a ordem biológica é subvertida e a ordem da representação fica em evidência. Segundo a autora, a sexualidade infantil é anárquica, perversa e polimorfa, sendo auto-erótica no início e organizando-se em zonas erógenas em busca de prazer, até organizar-se em torno dos genitais. “Essa sexualidade é perversa e polimorfa porque é incestuosa, e o recalque vai incidir sobre o representante ideativo e o afeto correspondente aos pais.” (idem, p.14) Para que ocorra a socialização da criança, o ego mobiliza energias contra o impulso sexual. Dessa forma, pulsões de auto-conservação entram em ação. Assim, o primeiro dualismo pulsional que se acreditava existir foi formado entre a pulsão sexual e a pulsão do ego.

A autora nos explica que, com o conceito de narcisismo, postula-se que o ego também é investido libidinalmente, o que o tira da posição de instância deslibinizada, responsável apenas por recalcar os impulsos sexuais. Esse conceito estimula uma nova teoria pulsional.

Se antes a libido, fragmentada em um conjunto disperso de zonas erógenas, encontrava no objeto sua possibilidade de integração – a partir da assunção da fase genital de organização libidinal – o que vai se delineando é que esta integração se dá a partir da estruturação do ego. Ou seja, uma vez investido como objeto de satisfação, o ego como instância unificadora das pulsões fragmentadas. (idem, p.14).

Segundo Freud, o ego é uma instância desenvolvida no sujeito, enquanto os instintos auto-eróticos estão ali desde o começo. Sendo assim, ele conclui que uma nova instância deve ser adicionada à ação psíquica para que o narcisismo seja provocado. “[...] o narcisismo se impõe como conceito que vai se articular na história libidinal do sujeito, situado entre auto-erotismo e a escolha objetual e permitindo a primeira unificação das pulsões auto-eróticas fragmentadas” (idem, p.15)

A autora explica que o narcisismo contribui para a construção do ego, “uma vez que este passa a ser investido libidinalmente, como objeto de satisfação” (idem, p.15). A estruturação do narcisismo implica na construção da imagem do sujeito, que se torna “objeto privilegiado de investimento libidinal” (idem, p.15). Esse ego se constitui a partir de uma imagem totalizante, que unifica o corpo fragmentado no movimento auto-erótico. No entanto, é a partir do Outro que essa imagem de si mesmo pode ser constituída. A figura dos pais é peça-chave para o que o narcisismo possa se instaurar no sujeito. É utilizando-se de um modelo advindo de Outro que o sujeito consegue precipitar-se sobre si mesmo.

Assim, antes da escolha do objeto, antes do Complexo de Édipo, instaura-se o narcisismo – “antes de escolher pai e mãe, o sujeito escolhe a si mesmo” (idem, p.15). Este ego vem a partir do Outro, pois só o Outro é capaz de produzir a satisfação no sujeito. Os pais libidinizam e constroem o ego, “uma vez que seus filhos são fruto de seu próprio narcisismo; [...] o narcisismo implica a relação do sujeito com sua imagem, na qual é fundamental a relação com o Outro” (idem, p.15).

Como o ego também é investido de libido, a oposição entre a pulsão sexual e a pulsão do ego fica um tanto incoerente, pois não se trata de coisas opostas. O conflito entre ambas perde o sentido de conflito e é como se, na verdade, elas estivessem jogando no mesmo time. “O que marca o conflito não é o desejo se opondo a sua proibição, mas sim o conflito entre o

investimento do eu em oposição ao investimento do outro” (idem, p.15). Não há, dessa forma, uma energia neutra que se opõe à energia sexual. Esse problema teórico é superado quanto o conflito é substituído entre pulsão de morte e pulsão de vida. Temos, de um lado, pulsões sexuais e de auto-conservação como pulsões de vida e, do outro lado, as pulsões de morte. A pulsão de vida é a que “visa à ligação e a introdução de novas tensões” (idem, p.16) e a pulsão de morte deseja o “desligamento, a anulação das tensões” (idem, p.16).

Segundo Cerruti, os conceitos de pulsão de Freud advêm da clínica, onde ele observa a repetição de situações traumáticas e a compulsão à repetição. Freud então descobre a existência de uma energia livre no aparelho psíquico e que não é representada: “[...] há na mente uma compulsão à repetição que parece não estar subordinada ao princípio do prazer” (idem, p.16). Existe, assim, um resíduo inexplicável, no qual a repetição de algo que já se passou na história do sujeito não é relacionada à busca do prazer e evitamento do desprazer. Isso corresponde à constatação de Freud que “[...] no percurso do sujeito, ocorre a repetição de situações traumáticas que marcaram este percurso [...]” (idem, p.16). Há assim um chamado “excesso pulsional”, que não é simbolizado. Não há um domínio completo do psiquismo sobre essa energia, o que traz à tona o mecanismo de rememoração, sonhos repetitivos, em uma tentativa de dominá-la. Essa compulsão à repetição pode ser dada como inerente à pulsão - o que, segundo Cerruti, releva seu lado mais arcaico e primitivo: “uma tentativa constante de repetir um estado originário para ligar e dominar aquilo que excede” (idem, p.17)

Há dessa forma uma tendência à repetição, a restaurar um estado remoto do ser humano, no qual não havia conflitos ou tensões. A autora vê nisso uma tendência do orgânico para tornar-se inorgânico, ou para voltar a esse estado. Esse estado zero, do início e do fim, no qual entre eles encontra-se a própria vida.

Na pulsão de morte, as tensões devem se extinguir, “[...] o objetivo é retornar ao inanimado, o objeto de toda a vida é a morte. A pulsão procura uma descarga que provoque o escoamento total de energia, atingindo assim a morte” (idem, p.17).

Assim, enquanto a pulsão sexual direciona-se a um objeto, a pulsão de morte é algo disperso, irrepresentado.

A inscrição da pulsão, através de seus representantes-representações – uma vez que o que pertence ao registro psíquico são suas representações e não a pulsão em si – na realidade psíquica se dá a partir de constituição da pulsão como pulsão sexual. O que demonstra claramente a afirmação de Freud, de que a pulsão de morte é a morte

por excelência. Em torno de uma pulsão de morte são erigidos os fantasmas, os mitos, as religiões, as ilusões. Há uma condição de desamparo estrutural no sujeito freudiano, desamparo frente a esta força invasora que é a pulsão. (idem, p.18)

Essa condição de falta, que não possui representação no nosso psiquismo, é a desarmonia entre registros pulsionais e simbólicos. Segundo a autora, o outro é responsável por ordenar as representações do sujeito, permitindo sua inscrição na ordem simbólica.

6.1 Complexo de Édipo

O Complexo de Édipo é essencial para que o sujeito seja inserido no contexto social; é sua entrada no mundo simbólico. Ao renunciar a mãe, o sujeito passa a ser desejante.

A constatação da diferença dos sexos, o significante da falta no Outro, a assunção da castração, vão esboçar esta passagem. O reconhecimento da alteridade supõe a realidade da existência do outro; a genitalidade se traduz, dessa maneira, na tolerância da alteridade radical do outro. (idem, p.18)

A renúncia feita pela criança, que recai sobre sua onipotência narcísica, implica o reconhecimento da castração e da incompletude humana. O sujeito renuncia ao seu todo-poder, aceita a ameaça à sua integridade narcísica e entra num mundo incompleto.

A especificidade da angústia de castração está estreitamente ligada à fase fálica e ao destino do pênis; este entendido como um suporte, que se encontra na realidade anatômica, para o falo. O falo é portador de um valor simbólico que marca o corpo por sua ausência ou presença. (idem, p.18/19)

A figura do pai é essencial nesse período; a criança se dá conta de que não é o falo da mãe e que a mãe também não o tem. A mãe também é desejante, algo também lhe falta. Dando-se conta da existência de um “desejo que o antecede, ele não é objeto que justifica o desejo de seus pais, mas sim um elo desta cadeia simbólica” (idem, p.19).

Segundo Cerruti, a introdução do pai entre a mãe e a criança retira a mãe de um campo ilusório entre o ser o falo e ter o falo e introduz o sujeito na ordem simbólica, com suas interdições e regulações. Esse processo também marca a passagem de um sistema que funciona sob os processos primários para um funcionamento sob os processos secundários.

No narcisismo primário, a criança crê-se interligada à mãe e sente-se plena, completa e onipotente. A autora nos lembra que o narcisismo se dá antes da escolha do objeto – a mãe

investe o bebê de libido, esboça nele seu objeto de desejo. A mãe é o que Lacan chama de Grande Outro, um Outro absoluto, “tesouro de significantes”(idem, p.20). Ao encarnar o bebê como um falo, o bebê posiciona-se como objeto de desejo da mãe. Neste tempo, o sujeito é um eu ideal, e essa característica faz parte do narcisismo primário. “A origem do eu ideal está, dessa forma, referida à imagem corporal, uma vez que o sujeito está inserido no ideal de onipotência narcísica.” (idem, p.20)

A fase do espelho, na qual o bebê adquire uma imagem antecipada de seu próprio corpo, pondo fim ao despedaçamento do momento auto-erótico: “[...] sob a égide das pulsões parciais”, é vencido dando lugar a uma imagem especular, que unifica seu corpo

[...] através de um processo de identificação ao Outro. A vivência de um corpo despedaçado encontra no Outro a unidade que lhe falta. É no Outro e através do Outro que a criança irá se reconhecer, e esta imagem se constitui como esboço do ego. A unidade do ego, nesta perspectiva, sempre escapa ao sujeito, uma vez que lhe é devolvida por esta imagem. Ao buscar a realidade de si o que o sujeito encontra é a imagem do Outro, com a qual se identifica, e desta maneira se aliena na ilusão da totalidade. Esse ego especular, portanto, é estruturante do sujeito, porém falseador de sua identidade. (idem, p.20)

Cerruti enfatiza que a criança só pode se libertar dessa relação imaginária pela via do simbólico, quando há reconhecimento da condição de falta. O discurso materno é essencial para que a criança saia desse estado de onipotência absoluta. Quando a mãe mostra que o filho não é exatamente tudo o que ela precisa e deseja, a criança se dá conta de que não é o falo da mãe e que a mãe também não o é, uma vez que também é desejante.

Já a função paterna introduz o ser humano na subjetividade, que origina a Lei e a interdição. Em Totem e Tabu, Freud nos mostra que o pai primevo, líder da horda e detentor de todas as mulheres, é assassinado e devorado pelos filhos. Esse ato levou a um sentimento de culpa e desamparo, que deram origens aos totens, figuras que representam o poder ou a presença desse pai primevo. O remorso pela morte do pai faz com que os filhos se organizem em uma fratria, na qual prestam obediência e se sacrificam por se comprometerem a não matar o pai e não cometer incesto. O surgimento dessa fratria marca o nascimento da civilização e os laços sociais. “[...] há uma renúncia a uma relação pulsional ambivalente, o que equivale a dizer que o ideal substitui o objeto de ambivalência” (idem, p.21) É a partir daí que se insere o conceito do “Nome-do-Pai”, como instância simbólica do pai. “[...] a metáfora paterna se interpõe entre o corpo da mãe e da criança, esta entendida como função que

sustenta o Outro, retirando desta o campo ilusório ancorado na dialética do ser e ter o falo. [...] O ideal do eu como possibilidade de historicização” (idem, p.21)

A autora ressalta que o narcisismo atua em dois momentos: na origem do ego ideal e do ideal do ego. O ideal do ego consiste quando a criança começa a buscar o desejo do desejo do outro, como gostaria de ser visto por esse outro. Não há mais o sujeito que se cria onipotente - a partir daí se “instaura a perspectiva de um ‘vir-a-ser’” (idem, p.22), como algo a ser alcançado. A castração serve como ponto de ruptura entre ego ideal e ideal do ego: é quando o Outro se mostra castrado e aparecem as diferenças de sexos.

Cerruti nos lembra também que possuímos uma “dívida simbólica” - seja pela renúncia pulsional ou pela angústia da castração ou a ferida narcísica criada pela nossa condição de desamparo diante do Outro. Essa dívida simbólica é que faz desejante o sujeito.

Ao longo do percurso biográfico de cada sujeito, o que se assiste é a eterna metaforização desta assimetria. A diferença sexual é o que irá se instituir como ponto de ancoragem, seja ela social, racial, ou religiosa. (idem, p.24)

O mal-estar vivido por todo ser humano, de que nos falou Freud, é justamente devido ao processo civilizatório e cultural. A vida em sociedade, que nos causa repressões dolorosas e uma sensação de desamparo inexorável.

6.2 Psicanálise do Preconceito

Nos capítulos anteriores, vimos que atos de preconceito são construções históricas e sociais, porém eles também fazem parte do psiquismo humano e coletivo. Os motivos para excluir, diminuir, violentar ou até mesmo exterminar outro ser humano sempre parecem arbitrários e nunca houve comprovação científica real que justificasse o preconceito, a não ser conceitos criados em cima de argumentos, no mínimo, falaciosos, como vimos em relação aos ataques a nordestinos no Twitter. O psicanalista Rodolphe Loewenstein lembra-nos que “se a psicanálise pode revelar fatos de importância primordial, é preciso que seja à medida que se relacionem esses fatos com as condições sociais e históricas dos povos” (LOEWENSTEIN, 1968, p.14).

A sensação de estranheza em relação objetos externos existe dentro de cada ser humano; o que muda é forma como cada um lida e como a sociedade e as famílias oferecem as ferramentas necessárias para que o sujeito lide com seus impulsos destrutivos. Em um pequeno texto intitulado “O Estranho”, Freud tece uma noção sobre o que consideramos

estranho no mundo é na verdade um objeto interno. Segundo ele, o estranho é, na verdade, um velho conhecido. “[...] o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar.” (Freud, 1919, p.3). Ele nos convida a entender como algo que nos é interno e antigo pode então tornar-se algo estranho para nós. Em seu livro “As Psiconeuroses de Defesa” Freud já postula a ideia de um “duplo” no qual há uma fronteira interna que “delimita um bom interior onde se conserva o que é aceitável e um mau exterior onde se rejeita, recalca, o que não o é.” (Charmoilie, 2001, p.1)

Segundo o psicanalista francês Jean Charmoilie, Freud escolheu o prefixo *un-* da palavra *un-heimlich* como marca do recalque. Haveria então o familiar – *heimlich* – que, recalcado, fica oculto. Segundo o autor, o recalque corresponde a um segredo.

O *Unheimlich* corresponde àquilo que foi recalcado e pode permanecer em segredo. O problema é que uma excitação externa pode reanimar esse oculto que constitui os ‘complexos infantis recalcados’: a aparição num grande dia do *unheimlich*, até então secreto, põe o ser falante, repentinamente, na situação de estar a descoberto dado que aquilo que lhe permitia até então tanto ocultar quanto estar oculto foi-lhe, de alguma forma, arrancado. (Charmoilie, 2001, p.1).

Em “O Estranho”, Freud examina a estória “O Homem de Areia”, na qual aparece a imagem maléfica do pai, um “desmancha-prazeres do amor”, que coloca em causa o narcisismo. Em relação a complexos infantis recalcados, algumas impressões que parecem ter sido inicialmente superadas podem ressurgir diante de qualquer objeto que de alguma forma evoque essas impressões. Segundo Charmoilie, o encontro original entre o Real e o Simbólico é inapreensível pelo recalque secundário.

[...] logo substituímos o Homem de Areia pelo pai temido, de cujas mãos são esperadas a castração. Arriscar-nos-emos, portanto, a referir o estranho efeito do Homem de Areia à ansiedade pertencente ao complexo de castração na infância (FREUD, 1986, p.11)

Nas palavras de Freud:

Em primeiro lugar, se a teoria psicanalítica está certa ao sustentar que todo afeto pertencente a um impulso emocional, qualquer que seja a sua espécie, transforma-se, se reprimido, em ansiedade, então, entre os exemplos de coisas assustadoras, deve haver uma categoria em que o elemento que amedronta pode mostrar-se ser

algo reprimido que *retorna*. Essa categoria de coisas assustadoras construiria então o estranho; e deve ser indiferente a questão de saber se o que é estranho era, em si, originalmente assustador ou se trazia algum *outro* afeto. Em segundo lugar, se é essa, na verdade, a natureza secreta do estranho, pode-se compreender por que o uso lingüístico estendeu das *Heimliche* [*‘homely’* (*‘doméstico, familiar’*)] para o seu oposto, *das Unheimliche* [...]; pois esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo da repressão. Essa referência ao fator da repressão permite-nos, ademais, compreender a definição de Schelling [...] do estranho como algo que deveria ter permanecido oculto, mas veio à luz. (FREUD, 1986, p.16)

6.3 O Estranho na Vida Real

Em seu livro, “Psicanálise do Anti-Semitismo”, Rodolphe Loewenstein faz um paralelo entre as reações de anti-semitas e psicóticos, como se se tratasse de uma mistura entre neurose e uma pré-psicose. “Certos doentes deste tipo desenvolvem, em relação a determinadas pessoas de seu meio, uma atitude de vigilância desconfiada e de atenção obsessiva permanente, de desgosto e repulsão” (LOEWENSTEIN, 1968, p.19).

O autor afirma que os chefes nazistas e anti-semitas em geral não estavam à época da II Guerra Mundial em um verdadeiro delírio coletivo, no sentido clínico da expressão. Ou seja, o preconceito ou a fobia ao próximo não se assemelha à aracnofobia ou outros tipos de fobias patológicas, por exemplo. E o autor nos introduz à paranoia.

O paranóico, conservando geralmente toda a sua completa lucidez de espírito em todos os domínios que não concernem ao seu delírio, é inacessível à razão e à evidência dos fatos, quando se trata do problema de suas ideias delirantes. O mesmo acontece com relação aos anti-semitas. Traço característico: eles são inacessíveis à apreciação, à prova da realidade, à evidência dos fatos, quando estes não estão de acordo com seus conceitos, suas ideias pré-concebidas. As paixões, os motivos, os mecanismos inconscientes que estão em jogo no anti-semita, seu ódio e seu medo, são todos demais poderosos para ceder ao raciocínio frio ou aos fatos da experiência (idem, p.20)

Loewenstein chama atenção para o fato de que os grupos mais vulneráveis socialmente são os que mais facilmente viram alvo de violência.

Os judeus têm sido vítimas de sadismo e ambição política, e foram impunemente perseguidos, pilhados e assassinados. Têm-lhes acontecido de ser odiados por causa de sua vulnerabilidade. O homem é muito atraído pela possibilidade de saciar seus instintos em vítimas indefesas. E quando a propaganda lhe dá não apenas a ocasião mas também a justificação, a tentação é invencível. (idem, p.21).

Como vimos, o nordestino que vive no Sul-Sudeste, por sua situação econômica, é um sujeito mais vulnerável a ataques e acusações. Quando houve um momento político que procurou mexer com essa vulnerabilidade, ocorreu uma “permissão” pública para que atos de preconceito se materializassem.

Dentro desse contexto, é claro que há níveis diferentes de preconceito – como aquelas pessoas que reproduzem clichês como “nordestino é vagabundo, é cabeça-chata” como os indivíduos mais perigosos, que podem realmente chegar a cometer crimes. Ou seja, mesmo que se trate de um preconceito comum a uma parte da sociedade, não necessariamente isso leva os cidadãos a cometerem crimes contra os nordestinos; apenas em casos mais extremos.

O autor ressalta a maneira como um indivíduo lida com seus problemas afetivos, resultantes de conflitos entre os impulsos instintivos e o mundo exterior. “Este domínio será adquirido por meio de mecanismos psicológicos que permitirão à criança de se defender contra forças instintivas.” (idem, p.26) O recalque é o primeiro mecanismo, que não apenas impede a manifestação de atos indesejáveis socialmente, mas também afastando inclusive lembranças e pensamentos que possam fazer essas forças virem à tona. Se essas defesas não são bem sucedidas, os resultados podem ser nefastos. Na vida em sociedade,

[...] as exigências do mundo externo propõem ao indivíduo problemas bem diferentes do que ele devia resolver na infância. Mas é precisamente a demora em solucionar velhos conflitos, a reativação de emoções passadas, sua persistência, que provoca o aparecimento das neuroses (idem, p.26).

E a forma como essas emoções são reativadas variam de indivíduo para indivíduo.

Loewenstein cita o Complexo de Édipo como o gatilho principal para o aparecimento das neuroses. A ambivalência surgida nessa época, o amor e o ódio surgidos, serão muito próximos, praticamente inseparáveis. “[...] geralmente os sentimentos de amor são acompanhados de reações de ódio, por uma mesma pessoa” (idem, p.27). Estamos aí diante da ambivalência sentida pelo sujeito nos primórdios de sua existência. É a partir da infância que esses dois componentes começarão a separar-se progressivamente.

Desde então, a criança tende a recalcar e tornar inconsciente toda veleidade de hostilidade em relação às pessoas amadas e a desviar toda a afeição das pessoas detestadas. [...] Este processo prossegue para além da infância e vai até a idade adulta. Entretanto, na evolução normal da afetividade, a intensidade da ambivalência diminui consideravelmente com a idade. (idem, p.27)

Este estágio consiste no direcionamento erótico da criança com relação à mãe e o ciúme e o ódio contra o pai. O recalque precoce dessas tendências negativas parece desaparecer para sempre da memória do sujeito. Todos os seres humanos devem passar por esse recalque original, pois, em qualquer sociedade, da mais primitiva que seja, há sempre uma punição extremamente severa contra o parricídio e o incesto. No entanto, o autor alerta que “se esta interdição é tão absoluta e tão generalizada, é porque ela implica a possibilidade destes atos” (idem, p.27). E não se trata de uma possibilidade imaginária:

[...] ela indica que as tendências que a constituem não foram completamente destruídas pelo recalque. Na verdade, elas se tornaram inconscientes e aparentemente impotentes, mas exercem, indiretamente, uma ação sobre o psiquismo humano. (idem, p.27)

O medo do castigo e a afeição ao pai são os motivos que levam a criança a recalcar o amor erótico pela mãe. A interdição dos pais contra as tendências edípicas na criança faz com que a criança interiorize interditos sobre suas tendências afetivas. Quando esses interditos se sedimentam dentro da criança, não há mais necessidade de interdição externa; pode-se dizer que o sujeito as interiorizou e “elegeu os personagens familiares que representam a moral da sociedade humana.” (idem, p.28) A criança formou, assim, um superego e “a impressão que se fixara na infância, durante a evolução psicológica do ser humano, se revela, entre outras coisas, quando as reações do passado se encontram perpetradas ou são repetidas mais tarde. (idem, p.28)

O autor cita a projeção como um mecanismo defensivo “contra impulsos instintivos e que desempenha um papel fundamental nos problemas que nos preocupam” (idem, p.30). Segundo Loewenstein, trata-se de um fenômeno freqüente tanto no psiquismo normal quanto no patológico, no qual se observa a paranoia ou algo semelhante.

Estes doentes imaginam, por exemplo, que alguém os induziu a cometer crimes sexuais. Trata-se, de fato, de ações que estes doentes realmente cometeram ou desejariam cometer, e eles estão convencidos de sua própria inocência. (idem, p.30)

Trata-se de uma projeção no outro de desejos recalcados e o autor nos dá o exemplo do monge da Idade Média que via na mulher a encarnação do demônio quando, na verdade, ele tinha desejos inconscientes sobre ela.

Entre os numerosos doentes, pode-se observar, ao vivo, as satisfações sádicas, conscientes ou inconscientes, a ideia dos judeus torturados ou massacrados. A estrutura desse gênero de satisfação é complexa. Neuróticos que sofrem, como acontece por vezes, de um sentimento intenso de culpa, e que esperam ou aspiram aos castigos, se defendem projetando a falta em alguém sobre o analista judeu ou sobre todos os judeus. Eles gostariam de vê-los torturados, punidos, a fim de não se sentirem mais culpados. Eles querem desempenhar o papel daquele que pune e não daquele que se castiga. [...] Eles precisam do judeu como bode expiatório de seus desejos recalcados, sádicos e masoquistas ao mesmo tempo. (idem, p.31)

Há um sentimento de culpa e, por conseguinte, uma defesa que o faz pensar que a culpa não é dele(a). Loewenstein ressalta que nem todos os neuróticos reagem da mesma maneira e com a mesma intensidade. Há também pessoas que atribuem a outros seus próprios desejos e falhas, suas intenções inconfessáveis. “Desta maneira os homens de probidade duvidosa acusam, com facilidade a outrem de desonestidade.” (idem, p.32) E esse tipo de atitude está propenso à paranoia.

Loewenstein cita outro tipo de caso, no qual o sujeito tende a separar agressividade e afeto. São pessoas que conseguem formular imagens de outras pessoas como sendo totalmente abomináveis ou maravilhosas. Trata-se de uma nítida ambivalência no qual se pensa por meio de estereótipo. “Alguns, dentre eles, sentem alternadamente, em relação a uma dada pessoa, ódio e adoração, por pouco que sua vaidade seja melindrada ou lisonjeira” (idem, p.32)

Entre as pessoas mais fanaticamente preconceituosas o autor acredita que pertençam a esses dois tipos de projeção descritos, quando não estão combinados. Porém, entre eles, encontram-se por vezes

descontentes, amargurados pelos seus fracassos pessoais ou profissionais. Estes infelizes, fracassados, estão inclinados a inculpar outrem pela responsabilidade de

seus dissabores, e têm repetidas vezes descoberto, como bode expiatório, um ou todos os judeus, que venceram melhor que ele. (idem, p.32)

Loewenstein cita o “mito judaico” que surge a partir de uma tendência psíquica dos seres humanos para generalizações, simplificações e personificações de forças da natureza ou povos.

O conjunto dos indivíduos considerados como judeus é tratado como se fosse apenas um só indivíduo: o judeu, personagem mítico e demoníaco. O pensamento mitológico, pois se trata disso, fez nascer um ser único constituído só de vícios e despido de qualquer traço humano. De fato, se o conjunto dos judeus pode ser representado por um só e mesmo indivíduo, é natural atribuir a este personagem mítico todos os erros ou crimes que alguns indivíduos cometeram, em um só conjunto: é a mesma coisa que tornar responsável um indivíduo, na sua personalidade total, de atos repreensíveis isolados, cometidos por ele. A tendência em personificar forças da natureza ou das coletividades corresponde a um estado ‘mítico’ do desenvolvimento do psiquismo [...], e ela responde igualmente a uma necessidade dos homens de projetar no mundo exterior as forças e os modos de sentir vagamente experimentados em si. (idem, p.39)

Dentro do que já mostramos acerca da imagem do nordestino e a forma como eles são considerados nos dizeres preconceituosos que analisamos, podemos certamente fazer um paralelo entre o que disse Loewenstein sobre esse judeu mítico e a figura do nordestino, condensada em um só estereótipo de um sujeito mal educado, sujo, de maus hábitos e violento.

O autor volta ao desenvolvimento infantil mostrando-nos que, mesmo com a repressão de impulsos violentos e egoístas, esses impulsos nunca são totalmente suprimidos. A repressão nunca é tão completa quanto o necessário. Uma parte desses impulsos ainda subsiste e podemos encontrá-los, por exemplo, no espírito de competição e na combatividade em situações de conflito. E, como Freud já nos havia apontado em seu livro “Psicologia das Massas e Análise do Ego”, os seres humanos são capazes de violências maiores quando estão em grupos ou multidões das quais não seriam capazes quando sozinhos.

Por conseguinte, estas tendências podem-se manifestar com maior vigor e violência contra os grupos ou indivíduos que se encontram, por qualquer razão, fora ou excluídos da massa. A natureza dos laços psicológicos dos membros com seu chefe faz aumentar ainda mais a violência potencial em relação aos que estão de fora. De

fato, o chefe substitui mais ou menos completamente o superego daqueles que o idolatram. (idem, p.40)

A identificação desse grupo se dá pelo compartilhamento de ideias, fiéis a um projeto em comum.

O pertencer a uma nação é uma dessas manifestações, ainda que existam massas menos estáveis, se bem que poderosas, que se formam sobre as outras bases, com interesses ou destinos comuns. A identificação resultando favorece a eclosão de ações hostis em relação aos que permanecem estrangeiros. (idem, p.41)

O autor cita o ódio em comum como um motivo altamente aglomerador, no qual o ódio se intensifica quando um grupo se une contra um inimigo em comum.

Além da satisfação de se sentirem seres superiores, existe neles uma profunda necessidade de poder odiar em comum, portanto, sem remorsos. Enfim, para muitos dentre eles, o fato de fazer parte deste grupo substitui uma função psicológica importante: - a de substituir suas perturbações psíquicas individuais por uma doença mental social, muito mais fácil de suportar. (idem, p.41)

Como apontamos no capítulo anterior, o Twitter é feito basicamente dessa aglomeração que, apesar de mais casual (pois tem objetivos completamente diversos e, por vezes, inesperados) é uma ferramenta que gira em torno da coletividade, da conectividade entre os atores. Os usuários autores das frases munidas de agressividade contra nordestinos estavam em meio a uma discussão, sendo replicados, apoiados ou rechaçados. Mas havia entre os usuários, naquele momento, um sentimento de união, que estava ainda mais forte e desinibido por ocorrer em uma RSI, o que de certa forma lhes garante o anonimato e a sensação de que nada ali pode ser levado tão a sério.

Além disso, existem condições sociais que de certa forma facilitam que a agressividade irrompa, como miséria e desgraças públicas. O autor descobre aí uma analogia com as neuroses, em que uma pessoa normal distingue-se da neurótica por encontrar na vida soluções para os seus problemas – já as reações de uma pessoa neurótica não são de acordo com a realidade.

A mesma coisa acontece durante os vagalhões do anti-semitismo: - os problemas sociais essenciais permanecem ignorados e os conflitos pessoais com alguns judeus

são transferidos para uma entidade mítica, os judeus. O ódio, neste caso, dissimula os problemas reais. O anti-semitismo deve sua violência particular à transferência das forças agressivas engendrada nas massas pelos problemas sociais reais. Em geral, esta transferência é artificialmente provocada por manobras políticas, que têm por fim desviar a atenção pública dos fatos exatos. (idem, p.42)

Observamos este mesmo movimento na manobra política que jogou com o preconceito e o conservadorismo de alguns grupos do Sudeste contra o Nordeste. Segundo o autor, frustrações conduzem a situações de neurose, assim como condições sociais adversas, como guerra, desemprego, alta criminalidade, que podem destruir o equilíbrio psíquico do grupo.

Segundo Loewenstein, o alemão projetou no judeu suas próprias fraquezas, um “complexo de inferioridade” devido à própria história do país, que teve de se adaptar por anos a diferentes países, que

[...] lhes deixara como resíduo um agudo senso de relatividade dos valores. [...] Os nacionalismos inquietos tendem a canalizar e fazer derivar os ódios internos sobre um ‘inimigo interno’ considerado como estrangeiro à coletividade que se quer tão unida quanto for possível (idem, p.45).

O mesmo podemos dizer sobre os descendentes de europeus no Brasil, ao complexo de inferioridade pela pobreza do país com relação aos países desenvolvidos. A não aceitação de estar em uma condição econômica muito inferior aos países de primeiro mundo. A não aceitação de um país colonial e miscigenado, como se essa ideia eugenista tivesse de fato alguma pertinência nos caminhos traçados pelos países subdesenvolvidos. A não aceitação de serem “europeus menores”, descendentes de antepassados que se encontravam em situação de profunda pobreza e desespero ao saírem de seus países de origem e que aportaram em um país que não prosperou tanto quanto a própria Europa ou EUA e Canadá.

Para os nazistas, a Alemanha não havia sido derrotada na I Guerra por inimigos externos, mas internos e todas as mazelas sofridas no pós-guerra eram devidas ao judeu, elemento estrangeiro ao qual eram hostis. Os judeus eram vistos como capitalistas que desejavam obter o sangue ariano, ou também eram vistos como comunistas.

Perseguindo-os, as classes ricas e médias esperavam exorcizar o espectro da revolução ameaçadora e se desembaraçar, ao mesmo tempo, de seus concorrentes. Os trabalhadores acreditavam livrar-se do jugo de seus exploradores. [...] O povo

infeliz procura extravasar seus sentimentos em alguma coisa ou alguém. A agressão latente, exaltada pelo sofrimento e pela angústia, tem necessidades de vítimas e as encontra entre aqueles que, por razões particulares, não podem defender-se. (idem, p.45)

Os judeus eram uma minoria à qual era estranhamente atribuída um poder tremendo e tenebroso. A culpa da derrota da guerra era direcionada ao judeu e assim o alemão eximia-se da culpa e não assumia suas falhas. Dessa forma, a nação libertava-se de vergonha, responsabilidade e remorsos. Assim como podemos dizer que esse grupo de paulistas que culpa os nordestinos pelas mazelas sociais do estado, estão, assim, eximindo-se de suas próprias falhas e de seus governantes. Ignorando as configurações de sua própria nação e trocando-as por ilusões mais fáceis de acreditar e que não exigem envolvimento ou luta de sua parte.

Loewenstein nos explica que a crença na projeção de uma culpa para outrem

[...] que se encarregará de ficar no nosso lugar, é familiar ao espírito do selvagem. Ela provém de uma confusão manifesta entre o que é espiritual e o que é físico, entre o material e o imaterial. [...] o selvagem imagina que é igualmente possível colocar o fardo de suas penas e dores em qualquer pessoa que o levará por ele. Trata-se em consequência, do resultado do emprego de um número incalculável de expedientes pouco generosos para se desembaraçar sobre outra pessoa, dos males que ele devia suportar (FRAZER *apud* LOEWENSTEIN, 1968, p.46)

Essas culpas que são atribuídas ao outro fazem parecer que o indivíduo a apontar o dedo jamais teria a conduta que condena – tal ação, na verdade, diminui o sentimento de culpa do próprio indivíduo com relação aos seus desejos inconfessáveis em relação ao que ele próprio considera condenável.

Tais descobertas da psicanálise nos ensinam que

[...] a maior parte dos atos humanos são devidos não apenas aos motivos que o indivíduo reconhece como causas de seus atos, mas igualmente a outras forças, a outros motivos completamente inconscientes e ignorados daqueles que estão em jogo. O papel destes motivos e destas forças é mais importante justamente em toda reação passional e violenta. (LOEWENSTEIN, 1968, p.51)

Para Loewenstein, as minorias, seja de que tipo forem, tendem a tornar-se “alvos fáceis de desprezo, desconfiança e ódio das maiorias”(idem, p.52). Porém, dependendo do momento e das circunstâncias, esse ódio pode ficar velado ou vir à tona, ou até mesmo variar de intensidade. Assim, quanto mais forte é um ideal coletivo, mais forte também será a hostilidade que vem quando esse ideal fica ameaçado. “Nos grupos que se vangloriam de suas pretensas particularidades raciais, certas divergências do tipo racial, como a cor da pele, são capazes de causar desprezo e hostilidade” (idem, p.52). Assim, segundo Loewenstein, a forma como uma sociedade lida com suas minorias é baseada em qual a importância numérica, social, política e econômica desta. Pois não necessariamente uma minoria é desprezada; ela também pode ser vangloriada e mais valorizada que a maioria dos outros cidadãos. É muito interessante quando Loewenstein ressalta que locais pobres, onde tensões sociais são mais altas, dão maior lastro para a intolerância.

[...] nos países imperialistas em pleno crescimento, os judeus foram assimilados sem dificuldades, mas nos países pobres como a Áustria e a Rússia de antes da guerra de 1914 [...] a concorrência era por demais áspera para que a concentração de judeus nas profissões liberais não produzisse atritos cada vez mais violentos. (idem, p.67)

O autor pontua que o trabalhador “intermediário” é de plena serventia enquanto necessário. Porém, quando esta necessidade, por algum motivo, se esgota, esse trabalhador passa a ser detestado, pois “deseja continuar a tirar benefícios das operações para as quais se julga daqui em diante demasiado supérfluo [...]”(idem, p.68). Nesse ponto, não seria difícil que traçássemos um paralelo entre essa situação e a que descrevemos sobre o nordestino em São Paulo nos capítulos anteriores.

Reações de agressividade geralmente se dão quando um sujeito ou grupo se sente acuado, frustrado ou ameaçado e, como sabemos, fatores econômicos têm extrema ligação com o surgimento desses sentimentos, pois se relacionam com as forças de conservação do indivíduo. Da mesma forma podemos dizer que, quando sentimos que algo que possuímos, principalmente nossos bens, estão ameaçados, a agressividade também pode vir à tona. “De fato, nossos bens são inconscientemente identificados com nossa pessoa, são sentidos como um prolongamento de nós mesmos [...], como parte integrante do nosso ‘eu’” (idem, p.68).

Por a maioria dos homens geralmente ignorar as leis que regem a economia, circunstância imprevistas que ameaçam sua segurança ou mantém o sujeito em uma posição

de inferioridade econômica, é quase que um movimento natural e inevitável que este sujeito se volte contra aqueles que são considerados causadores da miséria. O que, curiosamente, em nosso caso de estudo, não são políticos ou empresários, mas os nordestinos.

Além disso, como Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) já nos havia apontado, Loewenstein também aponta a “identificação com o agressor”, na qual o próprio nordestino pode encontrar “defeitos” em sua própria comunidade, como, por exemplo, o gosto por comidas como buchada, sarapatel, a fala arrastada, a pobreza e a falta de instrução. Esse tipo de nordestino pode envergonhar um conterrâneo, que se sente ridicularizado, como um membro de nossa família a quem não queremos ser relacionados. E pensa: “é por causa de nordestinos assim que sofremos preconceito”. Esse sujeito acha bom sentir-se diferente e isento de qualquer semelhança na qual “subsiste uma espécie de liame secreto” (idem, p.105) entre um nordestino e outro. No entanto, a todos os nordestinos são atribuídas as mesmas características, o que pode fazer com que o indivíduo sofra por pertencer a esse grupo ou o fazem exagerar essas características, com a pura intenção de afronta. Podemos identificar também o risco de uma exaltação extrema de sua região em contrapartida, como foi o caso dos nordestinos que fizeram um contra-ataque denegrindo as regiões do Sul e Sudeste e exaltando sua região e agredindo os moradores dessas regiões. Nesse caso, há também identificação com o agressor.

Não é preciso admirar-se de ver que o fato de ser judeu pese sobre alguns com tal intensidade e desencadeie tantos conflitos, que eles aspiram a uma só coisa: desembaraçar-se de sua qualidade de judeus que os marca com tal tara e maldição. Entre eles, alguns neuróticos negam suas origens contra toda evidência, ou então se tornam patologicamente anti-semitas. Esta tendência é contrabalançada por uma tendência oposta: a tenaz fidelidade ao Judaísmo. (idem, p.106).

Não é difícil encontrar indivíduos que perdem totalmente o sotaque e o adaptam perfeitamente ao sotaque da região Sul-Sudeste. Sendo o sotaque a única forma possível de ser reconhecido, o sujeito sente-se livre de carga de preconceitos contra ele – ou melhor, contra o nordestino que é identificado nele.

6.4 O Eu e o Outro

Podemos agora chegar à mesma conclusão que encontramos no texto intitulado “O Outro”, do pesquisador britânico Stephen Frosh.

De acordo com Frosh:

Há uma conexão muito fértil entre a visão psicanalítica estabelecida das defesas intersubjetivas da mente (depositando elementos temidos e odiados no outro, por exemplo, pela identificação projetiva) com estruturas políticas que apóiam o racismo, demonstrando de forma compulsória como certos grupos se tornam repositórios para as fantasias paranóicas, destrutivas e sexualmente excitantes dos outros. (FROSH, 2002, p.1 – tradução nossa).

O autor nos mostra que o pensamento racista consiste em aspectos do ego que são indesejados e desprezados e que podem perturbar a mente de forma tão prejudicial que a projeção se torna uma maneira acessível de repudiar e evacuar essa perturbação sobre o outro. Cria-se uma mentira destrutiva no centro da personalidade que deve ser continuamente defendida. “A ‘mentira’ nesse sistema de organização da personalidade é valorizada positivamente, como se carregasse para o ego um aspecto importante de defesa contra a fraqueza, perda ou julgamento negativo” (RUSTIN *apud* FROSH, 2002, p. 2 – tradução nossa).

Assim, o estranho, o estrangeiro, vivem dentro do próprio sujeito. O próprio inconsciente é um outro estranho ao sujeito, que não é reconhecido, mas “o que está sendo evocado aqui é a interpenetração, o um-dentro-do-outro, inescapavelmente juntos ainda que experienciados como algo incômodo e perigoso” (FROSH, 2002, p.3 – tradução nossa).

Tomar consciência da existência desse outro dentro de nós pode ser uma experiência sinuosa e dolorosa, e muitos preferem evitá-la. A fantasia de completude, de ser o senhor de si próprio é o caminho mais fácil, porém não é o real.

Lacan pode ter chamado esse processo de ocultamento do Imaginário, trocando o grande Outro da outridade essencial pelo pequeno outro da imagem especular. Sob a influência de fantasias imaginárias, o sujeito pode esperar pela unidade, pelo controle completo e total da outridade, pela recompensa do preenchimento total (idem, p.3 – tradução nossa).

É esse sentimento de totalidade, em que não há nada por trás do espelho, que surgem os maus-entendidos e a destruição. Frosh ressalta que algo se passa entre o outro e o sujeito, e torna-se claro que não existe sujeito sem o outro, “é a partir do outro que o sujeito se torna” (idem, p.5 – tradução nossa)

Se um sujeito assume que seu medo e ódio advêm de suas próprias ansiedades de dissolução, existirá de fato espaço para o ataque? Segundo o autor, o inimigo perfeito é aquele que nunca pode ser combatido. E, parafraseando o psicanalista Jean-Pierre Lebrun, já citado no início deste trabalho, pode-se matar o outro, mas não se pode fazê-lo mudar (LEBRUN, 2010). Por que o que haveria de mudar está dentro do sujeito que comete o crime.

Para Frosh, não há justificativas em uma separação clara entre o eu e o outro, pois ambos estão constantemente enlaçados, imbricados. Dessa forma, reconhecer o outro é também reconhecer a si mesmo. Esse é “[...] um elemento-chave na manutenção da subjetividade porque traz o outro interno à vida [...]” (idem, p.6 – tradução nossa)

A primazia do outro não é algo fácil de assumir e enfrentá-la pode ameaçar identidades, levar o senso de completude ao colapso.

Esse ‘outro’ que é tão íntimo dentro de nós - a mensagem inexplicável vinda do inconsciente – chama o outro que aparentemente está do lado de fora, contornando o ego, desejando algo que sem saber muito bem o que é. [...] o que mais poderia trazer dentro do sujeito as mais virulentas fantasias paranóicas-esquizoicas? [...] o sujeito busca o outro para dar forma a sua própria mensagem desconhecida; mas isso também pode ativar o outro, como na vida interna, vendo-a não apenas como ‘reflexo’ ou repositório de dúvidas internas projetadas para o lado de fora, mas o real, fonte material dessas dúvidas. Se o outro é primário e um sujeito é destruído pela outridade que possui dentro de si, então o ódio pelo outro pode se tornar algo extremamente real (idem, p.7 – tradução nossa)

Quando a diferença é esquecida como algo inerente a cada ser humano, escondido no inconsciente, as possibilidades de transformação e respeito ao outro divide pessoas entre pólos e grupos opostos. Como se ser outro fosse algo negativo e que deve ser abolido.

Conhecemos, a partir daí, as raízes do preconceito e da intolerância, desejo de exterminar o outro a partir de inquietações que tendem a voltar na história do sujeito e da sociedade. No entanto, gostaríamos agora de entrar em outro campo, pois, no caso desta pesquisa, uma pergunta ainda parece não ter sido respondida. Encontramos no Twitter uma forma de aglomeração na qual os usuários se utilizam de um avatar, um perfil, para se conectar a uma rede, um grupo – provavelmente, os atos que, injustamente caíram apenas sobre Mayara Petruso deveriam ter caído sobre todo o grupo que a acompanhava - como não pode deixar de ser, ela estava em conjunto, interagindo com outros atores, que emitiam opiniões similares às dela. Parece-nos que a questão do preconceito e da intolerância chegou a

outro nível de ação, e esta tem partido predominantemente de gerações mais jovens. O conflito com o outro sempre existiu: várias vezes a história assistiu situações de barbárie e extermínio coletivo no qual o outro, ou um grupo de outros, era diminuído da sua condição de sujeito, de igual, e visto como um inimigo, ser inferior, digno de receber apenas violências. No entanto, é também interessante ressaltar que a sociedade viu atos assim repetirem-se durante séculos e que se vive hoje em uma sociedade na qual mitos e tradições deram lugar ao discurso da ciência e do politicamente correto. Atos como os de preconceito, ou a permissividade com a qual esses sujeitos se autorizam a cometer atos de violência contra outro ser humano em nome apenas de um puro e inexplicável ódio não parecem coerentes com os caminhos que nossa sociedade tem preconizado, ou, ao menos, pregado como discurso ideológico dominante. Então porque os jovens caíram tão facilmente em um jogo de marketing feito nas eleições de 2010, juventude que, gostaríamos de repetir, nasceu em uma sociedade despida de mitologias, religião ou demais crenças que ainda assolaram a existência de gerações anteriores? O que os faz autorizar-se a cometer esses atos de violência vazia e surda? Não é pelo fato de Mayara ser uma jovem – não se pode considerá-la como caso isolado -, o próprio grupo de jovens que assinaram a petição São Paulo para Paulistas ou os outros atores que estavam presentes com Mayara fazendo também agressões e xingamentos variados a nordestinos. Por que as novas gerações, permeadas pela lei da razão, não fazem uso desta e caem de volta em um mundo de irracionalidade e julgamentos rasos?

Estas são as perguntas que pretendemos desvendar no último capítulo desta pesquisa.

7. A Perversão Comum

Para o último capítulo desta pesquisa, faremos uso do livro do psicanalista francês Jean-Pierre Lebrun, intitulado “A Perversão Comum- Viver Juntos Sem o Outro”. A escolha foi baseada na pergunta que desejamos responder nesta última etapa do trabalho e que foi perfeitamente conduzida e respondida pelo autor nesta publicação.

Em, A Perversão Comum, Lebrun aponta para uma “crise de legitimidade”, na qual as figuras de autoridade se esfacelaram, e nos mostra as consequências que vivemos hoje por conta desse esfacelamento. Como exemplo, o autor relata uma mudança no comportamento de pais que, em vez de preocupar-se principalmente com a educação das crianças e adolescentes, parecem mais preocupados em serem amados por eles. Isso dificulta o posicionamento necessário da figura de autoridade de impor interdições à criança, de fazer com que ela incorpore as leis necessárias à vida em sociedade. Dessa forma, os pais preferem não arriscar perder o amor de seus filhos em nome de intervenções necessárias. Isso prolonga severamente o todo-poder infantil e adia a tarefa dura da criança de amadurecer e assumir responsabilidades. Segundo Lebrun, não é mais claro hoje qual a função dos pais, principalmente da figura paterna, cuja importância foi tão enfatizada no capítulo anterior. De onde os sujeitos de autoridade tiram sua legitimidade para que possam exercer influência nos dias de hoje? Em uma sociedade extremamente pluralizada, é possível que todas as vozes convivam de forma coerente?

Lebrun aponta para a queda religião e da figura de Deus, o grande Pai da humanidade, como um marco importantíssimo nessa mudança de paradigma que se observa nos dias atuais.

Até há pouco, o social era organizado conforme o modelo religioso. Reconhecia-se que, da mesma forma que era admitida a existência de Deus, a de um lugar de transcendência era evidente. Era a do rei, do chefe, do pai, do mestre, do professor... (LEBRUN, 2008, p.23)

A morte de Deus, ou ao menos o seu enfraquecimento, implica em uma destituição da própria transcendência, que permitia às sociedades sustentar-se mesmo diante do vazio e do desamparo humanos. No entanto, o autor ressalta que esse lugar de falta não pode ser apagado, enquanto Deus pode sim ser retirado desse lugar que, de certa forma, cobre essa falta. No entanto, o discurso atual, que se apoia em ideais de completude, livre-escolha e

liberdade, não colabora para que a falta seja assumida e realocada. Vive-se hoje *como se* essa falta não mais existisse, quando, na verdade, ela não foi a lugar algum.

Segundo o autor, é essa crise de legitimidade do lugar de exceção que desabilita a autoridade de pais, professores e outros profissionais. E é por isso que os pais passaram a “merecer ou não” o amor de seus filhos dependendo da quantidade de interditos que os impõem. Em vez de introduzir os filhos à sociedade, fazem justamente o contrário – protegem-na dela. Para Lebrun, isso faz com que os filhos sintam que têm escolha entre amadurecer ou não. “[...] estamos forçados a nos sustentar no vazio, sem ponto de apoio transcendente, já que este último foi retirado. [...] Mas isto induz uma fratura entre funcionamento social e o funcionamento da família que não deixa de ter consequências.” (idem, p.28/29).

Para Lebrun, se figuras que são geralmente incumbidas de chocar-se contra a violência da criança não impõem a interdição, esta estará entregue ao seu gozo mortífero, pois não recebe a mensagem de que transformar seu ódio é necessário para a vida em sociedade. O poder, responsável por introduzir a criança no simbólico, na fala (em que uma perda está sempre implicada), na negatividade; está hoje deslegitimado e age como se a necessidade da negatividade não existisse. E a autonomia do indivíduo fica em risco, uma vez que pais e professores alcochoam a realidade; o que, na verdade, impede que o jovem sujeito se torne um cidadão.

Além da própria estrutura familiar, o autor questiona se o trabalho de nossa cultura de transformar as tendências mortíferas do ser humano está também sendo eficaz. Segundo Lebrun, o Imaginário Social é uma ficção

[...] cujo caráter de estrutura simbólica não deixa dúvida nenhuma e que sustenta cada um de seus membros em sua tarefa de transmissão das condições necessárias para ali poder assumir seu lugar. Também é esse Imaginário Social que coleta e conserva aquilo a que todos naturalmente se referem. (idem, p.35)

Lebrun aponta que o Imaginário Social é também responsável por produzir efeitos sobre os neo-sujeitos. E esse Imaginário também parece não mais transmitir a necessidade de um espaço para a negatividade no ser humano. É a partir daí que Lebrun tece seus conceitos de “perversão comum” e *entodoamento*, no qual não há falta, falhas ou limites na sociedade atual. O sujeito apenas participa do conjunto, mas a noção entre o que é de todos e o que é singular parece dissoluto. Não se partilha a falta, condição que permite a entrada da diferença

nas relações. O autor nos explica que não se trata de uma perversão no sentido clínico da palavra, mas de que estamos inseridos em uma sociedade perversa.

A negatividade [...] não é mais o que funda o laço social, mas o que, ao contrário, os sujeitos juntos renegam [...] mas, por não ser reconhecido como organizado pela amarração de todos no vazio umbilical, o laço social se apresenta como um simples modo de aderência a um ‘todos’ completo, a um *entodoamento* (idem, p.39)

Há, de fato uma mudança drástica, pois

[...] o Simbólico não é mais o que permite apreender o real. Tornou-se, em compensação, fonte da injustiça. O real não é mais o irredutível contra o qual o choque é inevitável, ele se tornou um traumatismo que tem de ser reparado. Só o registro do imaginário é compatível com tal regime. O que permite não ter mais que levar em conta que [...] o real é inevitavelmente traumático e o simbólico é sempre injusto, por estrutura, já que produz dois lugares assimétricos. (idem, p.41)

Se estamos em meio a um “todos” incompleto, sustentado pela negatividade, e passamos a um “todos” completo, que apaga essa negatividade, a violência passa a ser vetorizada de forma diferente. Em uma sociedade marcada pela negatividade, a violência geralmente é dirigida ao lugar de exceção. Enquanto que, em uma sociedade “completa”, “a violência busca seu interlocutor e, por não encontrá-lo, dirige-se a todo mundo ou volta para o sujeito, que não encontra a quem endereçá-lo” (idem, p.42). Lebrun afirma que surge na sociedade atual uma violência contra a ausência de um lugar onde o sujeito possa inscrever sua singularidade. Por não encontrar a falta no discurso social, não entrar necessariamente em choque com o real, a única possibilidade encontrada é a de fazer um ‘furo no real’ – o sujeito entra em confronto com o que é dado como ilícito ou impossível como única forma de encontrar-se com a falta, o impedimento. Coloca assim, sua passagem ao ato por não encontrar a falta no discurso social. (idem, p.43)

Segundo o autor, vivemos em uma “sociedade-rebanho”, onde há uma perda na capacidade de se reproduzir a diferença e negar o que é exceção. “Nossas sociedades pretensamente individualistas na realidade são perfeitamente gregárias” (idem, p.44). Esses sujeitos *entodoados* e gregários dependem de um reconhecimento social do que lhes é singular – o que, por estrutura, não pode ocorrer. Pois essa singularidade é simbólica e apoia-se na negatividade. Assim, a identidade singular não passa de uma identidade imaginária.

Vejamos a seguir, começando da inscrição da fala no sujeito, como se dá todo o processo que brevemente acabamos de descrever.

7.1 A Fala

Como já vimos no capítulo anterior, o falar tem uma importância tremenda na vida psíquica do sujeito. É quando a criança sai de sua posição de majestade e realiza o recalque contra o desejo que sente pela mãe. É o momento em que percebe ser incompleta, incapaz de oferecer completude à mãe, que, por sua vez, também não se sente completa apenas pela presença da criança. É a presença, a intervenção do pai, que desvia parte do desejo da mãe e mostra à criança sua condição de desamparo inexorável. “Falar supõe um recuo, implica não estar mais em simbiose com as coisas, poder distanciar-se, não estar mais apenas no imediato, na urgência.” (idem, p.50).

Existe um vácuo, uma perda, entre as palavras e suas representações. O sujeito barrado, como nos ensina Lacan, é o dotado da fala – é um sujeito dividido pelo inconsciente; por conseguinte, dividido pela linguagem. Não se trata, então, de um sujeito pleno, mas imerso também em um vazio. Entre um significante e outro significante existe um vazio que nunca poderá ser preenchido. “[...] um sujeito não é um pleno que tem de se dizer no descontínuo da linguagem, ele é o que resulta desse descontínuo imposto pelo sistema da linguagem” (idem, p.51).

O Outro, que designa a cena da linguagem que é anterior e exterior ao sujeito, o determina radicalmente. É a partir desse Outro, e desse “tesouro de significantes”, que o sujeito constitui-se como tal. Neste processo de subjetivação, no qual o sujeito emerge a partir do Outro, jaz o grande segredo da psicanálise. Como pode um sujeito tornar-se singular a partir do comum, do que vem de fora, do que não é exatamente ele? “[...] nesse lugar do Outro sempre está faltante o significante que diz o que ele é. Em outras palavras, o Outro também está ‘barrado’, marcado pela falta” (idem, p.52). Ou seja, o Outro também não tem como formatar o sujeito, não existem palavras completas, que não remetam a outras palavras, outros dizeres. É justamente esse vazio que perpassa todo o sujeito que dá a liberdade para que cada um seja singular. Aceitar o vazio, a negatividade, entender que o Outro não poderá defini-lo é o ponto de partida para que cada sujeito inicie sua própria jornada em busca de si mesmo. É assim necessário que o sujeito se afaste do Outro, que não seja apenas dito por alguém, mas que comece a falar por conta própria. Após ser o que os pais dizem que ele é, depois de repetir o que ouve, há uma apropriação do que vem de fora, uma internalização, para que a palavra

saia de dentro do sujeito com um significado comum e ao mesmo tempo único. O sujeito precisa separar-se do Outro para que possa cometer seu ato. (idem, p.54)

Como sabemos, a mãe é o primeiro objeto de desejo da criança, o primeiro Outro e, segundo Lebrun, já se pode aí observar um hiato entre o que quer a mãe e o que a criança percebe que a mãe quer. “O filho é literalmente aspirado pelo que supõe que a mãe quer e espera dele” (idem, p.55). Nem mesmo a própria mãe sabe *exatamente* o que quer, pois ela está inscrita na linguagem, é barrada, faltante. E essa falta passa para o filho, que terá na fala também o vazio. Lebrun nos explica que é justamente esse esvaziamento que também está imbricado à presença, “esse furo cavado no real” (idem, p.56). Sendo assim, a própria palavra endereça também um vazio – agir é também agir no vazio.

Lebrun aponta para duas faltas:

[...] o furo cavado no Real pelo Simbólico, uma perda que instala o nada, *via* vazio da Coisa, no cerne da linguagem, como a casa vazia necessária para que certos jogos possam continuar. A segunda falta é aquela que está inscrita no campo do Outro, na linguagem, e que pode ser designada como um significante ausente. É preciso uma perda para que se instale a linguagem. Mas essa perda de certo modo se repete no interior da própria linguagem, esta uma vez inusitada, já que sempre faltará o significante que diz o que sou (idem, p.64)

Como, então, os sujeitos não são ‘engolidos’ por essa falta? Segundo o autor, isso se dá graças à instância fálica. O Falo significa, ao mesmo tempo, o vazio e o pleno. É como se o Falo fosse o “guardião do vazio”, que representa uma plenitude sem, na verdade, conseguir sê-la – trata-se apenas de um semblante. Para Lacan, a significação fálica é o que torna o vazio suportável – como se fosse a ‘borda’ do furo – lugar de exceção. Trata-se de vigas, que fazem o sujeito sustentar-se em meio ao vazio, sustentar a si mesmo, não ser engolido pelo Outro. Há a aceitação da perda, convive-se com o vazio, há estacas que permitem fazer a negação ao Outro, delimitar-se a si mesmo – esta é a função da significação fálica. A própria capacidade de linguagem nos dá as ferramentas para enfrentar o vazio.

O desejo humano deve passar pela língua e “sempre inadequado, é condenado apenas à representação” (idem, p.73). Nesse sentido, não há a presença pura e perfeita, imediata – representação não é presença. Por nunca ser completa, a fala dá lastro a maus entendidos na comunicação, a desarmonia. Há uma dissimetria inexorável, não há um encaixe perfeito entre o enunciante e o enunciado. Assim, vazio e pleno não encaixam como peças de um quebra-

cabeça. “O vazio é perda, o pleno está para sempre condenado a ser apenas um semblante de pleno. [...] O homem vive doravante sob o reinado do semblante.” (idem, p.74)

7.2 Ausência x Presença

A presença e ausência de órgãos sexuais têm uma importância muito maior que se pode imaginar para a constituição da subjetividade humana. Segundo Lebrun, “a ausência de pênis remete ao vazio ao passo que sua presença sustenta a representação fálica” (idem, p.74). As conseqüências dessa assunção no psiquismo humano vão longe, pois isso significa que a forma como as diferenças sexuais são simbolizadas se dá de forma diferente. Sendo assim, o homem, posiciona-se na vertente positiva da linguagem, enquanto a mulher está na vertente negativa. Em outras palavras, a mulher mostra o vazio da palavra enquanto o homem é “congruente com a própria função da linguagem” (idem, p.75). Lebrun cita que homens e mulheres, como falantes, passam pela ‘versão macho’, porém apenas aparentemente.

[...] já que é simplesmente o fato de o falo ter sido ‘extraído’ a partir da imagem peniana que o coloca do lado do macho. Mas, precisamente, o falo não é o pênis. É a linguagem que impõe essa passagem obrigatória pela via aparentemente macho, porque ela de certo modo ‘aproveita’ a dissimetria da diferença dos sexos – um visível, o outro não – para fazer passar o que o caracteriza, a saber, essa dissimetria irreduzível como rastro da negação com que atinge o vivo (idem, p.75).

Ambos os sexos são marcados pelo traço fálico – não pelo falo em si, mas pela função fálica. O homem será um todo-fálico, permeado pela positividade da linguagem; enquanto a mulher será a não-toda “coagida por essa positividade da linguagem, já que pode – e até deve, se quiser significar sua especificidade – mostrar a negatividade que a habita” (idem, p.76)

Segundo Lebrun, essa repartição entre todo e não-todo mostra que os dois sexos têm uma relação com o falo, inscrevem-se na função fálica. Enquanto o homem é todo-inscrito, a mulher é não-toda inscrita. Enquanto o enunciado masculino é unívoco, o feminino é duplo. Há, assim, uma ‘escapada’ no enunciado feminino. Dessa forma, quando Lacan afirma que ‘não há relação sexual’, mostra que a captura da linguagem se dá na dessimetria entre os sexos: “[...] é a injeção da linguagem que leva à assimetria tudo o que até ali poderia e deveria ter a ver com a simetria” (idem, p.78). Logo, não há lugar na vida humana que não seja acometido pela perda, o vazio da linguagem. E esse próprio vazio traz consigo a necessidade de uma hierarquia, algo que transmita esse vazio.

Os próprios papéis sociais trazem consigo essa assimetria – há sempre a referência a um chefe, e a uma desigualdade entre os integrantes de um grupo. Os que estão no comando, e os que são comandados. Vemos já aí a instância fálica e o vazio. A linguagem impõe a diferença dos lugares; o que não necessariamente implica que os lugares sejam preenchidos pelos mesmos tipos de pessoas. No entanto, Lebrun nos alerta que “[...] a distribuição concreta dos lugares não está mais em relação com a estrutura da linguagem, ela depende antes do agenciamento de uma sociedade precisa” (idem, p.80). Sendo assim, fica claro que a diferença de sexos não implicaria em o homem estar no lugar de chefia e a mulher no lugar de submissão, mas isso também não quer dizer que a diferença de lugares não exista. Essa assunção não implica uma desigualdade, mas uma diferença.

Sendo assim, a anatomia em si não situa homens e mulheres, pois é na função fálica que estão situados. Sobre essa questão, Lebrun faz um questionamento:

É crucial o que está em jogo: como, com a nova situação que caracteriza a sociedade atual, continuar a entender a necessidade do vazio e as conseqüências inelutáveis que o fato de falar acarreta para os humanos? Como perpetuar a transmissão das obrigações que a linguagem prescreve e que molda a condição humana quando os meios colocados em ação para garanti-la se apresentam de modo inteiramente diferente? Até mesmo não são mais operantes já que nos incitam a crer que estaríamos liberados dessas obrigações? (idem, p.81)

7.3 Menos-de-gozar

Gozo não é o mesmo que prazer – mesmo que estejam relacionados, o gozo está para além do prazer. O prazer supõe um limite, enquanto o gozo supõe a extrapolação deste. Segundo o autor, é preciso que esse gozo seja suprimido para que o sujeito possa ir busca de seu desejo. O laço social é o responsável por dar limites ao gozo, para que se efetue uma perda, que chamaremos de “menos-de-gozar”.

[...] o subjetivo e o social enodam-se na necessidade de instituir o vazio ao mostrá-lo velado pela produção de uma ficção, por uma encenação, uma teatralização. [...] a dependência radical do sujeito para com a linguagem de certo modo induz sua dependência para com a maneira como os sujeitos coletivamente encenaram sua relação com esse vazio, com essa negatividade constitutiva. Em outras palavras, institucionalização e subjetivação se interpenetram estreitamente juntas. [...] A ordem social só opera porque e se o sujeito nela reconhece a intermediação de sua própria simbolização. (idem, p.86)

Lebrun usa a palavra “húmus humano”, que corresponde ao vazio que permite a distância que o falar implica. Todo o ser falante saiu de um estado de todo-gozo. A Coisa é sempre faltante, inalcançável, inominável – pois ela própria representa a condição de falta, e nomeá-la seria alcançar uma totalidade. No entanto, o recalque originário impõe ao sujeito limites, frustrações, uma “insatisfação incontornável” (idem, p.88), faz com que o sujeito constitua-se em torno dessa falta causada pelo recalque originário, pela impossibilidade de ser um todo. Segundo Lebrun, isso é o que introduz o sujeito tanto à singularidade, ao desejo tanto quanto à coletividade, à Lei.

A proibição do incesto põe uma barreira ao todo-gozar - é quando surge a fala e a Lei. “Sempre se trata de se afastar do corpo-a-corpo com a mãe para assumir seu lugar de homem ou de mulher no social. E isso sem que para tanto a presença de um pai de carne e osso seja de imediato necessária” (idem, P.90). Afinal, é necessário apenas que exista um sujeito que desperte o desejo na mãe para além da criança, seja ele de sexo masculino ou feminino. Em gerações anteriores, o menos-de-gozar era relacionado ao patriarcado, na qual a posição do pai era a prevalente, que ocupava o lugar de exceção. Ao pai cabia instituir sua autoridade e a renúncia de possuir a mãe.

A família, na qual estão os primeiros outros do sujeito, deve materializar a necessidade de uma perda. O todo-gozo representa a mãe, enquanto o pai é quem está incumbido do menos-de-gozar. Cabe à mãe também renunciar ser tudo para o filho e permiti-lo crescer. Então, instituir um freio ao gozo é tarefa do pai e da mãe. Segundo Lebrun,

[...] esse é o destino do ser falante, de sempre sofrer a obrigação de retirar-se do indeterminado e do infinito do gozo para advir a seu desejo de sujeito. [...] a necessidade da subtração de gozo que autoriza a especificidade do *húmus humano* e permite assim a instalação da gramática do desejo. (idem, p.92)

A transmissão do vazio costumava fazer-se de uma geração à outra, e as sociedades de alguma forma tinham uma estrutura congruente com essa falta. No entanto, hoje, Lebrun nos mostra que a sociedade opera de uma maneira *como se* essa falta não existisse; não mais transmite a necessidade de subtrair o gozo. Segundo o autor, essa é obviamente uma aparência enganosa, causadora de grandes confusões.

[...] para que o homem seja humano, a subtração do gozo sempre é requerida, mas como as estruturas sociais de ontem lhe sustentavam visibilidade – sua teatralização

[...] – tornaram-se obsoletas, essa perda não parece mais inscrita no imaginário social. (idem, p.94)

Segundo o autor o discurso da ciência, o “democratismo” e o liberalismo econômico são os grandes causadores dessa mudança na estrutura social.

Por não deixar espaço para incertezas, o discurso da ciência vai de encontro à própria fala. Porém, como sabemos, boa parte das “certezas” nunca são imóveis – elas podem mudar de forma, podem ser perecíveis também. A ciência não possui o poder de ter a última palavra sobre os fenômenos do mundo – também não deixa de levantar apenas hipóteses, baseadas em linhas de pensamento.

Essa mudança nos deixa crer [...] que podemos escapar às leis da linguagem, que podemos nos emancipar do vazio que elas implicam, que, com as letrinhas da ciência, estamos enfim em condição de nos livrar da primazia do verbo. (idem, p.99)

A autoridade, que antes se fundava na fala e no vazio fundado por ela, agora se funda na prova e na coerência lógica.

O segundo ponto levantado por Lebrun é o que ele chamou de Democratismo, no qual se relativiza a autoridade política em nome de uma escolha coletiva. A relação que se fazia entre o Rei como representante de Deus, por exemplo, costumava ocupar esse lugar de grande Outro. No entanto, o autor aponta que o surgimento da democracia não deixou de evidenciar o vazio:

[...] a democracia [...] reconhece, ao emergir, a existência de um lugar vazio como lugar do poder, precisamente ali onde, até então, se mantinha o teológico-político. Assim, a democracia, é preciso saber, é por excelência, o regime político que cede lugar ao vazio e que pode por aí mesmo cumprir inteiramente a tarefa de transmiti-lo. (idem, p.101)

No entanto, não podemos reconhecer o modelo político atual como sendo meramente democrático. Trata-se de uma democracia de uma autonomia individual exacerbada, focada na escolha de cada indivíduo em detrimento ao interesse coletivo. O autor ressalta que, antes, eram pontos de vista individuais que se adaptavam ao coletivo - atualmente trata-se justamente do contrário. A democracia hoje consiste em que “cada um faz o que quer,

contanto que não incomode o outro! [...] O sujeito não se dobra mais à necessidade irreduzível de passar pelos outros para existir enquanto sujeito [...].” (idem, p.103). Lebrun chama atenção para as inúmeras iniciativas políticas dispersas para propósitos completamente diferentes, para grupos cada vez mais restritos. Nesta atitude, o autor também vê um evitamento do menos-de-gozar no qual grupos lutam por direitos que abrangem uma pequena parte da coletividade, enquanto que questões que afetam a todos ficam de lado.

Para Lebrun, o vazio do indivíduo e que também permeia o social está sendo desmentido pelo Imaginário Social – não há mais limites nem diferenciação dos lugares. A lei do mercado contribui para essa nova realidade, pois valoriza mais interesses particulares, criando “[...] aglomerados de individualidades, todas ocupadas em se proteger coletivamente dessa perda que o outro poderia lhe infligir em erigir muralhas para neutralizar o risco de uma subtração de gozo” (idem, p.105). O autor aponta uma interiorização do sujeito dessa lógica de mercado, modelo que entra em confluência com o discurso da ciência e do democratismo – como se todos tivessem direito ao poder e, ao mesmo tempo, não tivessem nenhuma dívida com o Outro.

Cabe às figuras de autoridade a subtração do gozo para que o desejo possa emergir no sujeito. No entanto, houve uma renegação dessa necessidade. Para Lebrun, as instituições sociais não colaboram para que esse lugar de exceção se sustente e, como consequência disso, as figuras de autoridade

[...] não têm mais armas para suportar a violência e o ódio que são a única coisa que pode surgir naqueles que se vêem por eles forçados a questionar seu todo-poder, doravante diminuído. Pois essa violência e esse ódio, é preciso lembrar, não devem de modo algum ser desacreditados: destinados a ser ‘integrados’ ao longo do trabalho de subjetivação, eles vão ser o próprio motor daquilo que vai se tornar desejo. Mas contanto que se consinta, é claro, em renunciar a colocá-los em ato. (idem, p.108)

Por conseguinte, o sujeito pode apenas contar consigo mesmo para se impor limites; e a subtração do gozo não chega a, de fato, inscrever-se nele.

Sendo assim, a geração mais recente não pode apoiar-se na geração anterior – a relação com a anterioridade, a geração precedente, perde seu sentido de respeito e dívida. Há então um convite exacerbado à negociação e renegociação – a autoridade passa a ser arbitrária e pais, por exemplo, não têm mais em que se apoiar para passar referenciais e limites aos seus filhos.

7.4 Transcendência Transcendente x Transcendência Imanente

Ao nos mostrar a importância das figuras de autoridade no social, o autor de forma alguma sugere a volta ao modelo político e social do passado. Ao traçar a diferença entre transcendência transcendente e transcendência imanente, ele busca uma maneira de esclarecer seu ponto para o leitor. A transcendência transcendente seria aquela representada pela religião, “que habitava a vida coletiva antes da modernidade” (idem, p.116). O grande Outro era representado por Deus, que condizia com a “necessidade de um lugar de exceção, exterior ao conjunto” (idem, p.116). Era a religião prioritariamente que trazia ao social a necessidade do menos-de-gozar. Como, atualmente, nega-se a existência desse Outro, Deus, isso não significa que o vazio não exista mais. Esse vazio é, inclusive, anterior a ele.

A necessária persistência do Outro como lugar que suporta a existência de qualquer um, do qual ninguém pode pretender ser o proprietário, isso é que tem a ver com uma transcendência imanente, com um transcendental (idem, p.116)

No entanto, Lebrun defende que não estamos em tempos de anomia, no qual o Simbólico caiu por água abaixo – há outra ordem dominante em voga. Para o autor, fez-se uma mutação entre um modelo consistente e que supunha a incompletude por um modelo completo, mas inconsistente. Como sabemos, passamos de uma sociedade feita de hierarquias consistentes e incompletas (justamente por tirar a consistência da incompletude) para uma sociedade que almeja a completude, mas de forma inconsistente. O autor vê uma violência intrínseca quando se entra num regime simbólico horizontal, no qual a totalidade das pessoas deve dar a última palavra. Claro que isso, a priori, significaria que todos juntos poderiam unir-se em um projeto coletivo. No entanto, o que se observa é a dificuldade em conciliar a enorme pluralidade de opiniões e pontos de vista. Lebrun nos pergunta: “Como fazer para que todos os particularismos caminhem juntos?” (idem, p.126). Dessa forma, o individualismo é uma consequência desse modelo social e não a sua causa.

O argumento que Lebrun a toda hora reivindica é que a hierarquia não precisa ser levada como antigamente, com a desigualdade entre sexos e condições econômicas – não obstante, por meio da linguagem, ela faz parte do próprio simbólico e não pode ser simplesmente descartada. Essa democracia igualitária, que dispensa a diferença dos lugares, é apenas o democratismo imperando.

[...] patriarcado e dominação masculina devem ser considerados as modalidades fictícias graças às quais foi transmitida a necessidade irredutível de um menos-degozar. O fato de podermos hoje nos convidar a nos libertar dessa ‘manipulação simbólica do real’ nem por isso leva a que possamos nos libertar da hierarquia. [...] nem por isso teremos feito desaparecer a questão mais difícil de resolver para cada humano, isto é, a hierarquia que resulta da diferença dos lugares instaurada pela fala. (idem, p.138).

Esse lugar continua existindo, mas faz-se necessário ocupá-lo de outra maneira. Dar lugar às figuras de autoridade não necessariamente significa uma escravidão aos desmandos de um superior, mas a necessidade de figuras que transmitam referências e regulamentações que todo sujeito e, por conseguinte, toda sociedade, necessita.

Essa confusão criada pela falta de referência quanto aos lugares ocupados na sociedade nos leva a crer que a completude está acessível. O autor cita que hoje há um funcionamento muito fácil, que não nos arrasta para a reflexão crítica, um “pronto-para-pensar” (idem, p.168). Os sujeitos passam a tomar decisões que só concernem a si mesmos – os outros passam a ser meramente úteis ou nocivos. A perda, o interdito em nome do outro se tornam mais difíceis de serem suportados.

Nesse contexto, como pode um sujeito suportar que lhe tirem um pedaço da suficiência e da autonomia, em outras palavras, como pode suportar a perda? Como, nessas condições, vai ele conseguir trabalhar com os outros para construir um terceiro que forçosamente vai lhe tirar um pedaço? (idem, p.172)

Assim, sem o consentimento da perda, como há a possibilidade de uma vida em conjunto, e como há possibilidade de uma singularidade subjetiva? Não se sugere que o sujeito permaneça em um estado de submissão, mas de aquiescência, e Lebrun cita a famosa frase de Goethe: “O que herdaste de teus pais, adquiere-o para possuí-lo.” (idem, p.186). No entanto, “se a geração que precede não sustenta mais o confronto, se endossa mais a violência de seus jovens, é como se deixasse à geração seguinte a incumbência de resolver sozinha o problema que ela deixou de lado.” (idem, p.187).

7.5 Virada Antropológica

No caso da educação que é dada às novas gerações, percebe-se que os pais chegam hoje a seus filhos por meio da sedução, em detrimento da educação. Tornam-se assim,

parceiros de seus filhos, em vez de pais. Há, dessa forma, uma renegação da infância, na qual o sujeito não recebe as ferramentas necessárias para endereçar seu ódio e transformar em desejo seu gozo-mortífero.

Não podemos entender [...] a verdade das frases desses jovens que dizem ‘ter ódio’ como dizemos ter gripe ou sarna já que não encontram lugar aonde endereçar esse ódio? [...] Esses comportamentos só farão ‘assinalar’ o desamparo destruidor no qual esse confronto tardio com o real terá mergulhado o jovem em questão. (idem, p.192).

O jovem adulto permanece assim uma criança, à deriva consigo mesmo, sem referências ou norte.

Lebrun nos fala de uma “virada antropológica” e menciona um “recuo identitário nacionalista” (idem, p.206), no qual a solidariedade é esquecida, pois o trajeto singular do sujeito implica muitas vezes a rejeição de um laço social, a falta de limites de seu gozo. Sem o lugar da exceção, o que move o sujeito é apenas sua própria vontade, amarrada na positividade. Por não possuir referências, o sujeito partilha sua existência e seus referenciais com seus vizinhos, “é tributário do ambiente, é esponjoso, absorve tudo que o cerca.” (idem, p.212)

Lebrun aponta que os sujeitos ficam presos nessa “economia materna”, que desconsidera o lado paterno, como se este não existisse. Esse neo-sujeito tem necessidade intensa de sensações e possui, sobretudo, um grande sentimento de vazio. Vive uma insipidez insuportável em sua vida cotidiana. Segundo Lebrun, o sujeito está enviscado no gozo, não se apropria de si mesmo.

Se a histórica vem dar a ver para que se leia no que ela mostra o que ela não consegue dizer, se ela se queixa para articular o que é seu sofrimento, o neo-sujeito mostra tudo sustentado no mesmo movimento que não há nada para ver, nada a ler nisso. (idem, p.218).

Assim, o autor aponta que será a relação com o excesso que dará senso de realidade ao sujeito, uma busca constante de sensações, como consequência desse desarrimo. Estamos diante de um sujeito que não subjetiva o que vê, não encontra na linguagem uma forma de articular suas dificuldades e, em vez de ser desejante, coloca-se sempre na obrigação de obter sensações de seu corpo. É, por fim, um sujeito sem mediação.

[...] o neo-sujeito – o que não está mais ‘confortável’ – vai antes procurar se defender o tempo todo, garras de fora, da intrusão, da estranheza, da alteridade, obrigado a um recuo medroso sobre um destino que ele considera preestabelecido, em relação ao qual não pode dar um passo atravessado, incapaz de dar lugar ao inesperado, à surpresa, como que forçado, como se mesmo assim fosse preciso dobrar-se, a só poder quebrar-se. (idem, p.222)

7.6 O Pai

A entrada do pai no jogo entre mãe e filho é a responsável por convidar a criança à alteridade. O pai, como representante da instância fálica, introdutor do campo do real no psiquismo da criança. A metáfora representada pelo pai faz com que objetos de satisfação sejam constantemente substituídos, como semblantes. O desejo é correlato a essa perda - é a saída de um esquema positivo e feliz, de satisfação inesgotável, para um regime traumático. Ambos os regimes, materno e paterno, possuem uma diferença importantíssima entre si. No regime materno, existe uma correspondência entre a palavra e a coisa. O sujeito “faria da linguagem um sistema simbólico que recobriria ponto por ponto o real e que, por isso, não permitiria emancipar-se completamente do imediatismo: tratar-se-ia apenas de uma troca de um sistema por outro” (idem, p.241). No entanto, um regime que implica a constante fruição de significantes deve ser assimétrico, foge ao imediato, cede lugar ao vazio – no qual os significantes se valem mais pela diferença que têm entre si do que pela semelhança e o real escapa ao simbólico e inscreve-se no impossível. A metonímia é o regime da mãe, no qual o todo representa uma parte, enquanto a metáfora é o regime paterno,

[...] ‘faz furo’, no sentido em que supõe uma troca significativa e a irredutibilidade de uma perda. Assim acontece, aliás, com a metáfora paterna, que implica que o significante do desejo da mãe seja trocado pelo significante Nome-do-Pai; logo, que esse desejo da mãe desapareça na operação, para produzir a significação fálica. (idem, p.242)

É a metáfora paterna que bordeja o real pelas palavras. Segundo Lebrun, o trauma mais destruidor ocorre quando o real não possui pai, não é bordejado de palavras. No entanto, o autor chama atenção para o “deslocamento do traumatismo”, no qual permanecer no regime materno tornou-se o verdadeiro trauma.

O abandono do patriarcado vivido nos dias atuais foi obviamente um avanço social, mas não se pode ler abandonar o patriarcado por livrar-se ou ignorar o operador paterno. “Passar por uma sociedade que não é mais toda fálica é passar a uma sociedade que não se sustenta mais como antes da insígnia fálica, que não recorre mais apenas a esse modo para legitimar a fala” (idem, p.249). Há, de fato, a possibilidade de outros funcionamentos, mas, qualquer que seja, continua submetido às leis da linguagem. O autor propõe que a organização social mude entre toda não-fálica fálica para não-toda fálica, pois, assim, não estaria livre da autoridade e das hierarquias.

Lebrun aponta o fim da neurose como era conhecida clinicamente, que vinha a partir da primazia paterna. E daí o autor justifica seu argumento de uma virada antropológica, que ele chama de “mèreversão” – quando as estruturas sociais não dão o suporte necessário para que se instale a renúncia e o interdito; o sujeito permanece apenas como apenas sendo filho da mãe. Novamente, estamos falando da estrutura social na qual os sujeitos estão inseridos – não seria o caso de uma perversão no sentido estritamente clínico da palavra.

Neste novo caso, o recalque tem menos importância que o desmentido. Na perversão, o sujeito nega a alteridade do outro e passa a vê-lo como mero instrumento. No entanto no caso da renegação, o sujeito renega a realidade e não se permite a proibição, porém há o reconhecimento do perigo da realidade, e a necessidade de proteger-se dela. É um momento pelo qual todos passam enquanto criancinhas – é a reação natural à falta de pênis na mãe. Como se esse membro ainda fosse crescer nela – no caso das meninas, há uma negação de sua própria castração. Como sabemos, a castração, a diferença de sexos, é o momento em que a criança deve lidar com este fato, e que, por conseguinte, possui um grande poder traumático. Esse processo de renegação, intitulado por Freud *Verleugnung* é um processo comum a crianças de ambos os sexos e progressivamente cede lugar à realidade. O próprio laço social impunha isso ao sujeito, para que ele saísse de seu auto-erotismo sonhador. No entanto, segundo Lebrun, esse processo é hoje deixado em suspenso.

A necessidade de aceitar a perda do gozo era naturalmente entendida via confronto com aquele – a começar pelo pai – que ocupava o lugar de exceção. Essa perda era inscrita no programa via interdito do gozo do corpo próprio, do auto-erotismo. Segundo um esquema idêntico, as pulsões parciais na criança – oral, anal... – deviam unificar-se sob a prevalência do falo, que, como significante de exceção, vetorizava todo o campo pulsional. A *Verleugnung* que a criança utilizava para opor-se à perda de gozo no caso em questão tinha poucas chances de prosseguir. Num mundo completo e inconsistente, como o que tende a promover a sociedade

atual, essa vetorização está de imediato desacreditada, talvez até anulada, já que a posição daquele que proíbe está deslegitimada. Assim, o sujeito preso nessa configuração não pode mais contar com a pressão vinda de seus primeiros outros. No entanto, deve sempre reorganizar sua pluralidade pulsional sob o primado da vetorização fálica, mas sem, daqui por diante, ter de levar em conta o que se enuncia a partir de um lugar de exceção. Nesse caso, a tarefa de renunciar à sua renegação é mais difícil de ser cumprida. E, por conseguinte, o mecanismo psíquico a que esse sujeito é amplamente convidado a recorrer com o tempo é, ainda e sempre, essa *Verleugnung*, essa regeneração ou desmentido, que ele praticou normalmente bem no início de seu trajeto na existência. (idem, p.259)

Segundo Lebrun, a força da alteridade é hoje questionada e o lugar de exceção torna-se uma posição desnecessária e obsoleta. No caso do recalque, significantes vão para o inconsciente, mas, no caso do desmentido, Lebrun nos mostra que se trata também de um movimento externo, referido à realidade, à presença do outro. É uma recusa da própria realidade da percepção, uma recusa à diferença dos sexos, a encarar de fato essa diferença. E a ação desses primeiros outros da criança e durante sua vida vão influenciar o sujeito a manter-se no desmentido ou sair dele. Segundo Lebrun, a renegação refere-se à perda de gozo.

Somos levados a pensar que o neo-sujeito, por não poder usar com eficácia o recalque, já que não tem mais à disposição a força da repressão patriarcal para forçá-lo a isso, vê-se antes naturalmente convidado a partilhar a cumplicidade com a eventual renegação sustentada pela mãe. Ora, como está em harmonia com o discurso social, o sujeito poderá aí encontrar com o que alimentar sua própria recusa da castração (idem, p.260/261)

Ou seja, o sujeito sabe da necessidade de subtração do gozo, mas, mesmo assim, a ignora. Não chega a haver, de fato, um trabalho de renúncia.

Algo [...] escapa radicalmente ao mentiroso. Ainda que, no caso da renegação, as duas vertentes da relação com a realidade estejam presentes, a um só tempo reconhecimento e refutação, resta, com efeito, que a refutação da percepção gera uma foraclusão, tem efeito foraclusivo, um efeito de ‘desinscrição’ ou de não-inscrição. (idem, p.262)

Sendo assim, renegação e foraclusão estão na mesma vertente: ambas são abolições simbólicas. Porém, a renegação não abole totalmente o simbólico - existe a coexistência entre

a significação fálica e a abolição dela. Há o reconhecimento da realidade, mas tudo se passa como se ela não importasse. Ao fazer objeção ao Outro, o desmetroso foge da psicose, mas isso não faz com que meramente se situe na neurose. Há assim consequências distintas entre o desmentido, o recalque e a denegação – o desmentido é um mecanismo de defesa no qual a realidade foi afastada e a satisfação pulsional se mantém. E há a necessidade de um outro que continue a confirmar a renegação. “Logo, trata-se bem, com o desmentido, de um mecanismo perverso, na medida em que age na perversão, embora nem por isso se tenha necessariamente estruturado uma perversão no sujeito que o utiliza” (idem, p.266). A diferença entre o perverso clínico e o sujeito imerso no desmentido é, segundo Lebrun, que o neo-sujeito evita a subjetivação enquanto, para o perverso, o desmentido é seu próprio modo de subjetivação.

Para Lebrun, não é a figura do pai – homem- o ente necessário para a introdução do “Nome-do-Pai”, mas de alguém que atraia o desejo sexual da mãe, pois só a causa sexual faz objeção à fantasia da criança. O todo-poder da criança e a realidade precisam caminhar juntas. “[...] a ausência da mãe – e portanto a subtração de gozo que isso acarreta para ele – é – foi – causada pelo desejo sexual, pela presença sexual de um homem, no caso seu pai”(idem, p.271). Essa “perversão afálica” ou “mèrversão”, como cita Lebrun, é, na verdade, a falta do confronto com o regime paterno, não um desafio a ele.

Como vimos, durante um período da infância, todos nós fomos perversos e, como nos ensina Freud, nada perece no psiquismo humano – podendo reaparecer em condições apropriadas. Lebrun nos lembra que isso não significa que continuamos a ser perversos ou que ainda seremos, mas a maneira como nossa subjetividade está disposta abre espaço para um regime perverso. “As dificuldades específicas desses neo-sujeitos estão ligadas ao enfraquecimento social da prevalência do Simbólico – embora esta nem por isso tenha desaparecido – em proveito de uma promoção do imaginário” (idem, p.276)

Lebrun cita que Lacan definiu a mudança de “Nome-de-Pai” para “nomeado para”, no qual a mãe basta sozinha para indicar o caminho ao filho.

E mesmo nos casos em que, por acaso, enfim, acontece de por um acidente ela não estar mais ali, é mesmo assim ela, seu desejo, que designa a seu moleque esse projeto que se exprime pelo nomear-para. [...] ser nomeado para algo, é isso que, para nós, nesse ponto da história em que estamos, acaba preferido ao que acontece com o Nome-do-Pai. (LACAN *apud* LEBRUN, 2008, p.277)

Segundo Lebrun, nomear, ou seja, dar nome, significa descrever algo. O nome dado está em conjunto com outros nomes que, geralmente, não significam a mesma coisa. E há o nomear para algo, no qual acrescentamos algo a um nome já dado; no entanto, o nome antigo não desaparece, como Sr. X diretor-presidente, por exemplo. (LEBRUN, 2008, p.278) Trata-se de uma nomeação metonímica, não exige que o primeiro significante desapareça. E o sujeito pode crer que não houve a perda exigida pela própria língua, que ele mesmo efetuou essa modificação. “É bem esta a diferença entre o fato de nomear esse menino Jacques (transitivo) ou nomear Jacques para tal ou tal posto (intransitivo)” (idem, p.278). Segundo Lacan, antes de ser nomeado para algo, o menino já foi nomeado Jacques. E a novidade consiste na questão de que, em vez de acrescentar ao Nome-do-Pai, o nome o substitui. É como se as duas noções se confundissem: a nomeação para o posto pode articular-se com a nomeação do menino. “[...] logo, sem que o ‘nomear para’ seja de modo algum amarrado na operação do Nome-do-Pai.” (idem, p.278).

As consequências sofridas pelo sujeito diante desses fatos é apontada pelo psicanalista Christian Demoulin em seu texto *Nomme à*²³, no qual afirma que enquanto nomear faz o nome próprio, nomear para faz o atributo. Nomear é metáfora, já nomear para é uma metonímia, solução encontrada justamente pela falta da metáfora. O nomeado para sugere o ponto de estofo, está sujeito à revogação. Segundo Lacan, para a operação do nomear-para apenas a mãe é necessária.

Se, de fato, daqui por diante o ‘nomear para’ que prevalece, o simples fato de remeter a uma ‘terceiridade’ basta para sua instalação; não se afigura de modo algum necessário que essa terceiridade dê voz, faça entender que ela é sempre enunciação, que ela implica uma amarração num corpo, num alhures. (idem, p.279)

A terceiridade é reconhecida, mas a metonímia faz-se o bastante e o social não chega a inscrever-se como metáfora. E o Outrem, definição dada por Lebrun ao outro concreto, não chega a inscrever-se no sujeito. Por isso, o autor chegou à definição de “*sujeitos do limbo*” ou “*sujeitos sem Outrem*” (idem, p.294).

Ao analisar cenas do filme “Elefante”, de Gus Van Sant, o autor se pergunta sobre o que teria causado a violência de ataques como os de Columbine. “A ausência de encontro com o outro, repetidas vezes evitado, só pode deixar intacto o todo-poder infantil do sujeito. E portanto deixá-lo também sem meios psíquicos de metabolizar a alteridade” (idem, p.299).

²³ C. Demoulin, *Nomme à*, texto inédito

Para o autor, esse ‘atirar para tudo quanto é lado’ visto no filme faz parte da ‘foraclusão do encontro’, quando o sujeito não encontra forma de lidar com suas carências simbólicas e não subjetiva a relação que pode ter com os outros. Segundo o filósofo Raphaël Gely:

Quando não há práticas e terceiro social, o sujeito não pode mais fazer outra coisa a não ser refugiar-se numa abstração mentalista. Ainda que esse sujeito experimente bem uma realidade que lhe resiste, ele no entanto não experimenta esse risco normativo constitutivo de toda vida significativa. Os indivíduos não se expõem mais e não encarnam mais em seu agir. Só temos agora indivíduos que se chocam uns com os outros. Mas a resistência desse real não permite que os indivíduos realmente se subjetivem na relação que podem ter uns com os outros. Cada um permanece no fundo fechado em si mesmo. (GELY *apud* LEBRUN, 2008, p.299)

Privados da prevalência do simbólico, esses novos sujeitos têm muita dificuldade em, como nos explica o filósofo e historiador Marcel Gauchet, saber quem são e o que querem. Falta-lhes apoderar-se e responsabilizar-se por si mesmos. Mesmo que tenham alta estima por si mesmos, sentirão que algo lhes falta para que possam tornar-se algo inteiro. Assim, “a individualização precoce a que foram submetidas terá perturbado, talvez até bloqueado a consumação da individuação” (LEBRUN, 2008, p.304)

Assim, o Outrem ao qual o neo-sujeito se endereça, que é também o outro inscrito no psiquismo em razão do encontro do sujeito com o pai, é aquele que, segundo Lebrun, torna possível, “possibilita”. (idem, p.308).

[...] outrem é para nós um poderoso fator de distração, não só porque nos perturba o tempo todo e nos arranca de nosso pensamento atual, mas também porque só a possibilidade de sua chegada lança uma onda de luz sobre um universo de objetos situados à margem de nossa atenção, mas capaz a qualquer instante de se tornar o centro dele. (idem, p.309)

Portanto, essa perversão que presenciamos não é estrutural, mas, de acordo com Lebrun, surge em consequência da falta de alteridade, do obscurecimento do Outrem. E é ela que nos joga num limbo de violências vazias e desendereçadas – que ignora o real sentido da autoridade e das referências e contorna com maestria o vazio das palavras. O sujeito não é completo, mas passa a ser um grande fingidor, como se negasse a si mesmo a capacidade de conhecer-se e transformar-se; maiores combustíveis da evolução do ser humano.

8. Conclusão

A partir de nosso objeto de estudo, pudemos ver que desigualdades sociais e conceitos de classe têm sido “culturalizados”, ou seja, reduzidos a uma diferença cultural, natural a um grupo de indivíduos - o que também inclui um posicionamento político, como no caso dos ‘nordestinos por natureza burros’ que votaram em Dilma. Assim, as desigualdades sociais são naturalizadas e pede-se apenas aos sujeitos que “tolerem” diferenças – que não devem ser superadas, apenas toleradas. (ZIZEK, 2007, p.1 – tradução nossa). Como sabemos, cultura não é algo ‘natural’ ao ser humano quando nasce, mas é algo que se constrói em um ambiente específico. Vem a partir do Outro, do outro e do Outrem (LEBRUN, 2010), e está constantemente se refazendo. A própria cultura inclui os signos da desigualdade, como vivências, aprendizados e memórias inscritas em um determinado ambiente. Mas isso não significa que os sujeitos inseridos em um contexto economicamente desfavorável devam se esquecer de quem são para tornarem-se outros, signos de outros significantes – como pardos que são “branqueados” ao ascenderem economicamente (FANTINI, 2012). Isso também não quer dizer que não queiram inserir-se; conectar-se à modernidade e superar defasagens econômicas e educacionais (CANCLINI, 2009). E, principalmente, nenhum desses dois caminhos exclui a voz que essa população possui – esses sujeitos que votaram na candidata Dilma não o fizeram por burrice ou por engrandecer políticas populistas, mas por se sentirem contemplados por seus projetos ou por concordarem com eles.

Sendo assim, os que se encaixam nos preceitos da cultura neoliberal ocidental são os únicos a possuírem autonomia e liberdade individual – e isso fica acima da solidariedade e da responsabilidade social, do dever de conviver com o diferente. A dita tolerância que se prega entre diferentes povos e grupos existe apenas a partir dos preceitos da ideologia dominante – relegando outras formas de vida e pensamento ao lugar de outros a serem ‘tolerados’. De acordo com essa filosofia, se algo ou alguém me impede de exercer essa “liberdade” de escolha e pensamento, estes devem ser sumariamente eliminados ou denegridos; como pessoas em situação econômica desfavorável, por exemplo. Isso pode ser visto acerca de temas como a exclusão social e a criminalidade ou mesmo em relação às últimas eleições presidenciais no Brasil. Mesmo que os eleitores que votaram na candidata Dilma tenham obtido maioria nas votações, eles estão batendo de frente com a base dominante da sociedade brasileira - antigas oligarquias e conglomerados políticos e midiáticos no poder são o *status quo* dominante – que deslegitima o voto desses eleitores, reduzindo-os a uma massa pouco

educada, preguiçosa e condescendente - nordestinos. Mesmo que agora saibamos que nem todos os estados nordestinos, como o Rio Grande do Norte, por exemplo, elegeriam Dilma presidente e que nem todos os estados do Sul/Sudeste elegeriam José Serra presidente. Assim como também sabemos que, obviamente, apenas uma parte dos eleitores de Dilma estava sendo contemplada pelos programas de assistência do governo, como o Bolsa Família e que, mesmo sem os votos do Norte e do Nordeste, ela teria sido eleita.

Não há uma moldura neutra que una todos os seres humanos - a distinção entre classes está tão enraizada dentro de nós que, desejar mudar o mundo sem também mudar quem se é torna-se apenas uma forma de auto-engano. Os gostos e a fala de um sujeito não comunicam apenas suas particularidades, mas também de onde se veio e da situação econômica em que se foi criado. Então, para ser um sujeito inteligente, elegante e sensato, o eleitor não pode ser do Nordeste, não pode estar em uma situação econômica desfavorável e tem que possuir pensamentos condizentes com a ordem vigente. Ver o nordestino como um “nordestino mítico” (LOEWENSTEIN, 1968), como um sujeito preso no passado, que carrega para outras regiões suas características intrínsecas de atraso e assistencialismo é algo como dizer: “Você escolheu ser pobre, não traga isso para a nossa região”. Esta é a fala presente por trás do *Movimento São Paulo para os Paulistas* e dos usuários do Twitter analisados. Quando se diz que os pobres escolheram ser pobres, que escolheram a profissão que têm e de que forma atuam na sociedade, entra-se em um universalismo abstrato no qual “o espaço entre a aparência ideológica da forma legal universal e dos interesses particulares que efetivamente a sustentam” e servem à exploração e dominação de classes não ficam evidentes. (ZIZEK, 2007, p.7 – tradução nossa).

Zizek aponta a fórmula para uma revolução solidária como sendo:

[...] apesar de nossas diferenças, nós podemos identificar o antagonismo básico no qual estamos presos; então vamos compartilhar nossa intolerância, e unir forças na mesma luta. Em outras palavras, na luta emancipatória, não são as culturas em suas identidades que se unem, são os oprimidos, os explorados, os que estão em situação de sofrimento, estes ‘parte da não-parte’ de cada cultura que se une em uma luta compartilhada. (idem, p.11 – tradução nossa).

Como vimos, a relação com o Outrem é sempre difícil e complexa, não pode ser reduzida à tolerância, pois este valor sozinho não sustenta a complexidade da subjetividade humana.

Ao dizer que os humanos mantêm um relacionamento com seus vizinhos que envolve ódio, Lacan retomou a lição freudiana na qual a humanidade começa com um traço inicial de exclusão. Neste sentido, a humanidade não é definida por seus atributos, mas por uma rejeição inicial – cujo nome é segregação – que é a própria lógica do racismo. (FANTINI, 2012, p.5 – tradução nossa)

Como nos explica Zizek: “[...] um Vizinho é aquele que por definição fede. Isso é porque hoje os desodorantes e sabonetes são cruciais – eles fazem os vizinhos minimamente toleráveis: Eu estou pronto para amar meus vizinhos, contanto que eles não fedam” (Zizek, 2007, p. 14 – tradução nossa). Porém, é o caso de então olharmos dentro do sistema em que vivemos para encontrarmos o que favorece a ocorrência de crimes de intolerância. Em outras palavras, como as sociedades e os sujeitos inseridos nelas lidam com seu ódio.

Zizek menciona o filósofo Etienne Balibar, segundo o qual o mundo contemporâneo é permeado de uma crueldade excessiva e não-funcional. Que vai desde atos fundamentalistas de racismo a rompantes de crueldade vazia, como os observados em jovens. Ou seja, “[...] uma violência que não é baseada em razões utilitárias ou ideológicas” (ZIZEK, 2005, p.1 – tradução nossa). De acordo com Balibar, os argumentos de que os estrangeiros são a causa das mazelas sociais vividas nos países em crise mostram uma racionalização que esconde motivos menos aparentes. “A resposta que geralmente obtemos de um skinhead é que ele se sente bem em bater em estrangeiros, que a presença deles o incomoda” (idem, p. 1 – tradução nossa). O desequilíbrio entre o Ego e o Gozo nos mostra, segundo Zizek, um “curto-circuito” na relação do sujeito com a falta do objeto-causa de seu desejo (idem, p.1).

O que nos incomoda no ‘outro’ (judeus, japoneses, africanos, turcos) é o que parece envolver uma relação privilegiada com o objeto – ou o outro possui o objeto-tesouro, tendo-o roubado de nós (e é por isso que nós não o temos), ou ele se figura como uma ameaça à nossa posse do objeto. (idem, p.1 – tradução nossa).

Zizek lança mão do ‘juízo infinito’, de Hegel, falando de uma identidade especulativa existente nesses aparentemente excessivos e inúteis rompantes de agressividade. Trata-se de um ódio ao diferente, à alteridade, que não foi sublimado. Segundo o autor, a visão universalista de inclusão de todos em uma unidade deixa em aberto, ao elevar a posição de diferente à Coisa impossível, “a maior ameaça à nossa identidade” (idem, p.1 – tradução nossa), que deve ser aniquilada se o sujeito deseja sobreviver. Surge aí um paradoxo entre a

universalidade concreta, que abole antagonismos e preconiza um mundo ‘negociado’, e seu oposto radical, com seus rompantes de violência. Sobre isso, Lacan já nos alertava.

Eu acho que, em nosso tempo, a marca, a cicatriz deixada pela evaporação do pai é o que podemos encontrar por baixo do rótulo da segregação. Nós pensamos que o universalismo, que a comunicação de nossas civilizações, homogeneiza o relacionamento entre os homens. Pelo contrário, eu acredito que o que caracteriza nosso tempo – e isso não nos escapa – é uma segregação ramificada e reforçada que produz intersecções em todos os níveis e que apenas multiplica barreiras. (LACAN *apud* FANTINI, 2012, p.5 – tradução nossa)

Esta nova ordem não dá espaço aos sujeitos de singularizarem-se, de endereçarem e sublimarem seu ódio. Daí cria-se discursos de palavras e atos vazios, no qual só o sentimento prevalece. E nos remetemos às palavras de Lebrun (2008) ao mencionar que os jovens dizem ter ódio como quem diz ter sarna ou gripe. As próprias palavras entram nessa relativização – tornam-se fofas, amorfas, perdidas – numa mostra clara de que fazem parte dos resquícios de um sujeito que não sabe para onde orientar-se, nem sabe de que serve possuir algum tipo de orientação. Atira palavras e atos no escuro, como um cego que, por não ter em que segurar-se ou ser guiado, ataca o que estiver em volta.

Zizek nos explica que a regra fundamental introduzida por Hegel é de que o excesso de objetividade e o reinado do universalismo abstrato que impõe leis mecânicas de respeito mútuo ignoram a constituição subjetiva do sujeito que se encontra envolvido neles. E esse tipo de ambiente também é propício para que o excesso de subjetividade, com seus caprichos e irregularidades, também venha à tona. Segundo Balibar, há dois tipos de violência excessiva que, apesar de parecerem opostos, se complementam.

[...] a violência ‘ultra-objetiva’ (‘estrutural’) que é inerente às condições sociais do capitalismo global (a criação ‘automática’ dos excluídos e de indivíduos dispensáveis, desde os sem-teto aos desempregados), e a violência ‘ultra-subjetiva’ de novos fundamentalistas étnicos ou religiosos (idem, p.2 – tradução nossa)

De acordo com Zizek, o segundo tipo de violência possui sua própria forma de operar. Na qual não há nenhum respaldo teórico; está fundada no próprio discurso social e encontra como fonte de explicação ou justificativa para a violência a função paterna que se encontra

deslegitimada, a mobilidade social reduzida... Ou seja, agressores sabem exatamente o que estão fazendo, e, mesmo assim, o fazem. Por conseguinte,

[...] o conhecimento simbolicamente efetivo embutido na efetiva prática social do sujeito se desintegra em, por um lado, violência ‘irracional’ excessiva sem fundamento político-ideológico e, por outro lado, impotente reflexo externo que deixa os atos do sujeito intactos. (idem, p.2 – tradução nossa).

Esse é o resultado de vivermos em uma sociedade de total livre escolha, deslegitimada, à deriva - e esta é a face principal para a “relativização” do sujeito. Segundo Žižek, o inconsciente e seus sintomas perderam sua inocência – tudo hoje é passível de interpretação, e essa interpretação esvazia-se de sentido real, cai nas garras do imediatismo do gozo, deixando o sintoma intacto.

O que ocorre no tratamento psicanalítico é estritamente homólogo à resposta do skinhead neo-nazista que, quando pressionado por razões para sua violência, de repente começa a falar como agentes sociais, sociólogos e psicólogos sociais, mencionando a diminuição da mobilidade social, o aumento da insegurança, a desintegração da autoridade paterna, a falta de amor maternal em sua primeira infância – a unidade entre prática e sua legitimação ideológica se desintegra em violência crua e em sua impotente, ineficiente interpretação. A reemergência do bruto Real do irracional da violência, impermeável e insensível à interpretação reflexiva, é a face principal da universalidade reflexiva [...]. (idem, p. 2/3 – tradução nossa)

Neste mundo sem ideologias ou bússola ou figuras que deem aos sujeitos as rédeas da realidade, é fácil fugir do assunto e abordar problemas sociais como problemas culturais, problemas que não dizem respeito à política ou à economia, por exemplo. Temas nos quais o sujeito de certa forma pode eximir-se de realizar uma mudança profunda em si mesmo e assumir restrições. O extermínio claro e surdo do outro se torna a melhor alternativa – e, ainda por cima, a mais legítima. E a luta exercida para que se reconheçam os direitos de todos em uma sociedade capitalista nos mostra que é muito mais útil desviar o discurso para a cultura do que tratar do assunto das iniquidades cometidas por um sistema econômico e político que têm deixado os sujeitos à deriva, sozinhos numa luta contra si mesmos e as contradições sociais.

Zizek nos lembra que vivemos em uma sociedade na qual ninguém está no comando – não há mais Outro, Natureza ou Deus mexendo os pauzinhos em algum momento. O discurso dominante diz que o sujeito pode comer o que quiser, amar quem quiser e trabalhar no que quiser – só esquece de contar que, nas entrelinhas, existe um ideal que sabe exatamente qual seria a escolha certa. Entre conhecimento e decisão, não há ninguém que realmente saiba qual a verdade maior, que não é permeada por nenhuma dúvida – mas, apesar disso, uma decisão pode e deve ser tomada pelo sujeito. Assim, de certa forma, o sujeito na verdade opta por acreditar em algo ou não. Este “posso fazer o que quiser, contanto que faça a coisa certa” é a real diretriz por trás das escolhas – é uma ilusão pensar que não há uma mão invisível do mercado, das políticas que desejam ser mantidas, dos modos de consumo a serem levados à diante, etc.

Constantemente, os sujeitos têm de decidir sobre diferentes aspectos de suas vidas, mas sem realmente saber o que essas decisões envolvem – sem, muitas vezes, ter o conhecimento necessário que autorize a tomada de decisão.

[...] longe de ser considerado como libertador, essa compulsão para decidir livremente é experienciada como uma ansiedade – provocando um jogo obsceno, uma reversão irônica de predestinamento: eu sou responsável por decisões que fui obrigado a fazer sem conhecer bem a situação. (ZIZEK, 2008, p.151 – tradução nossa).

Longe de sermos uma sociedade em que indivíduos coletivamente levam suas vidas livremente – há o mercado, sempre irreversível, comandando as marés. “[...] é um mecanismo impenetrável que pode arruinar os esforços de um trabalhador honesto e enriquecer um especulador corrupto. Porém, essa mão invisível nunca nos garante restabelecer a ordem e o equilíbrio quando estes falham”. (idem, p.151 – tradução nossa) Para Zizek, o problema da sociedade de risco é que ela é ao mesmo tempo muito específica e muito generalista, e ignora de que forma essa nova ordem impacta subjetivamente os sujeitos. Zizek também aponta que, hoje, figuras de autoridade são geralmente supergos obscenos, que operam no Real.

Quando o sujeito está envolto em autoridade simbólica, ele age como um apêndice de seu título simbólico, por exemplo, é o grande Outro, a instituição simbólica, que age por meio dele; basta lembrar de um juiz, que pode ser uma pessoa corrupta e miserável, mas quando veste sua toga e outros emblemas, suas palavras são as palavras da Lei. Por outro lado, o Mestre ‘invisível’ ao olho público, manipula a

vida social [...] é como um estranho duplo da figura de autoridade: ele tem que agir na sombra, irradiando como uma fantasmagórica e espectral onipotência. Essa é então, a conclusão a ser feita do ícone de Bill Gates: como a desintegração da figura simbólica patriarcal, do Nome-do-Pai, abre caminho para uma nova figura de Mestre que é simultaneamente nosso colega comum, nosso colega-semblante, nosso duplo imaginário, e justamente por essa razão fantasmaticamente envolvido em outra dimensão do Gênio Mau. Em termos lacanianos: a suspensão do Ideal do Ego, da característica de identificação simbólica, por exemplo, a redução do Mestre a um imaginário ideal, necessariamente abre caminho para seu oposto monstruoso, para a figura de superego de um Gênio Mau onipotente que controla nossas vidas. Nesta figura, o imaginário (semblante) e o real (da paranoia) se cruzam, devido à suspensão de uma eficiência simbólica. (idem, p. 158/159 – tradução nossa)

Para Žižek, a queda da autoridade paterna tem duas facetas: normas proibitivas simbólicas são substituídas por ideais imaginários – como sucesso no trabalho, corpo perfeito, atos infalíveis- e essa mesma falta de autoridade também dá vazão à emergência do superego obscuro, no qual o Ideal do Ego é engolido pelo Imaginário, e não mais permeado pelo Simbólico. Então o sujeito pode ser extremamente narcisista, vendo a todos os outros como uma ameaça, e cair nas graças de um superego que o ordena a desfrutar sempre, a desconhecer limites. Assim, a falta de proibição simbólica traz consigo a “superegoização do Ideal imaginário” (idem, p.159 – tradução nossa). Žižek nos dá como exemplo os hackers, que são contratados por grandes empresas para transformar seu hobby informal em um trabalho sério. Eles são, assim, autorizados a ignorar normas sociais. Fazendo o que mais gostam, eles podem passar horas a fio trabalhando, adentrando em mais e mais horas extras sem que isso os incomode. Não há mais um conflito interno contra a obrigação de trabalhar – o que desejam do sujeito é justamente seu lado perverso e ímpio – o gozo. Há, na verdade, um estímulo à quebra de limites.

Essa quebra de barreiras e referências exige um limite, porém chega-se à conclusão de que a economia neo-liberal “sem limites” na qual vivemos hoje cria falácias nas quais tenta-se controlar as intolerâncias, a poluição da natureza, sem chegar ao cerne da questão – que seria controlar a economia, repolitizá-la. “Nós agora podemos ver porque as pós-políticas não podem alcançar a propriedade política da universalidade: porque ela silenciosamente exclui a politização da esfera econômica” (idem, p.160 – tradução nossa). Assim, o autor nos mostra que o que serve de motor para essa fluidez é a própria lógica do capital.

A presença espectral do capital é o grande Outro que não apenas se mantém operante quando todas as incorporações tradicionais do grande Outro simbólico se desintegram, mas ainda por cima causam diretamente sua desintegração. Longe de ser confrontado com o abismo da liberdade, por exemplo, com o peso da responsabilidade que não pode ser aliviada com a ajuda da Tradição ou da Natureza, o sujeito de hoje está talvez mais do que nunca preso em uma inexorável compulsão que efetivamente comanda sua vida. (idem, p.160 – tradução nossa)

Conclui-se, assim, que a discussão vai muito além de um problema de intolerância – atos de preconceito também fazem referência a uma ameaça sentida pelo próprio sujeito sobre algo que possui dentro de si mesmo, a sua falta de referências, ao seu ódio que não encontra destino para transformar-se. O próprio *status quo* e a consciência de classe são também elementos internos. Participa-se hoje do mundo capitalista como se ele não tivesse outra forma de operar, e a entrada no democratismo serve, na verdade, não para que a população possa ter voz, mas para que o mercado continue intocado, como algo onisciente e onipresente – e não algo construído e reproduzido pelos próprios sujeitos, e que pode ser modificado.

Descontentes com os problemas sociais enfrentados pelo país e pelas diretrizes políticas assumidas pelo governo, é muito mais fácil que esses jovens se unam em torno de uma supremacia branca de classe média que ignora o contexto social, político e histórico vivido pelo país em seus mais de 500 anos de existência. A própria falta de referências ou mesmo de uma forma de lidar com seus questionamentos e frustrações leva a esse ódio cego, ao qual as redes sociais conseguem tão bem servir de suporte por seu próprio caráter dinâmico, desregulamentado e que facilita o anonimato. Pudemos ver que as ações de Mayara Petruso e de tantos outros jovens durante os anos de 2010 e 2011 apontam para tantos problemas e questões em aberto não apenas no Brasil, mas no Ocidente em geral. E nada como uma estratégia política pautada no ódio para fazer com que ele surja da forma mais natural possível, livre de qualquer culpa.

Podemos constatar que esta sociedade sem norte e sem outrem não caminha para dias melhores de ‘tolerância’ e ‘respeito aos direitos humanos e ambientais’ – caminha para seu próprio inverso, para rompantes de violência cega e destruição consentida. É necessário questionar sobre quem realmente está se beneficiando neste mundo supostamente livre, e o que está, na verdade, fazendo as escolhas por nós. Estes jovens não estão apenas defendendo sua própria ignorância, mas fazendo dela a justificativa vazia para atos igualmente vazios. O preconceito de classe parte do desejo de manutenção de uma realidade social, de não permitir que o outro possa interpelar, atrapalhar a ordem vigente. Admitem-se apenas diferenças entre

os sujeitos, mas sem levar em conta as desigualdades. Estamos diante de uma nova forma de intolerância, que não é baseada em crenças ou ideologias, mas em explicações preguiçosas que são utilizadas como argumento para que o gozo se mantenha intacto e a violência possa ocorrer. Parece-nos que, antes mesmo da intolerância, o ato violento é o ator principal da trama – o ódio vem antes da explicação, e ele tem encontrado as formas mais impulsivas e infundadas de vir à tona, de tomar corpo na realidade. Numa sociedade que caminha ilusoriamente ao sabor do vento – que sabemos estar sendo comandado por um mercado econômico totalmente desregulamentado, sobre qual nem mesmo os Estados parecem possuir qualquer poder de controle – o convite ao gozo, ao individualismo, à perda das singularidades e também da noção de limites, são os resultados que hoje podemos observar. Não se trata de culpar no neo-liberalismo, este ente sem dono e sem estribéis, mas de entrarmos na raiz da questão, desviando de rodeios que apenas nos levariam à discussões também vazias.

9. Referências Bibliográficas

A Vantagem é Poder Escolher, Entrevista com Tânia Bacelar. IHU Online, set.2010.

Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/35925--%60a-vantagem-e-poder-escolher%60-entrevista-com-tania-bacelar>> Acesso em: 12 de jun.2012.

BARROS, José D'assunção. **Igualdade, Desigualdade e Diferença: em Torno das Três Noções.** Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218709941G9oFF7ya2Ux18EW0.pdf>>, 2005. Acesso em: 02 abr.2012.

BARROS, Ana Cláudia. **Em Manifesto na Web, Jovens Paulistas Criticam Migração.**

Terra Magazine, ago.2010. Seção Comportamento. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4605938-EI6594,00-Em+manifesto+na+web+jovens+paulistas+criticam+migracao.html>> Acesso em: 12 de jun.2012.

BETTO, Frei. **A Pasteurização da Esquerda.** Le Monde Diplomatique Brasil, dez 2008.

Seção Artigo. Disponível em:<

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=295&PHPSESSID=a7182356c7c43a1327ce28907bf97f08>> Acesso em: 12 de jun.2012.

CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, Desiguais e Desconectados: Mapas da Interculturalidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CERRUTI, Marta Quaglia. **Perversão e Laços Sociais: uma Tentativa de Articulação.**

Disponível em:

<http://www.sedes.org.br/Departamentos/Formacao_Psicanalise/perversao_e_lacos_sociais.htm>, 2002. Acesso em: 10 mar.2012.

CHARMOILLE, Jean. **Heimlich – Unheimlich.** Disponível em:<

<http://www.sonecrit.com/texte/PDF/portugais/Heimlich-unheimlich.pdf>>, 2001. Acesso em: 01 de jun.2012.

DAY, Elizabeth. **The Hurt Caused by Private Lives Being Made Public.** The Guardian,

mar.2012. Seção Comment is Free. Disponível em:<

<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/mar/11/elizabeth-day-cyberbullying-social-media>> Acesso em: 11 de mar.2012.

DIAS, Cristiane ; COUTO, Olivia Ferreira do. **As Redes Sociais na Divulgação e Formação do Sujeito: Compartilhamento e Produção Através da Circulação de Ideias.** Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322011000300009&script=sci_arttext>, 2011. Acesso em: 05 mai.2012.

FANTINI, João Ângelo. **The racialized other: Affirmative actions and Intolerance.** Anais do Congresso: Psychoanalysis, Culture and Society. Middlesex University, London.

Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/97464288/Handbook-2012-Abstracts-Psychoanalysis-Culture-and-Society-Centre-for-Psychoanalysis-Middlesex-University>>, 2012. Acesso em: 25 de jun. 2012.

_____. **Imagens do Pai no Cinema – Clínica da Cultura Contemporânea**. São Carlos: Edfuscar, 2009.

FREUD, Sigmund. **O estranho**. IN: Freud. Obras completas. Edição Standard Brasileira V. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1986, pp 237-269.

FROSH, Stephen. **The Other**. American Imago, Ano 2002 n. 4 v. 59. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/american_imago/v059/59.4frosh.html>, 2002. Acesso em: 18 de jun.2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Movimento São Paulo para Todos**. Blog da Cidadania, nov 2010. Disponível em: <<http://www.blogdacidadania.com.br/2010/11/movimento-sao-paulo-para-todos/>> Acesso em: 12 de jun.2012.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

KEHL, Maria Rita. **Dois Pesos...** . Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=308>, 2010. Acesso em: 01 de mar.2012.

LEBRUN, Jean Pierre. **A Perversão Comum: Viver Juntos sem Outro**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

LEMO, Renata; SANTAELLA, Lúcia. **Redes Sociais Digitais – a Cognição Cognitiva do Twitter**, São Paulo: Paulus, 2010.

LOEWENSTEIN, Rodolphe. **Psicanálise do Anti-semitismo**, São Paulo: Senzala, 1968.

Manifesto – “São Paulo para os Paulistas”. Petition Online, s/d. Disponível em: < <http://www.petitiononline.com/petitions/estadosp/signatures>> Acesso em: 12 de jun.2012.

MENEZES, Cynara. **Neocons à Brasileira**. Carta Capital, nov.2010. Seção Política. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/neocons-a-brasileira/>> Acesso em: 12 de jun.2012

MORAIS, Maria Carolina (2009) **Sombra e Trauma na Cidade – um Olhar sobre o Livro “Coque Vive: Notícias”**. Tese de Graduação em Jornalismo. Departamento de Comunicação Social – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 85 pp.

MOREIRA, Vivian Lemes; ROMÃO, Lucília Maria Souca. **O Discurso no Twitter, Efeitos de Extermínio em Rede**. RUA [online]. 2011, no.17. Volume 2 – ISSN 1413-2109.

NASSIF, Luís. **Racismo, Homofobia, Mídia e Política**. Brasilianas, nov. 2010. Disponível em:<<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/racismo-homofobia-midia-e-politica>> Acesso em: 12 de junho de 2012.

OLIVEIRA, Paulo César Nunes de. **O Brasil Azul e Vermelho: as Cores do Preconceito**. Carta Capital, nov.2010. Seção Política. Disponível em:<<http://>

<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-brasil-azul-vermelho-as-cores-do-preconceito/>>
Acesso em: 12 de junho de 2012.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Rio Grande do Sul: Sulina, 2011.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Sulina; Edipucrs, 2006.

SILVA, Uvanderson Vitor da. (2008) **Velhos Caminhos, Novos Destinos: Migrante Nordestino na Região Metropolitana de São Paulo**. Tese de Mestrado em Sociologia. Departamento de Sociologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 178 pp.

ZIZEK, Slavoj. **Class Struggles in France, Again**. Disponível em:<
<http://www.lacan.com/zizfrance5.htm>>, 2005. Acesso em: 17 de jun. 2012.

_____. **The Culturalization of Politics**. Disponível em:<
<http://www.lacan.com/zizek-inquiry.html>>, 2007. Acesso em: 18 de jun.2012.

_____. **Risk Society and its Discontents**. Disponível em: <
<http://pt.scribd.com/doc/44231114/Slavoj-Zizek-On-Risk-Society>>, 1998. Acesso em: 20 de jun.2002.

Vídeo:

Dilma Não Gosta de São Paulo. 2010.Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=uMPRwPAzKIE/>> Acesso em 12 de jun.2010

